



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÃO ÉTNICO-RACIAIS
CAMPUS SOSÍGENES COSTAS**

KUIÁ: RAÍZES DA ANCESTRALIDADE AFRICANA

MARIDEISE SILVA PRESENDE

Porto Seguro – Bahia
Janeiro/2024

MARIDEISE SILVA PRESENDE

KIUÁ: RAÍZES DA ANCESTRALIDADE AFRICANA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico Raciais (PPGER), do Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Campus Sosígenes Costa, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais.

Orientador: Professor Dr. Francisco de Assis Nascimento Junior.

Porto Seguro – Bahia
Janeiro/2024

Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Sistema de Bibliotecas (SIBI)

P933k Presende, Marideise Silva, 1965 -
Kiuá: raízes da ancestralidade africana. / Marideise Silva Presende. – Porto
Seguro, 2024.
180 f.

Orientador: Prof. Dr. Francisco de Assis Nascimento Junior
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia. Instituto de
Humanidades, Artes e Ciências. Programa de Pós-Graduação em Ensino e
Relações Étnico-Raciais. Campus Sosígenes Costa.

1. Educação Antirracista. 2. Jogos de Cartas. 3. Ancestralidade Africana. 4.
Diversidade Cultural. 5. Transformação Social. I. Nascimento Junior, Francisco
de Assis. II. Título.

CDD – 370.19342

Elaborado por Lucas Sousa Carvalho - CRB-5/1883

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
Instituto de Humanidades, Artes e Ciências
Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais / PPGER

FOLHA DE APROVAÇÃO

Banca Examinadora da Defesa Pública de Mestrado

Prof. Dr. Francisco Nascimento Junior (UFSB/PPGER)
Presidente da banca

Prof.^a Dr. Tássio Ferreira (UFSB/PPGER)
Membro interna

Prof.^a Dr. João Eduardo Fernandes Ramos (UF)
Membro externo

Prof. Dr.^a Tassiana Fernanda Gensiani de Carvalho (UF)
Membro externo

Marideise Silva Presende
Mestranda

Porto Seguro–BA, 30 de janeiro de 2024.

A todos os educadores que, assim como eu,
sonham com a humanização da educação brasileira.

AGRADECIMENTOS

O conhecimento não é uma semente vã, a boa semeadura, em solo fértil, faz o grão germinar. O processo de semeadura é simples, mas não fácil: exige proteção e entrega, e marca o início de um caminho onde o grão percorre e ultrapassa desafios até concluir seu ciclo. Na minha semeadura, uns foram, solo fértil, outros, adubação e temperatura.

Primeiramente, agradeço aos orixás, regentes da minha vida e aos meus guardiões, que me guiam e caminham comigo por onde vou, me protegendo e quebrando as demandas.

Aos meus filhos, Nathalia e Getulio, minha melhor semeadura, meu orgulho e minha pulsação. Gratidão por tanto amor, afeto, dedicação, paciência e parceria.

Ao meu neto Théo, amor da minha vida, aquele que desperta o que há de melhor em mim, meu companheirinho, o dono do meu sorriso. O garoto maroto que apaziguou os obstáculos, da semeadura à colheita.

A professora mestre Ericka Carneiro, que além de amiga, muitas vezes foi minha orientadora, agradeço por sua generosidade ao compartilhar seu conhecimento, que com sabedoria e paciência me amparou nos momentos de angústia, acalmando o processo e mostrando as diversas possibilidades de cultivo. Gratidão!

Aos professores que fizeram parte desse processo incrível e indescritível, em especial aos doutores que compuseram a banca de qualificação e defesa: João Eduardo Fernandes, Tassiana Carvalho e Tássio Ferreira, professores que apontaram os caminhos, e adubam a semeadura com contribuições importantes que enriqueceram meu trabalho.

Aos colegas mestres e mestrandos, especialmente Cátia Oliveira, Lenílson Pataxó, Martha Mattos, Priscila Bonno, pela dedicação e parceria nos momentos que mais precisei.

Ao meu orientador, Dr. Francisco de Assis Nascimento Junior, minha gratidão e meu respeito. Suas contribuições foram fundamentais para a consolidação deste estudo.

A todos os professores que fizeram parte da minha história, cuja paixão pelo ensino e dedicação ao conhecimento deixaram marcas permanentes em minha formação. Expresso meu profundo respeito e gratidão a cada lição, orientação e conselho que contribuíram significativamente para o meu crescimento pessoal, profissional e acadêmico.

Ao município de Santa Cruz Cabrália, por abrir os caminhos para essa semeadura.

Minha gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram para a colheita farta.

A explosão não será hoje.
Ainda é muito cedo...
ou demasiadamente tarde.
Não trago verdades decisivas.
Laivos de genialidade
não atingem minha consciência.
Entretanto, com toda serenidade,
julgo necessário dizer certas coisas.
Estas coisas, vou dizê-las, não gritá-las.
Pois há muito tempo
que o grito saiu de minha vida.
Há tanto tempo...
(Fanon, 2008)

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEPLIR	Centro de Promoção à Liberdade Religiosa.
DCND	Diretrizes Curriculares Nacionais
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMVIC	Escola Municipal Victurno da Purificação Figueiredo
FBI	Federal Bureau of Investigation (Departamento Federal de Investigação)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
NTE	Núcleo Territorial de Educação
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PME	Plano Municipal da Educação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGER	Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RIVIR	Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa
STF	Supremo Tribunal Federal
SEC	Secretaria de Educação do Estado da Bahia
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Mapa do tráfico negreiro
Figura 2 - Concepção de religiosidade
Figura 3 - Surgimento do Mundo
Figura 4 - Ewá
Figura 5 - Exu
Figura 6 - Iansã
Figura 7 - Iemanjá
Figura 8 - Ibeji
Figura 9 - Logun Edé
Figura 10 - Nanã
Figura 11 - Obá
Figura 12 - Ogum
Figura 13 - Omolu
Figura 14 - Ossain
Figura 15 - Oxalá
Figura 16 - Oxóssi
Figura 17 - Oxum
Figura 18 - Oxumaré
Figura 19 - Xangô
Figura 20 - Gráfico da taxa de analfabetismo das pessoas com mais de 15 anos.
Figura 21 - Atividade externa na Escolinha Maria Felipa
Figura 22 - Homenagem do MEC à vendedora da Olimpíada de Neurociência.
Figura 23 - Propaganda do MEC, anunciando a data final da inscrição do PROUNI.
Figura 24 - A Redenção de Cam” (1895)
Figura 25 - Mapa dos municípios que compõem o Núcleo Territorial de Educação. NTE 27.
Figura 26 - Planilha do quantitativo de alunos matriculados na rede municipal de 2023.
Figura 27 - Gráfico da Evolução do IDEB da Bahia, anos iniciais e finais.
Figura 28 - Gráficos da Evolução do IDEB 2021, do NTE 27, anos iniciais
Figura 29 - Gráficos da Evolução do IDEB 2021, do NTE 27, anos finais
Figura 30 - Gráfico da Evolução do IDEB de Santa Cruz Cabralia, nas séries iniciais e finais
Figura 31 - Tabuleiro do jogo Kiuá: raízes da ancestralidade

RESUMO

Nossa pesquisa aborda a relevância da educação antirracista, discute o reconhecimento dos saberes africanos como pilar fundamental para a transformação social e explora o papel do jogo de cartas como uma inovadora ferramenta pedagógica com potencial antirracista, destacando a capacidade do jogo em promover a conscientização, a empatia e o diálogo sobre questões relacionadas a discriminação étnico-racial. Perscrutamos como a inserção desses conhecimentos no currículo educacional resgata não apenas a história e a cultura negligenciada e silenciada ao longo dos séculos, mas também, contribui para a edificação de uma sociedade inclusiva e democrática. A escola é um ambiente de construção do conhecimento e de emancipação do indivíduo, daí a importância de romper as estruturas racistas, a fim de desconstruir estereótipos, promover a igualdade, o respeito à diversidade e a valorização dos saberes ancestrais. É nesse caminho, que a pesquisa, *Kiuá: raízes da ancestralidade africana*, se contextualiza como uma dissertação de mestrado profissional, em uma busca por colaborar com os novos caminhos que fundamentam o pluralismo epistêmico de saberes e a ruptura da hierarquização dos conteúdos programáticos. A dissertação analisa empiricamente como o jogo de cartas pode ser adaptado e implementado em ambientes educacionais para cultivar um ambiente inclusivo e promover a equidade racial. Os resultados indicam que o jogo não apenas enriquece a experiência de aprendizado, mas também contribui ativamente para a formação de cidadãos críticos e conscientes, fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Como produto final, desenvolvemos um jogo de tabuleiro sobre alguns orixás, que traz uma proposta que visa enriquecer o aprendizado sobre a cultura e tradição dos povos de África de forma lúdica e divertida. Para tanto, nos debruçamos nas concepções pedagógicas assinaladas pelos padrões da colonialidade do poder, do ser e do saber, como exposto por Fanon (2008, 2022), Freire (1977, 1992, 1996, 2014), Gomes (2003, 2010, 2017, 2020), Pinheiro (2018, 2022, 2023), Prandi (1998, 2000, 2003, 2020), Snyders (1988), entre outros autores que movimentam nosso caminho. Nossa metodologia de investigação parte da análise bibliográfica, de natureza epistemológica e compõe uma leitura crítica sobre o racismo colonial brasileiro, propondo uma reflexão acerca das possíveis contribuições da ancestralidade africana na construção de uma educação antirracista, como perspectiva de justiça cognitiva e promoção ao respeito a diversidade cultural, justificado na efetiva aplicabilidade das leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

Palavras-chave: Educação antirracista; Jogo de cartas, Ancestralidade africana; Diversidade cultural; Transformação social.

SUMMARY

Our research addresses the relevance of anti-racist education, discusses the recognition of African knowledge as a fundamental pillar for social transformation and explores the role of the card game as an innovative pedagogical tool with anti-racist potential, highlighting the game's ability to promote awareness, empathy and dialogue on issues related to ethnic-racial discrimination. We examine how the inclusion of this knowledge in the educational curriculum not only rescues the history and culture that has been neglected and silenced over the centuries, but also contributes to the construction of an inclusive and democratic society. School is an environment for building knowledge and emancipating the individual, hence the importance of breaking racist structures, in order to deconstruct stereotypes, promote equality, respect for diversity and the appreciation of ancestral knowledge. It is along this path that the research, Kiuá: roots of African ancestry, is contextualized as a professional master's thesis, in a quest to collaborate with new paths that underlie the epistemic pluralism of knowledge and the rupture of the hierarchization of programmatic contents. The dissertation empirically analyzes how the card game can be adapted and implemented in educational settings to cultivate an inclusive environment and promote racial equity. The results indicate that the game not only enriches the learning experience, but also actively contributes to the formation of critical and conscious citizens, fundamental to the construction of a more just and egalitarian society. As a final product, we developed a board game about some orixás, which brings an innovative proposal aimed at enriching learning about the culture and tradition of the people of Africa, in a playful and fun way. To do so, we focus on the pedagogical conceptions marked by the patterns of coloniality of power, being and knowledge, as exposed by Fanon (2008, 2022), Freire (1977, 1992, 1996, 2014), Gomes (2003, 2010, 2017, 2020), Pinheiro (2018, 2022, 2023), Prandi (1998, 2000, 2003, 2020), Snyders (1988), among other authors who move our path forward. Our research methodology is based on bibliographical analysis, of an epistemological nature, and comprises a critical reading of Brazilian colonial racism, proposing a reflection on the possible contributions of African ancestry in the construction of anti-racist education, as a perspective of cognitive justice and promotion of respect for cultural diversity, justified by the effective applicability of laws 10,639/2003 and 11,645/2008.

Keywords: Anti-racist education; Card game, African ancestry; Cultural diversity; Social transformation.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO I	
1. Educação antirracista: valorização e reconhecimento.....	27
1.1 Uma consciência histórica.....	29
1.2 Religiosidade, conexão e cultura afrodiáspórica.....	35
1.3 Mama África e o legado da ancestralidade.....	47
1.4 Divindades: preservação das tradições nas histórias contadas pelos anciãos.....	49
CAPÍTULO II	
2 O apagamento dos saberes ancestrais: origem e estrutura.....	72
2.1 Desconstruindo preconceitos: raça e racismo.....	74
2.2 A educação e as leis 10.639/2003 e 11.645/2008.....	86
CAPÍTULO III	
3 Estrutura de poder: desafios e perspectivas.....	99
3.1 A engenharia da colonialidade empalado pelo racismo epistêmico.....	103
3.2 O processo de embranquecimento.....	107
3.3 Santa Cruz Cabrália no contexto educacional antirracista.....	114
CAPÍTULO IV	
4 O jogo como ferramenta pedagógica antirracista.....	126
4.1 Kiuá: raízes da ancestralidade.....	132
4.2 Carta de apresentação.....	134
4.3 Guia para o educador.....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS.....	142
APÊNDICE I.....	149
APÊNDICE II.....	174

APRESENTAÇÃO

Entender a expressão nas encruzilhadas da vida, dentro desse contexto bibliográfico, demanda à compreensão do meu caminhar e às memórias que carrego para descrever minha trajetória.

Nasci numa família com poucos recursos financeiros, numa pequena e pacata cidade do interior do Paraná, um lugar de solo rico e fértil, onde tudo que se planta dá. A terra roxa trouxe muitos imigrantes italianos para a região do *pé vermeio*, entre eles, os avós de minha mãe, que vieram da Itália, ainda muitos jovens, pela promessa de prosperidade no Brasil. Meus avós paternos, pouco sabemos das suas histórias, minha avó, pelo estereótipo, certamente, corria em suas veias o sangue português, meu avô, era um caboclo, bruto, digno, íntegro, fiel e trabalhador, ambos analfabetos, viveram a vida toda com colonos, laborando a terra, numa das grandes fazendas da cidade.

Meu primeiro contato com a escola foi aos seis anos. Naquela época a escola pública atendia alunos de todas as classes sociais; pobres e ricos dividiam o mesmo espaço educacional, não havia escolas particulares, os mais abastados mantinham seus filhos em internatos, em outras cidades da região. Apesar de ser uma menina pobre, sempre tive consciência dos meus privilégios enquanto branca, no entanto, minha classe social, proporcionou alguns desconfortos, preconceitos e desacolhimento.

O ambiente escolar, ainda que, aparentemente, acolhedor, havia uma forma sutil de exclusão e descriminação, as atenções dos profissionais da educação eram explícitas, sempre voltadas primeiramente para o protagonismo da elite, para eles as principais atividades, a voz mansa, o olhar encantado e os melhores lugares, em todos os sentidos. Entretanto, entre os educandos não havia diferenças, a relação de amizade e companheirismo foram reais, puros e verdadeiras, ainda preservou muitas amizades da infância e adolescência.

Quando criança, costumava reunir os amigos da escola e da rua, para brincar de escolinha no porão de casa, um lugar agradável, fresco e com um cheiro peculiar, que com capricho e dedicação, meus pais, improvisaram para ocupar a criançada, aquele lugar era mágico, foi muito significativo para mim, para meus irmãos e para todos os nossos convidados.

Na escolinha não havia preconceitos e/ou discriminação de raça, ou classe, éramos felizes, por isso a diversão era abundante. Além dos bancos, baixinhos, cumpridos e fininhos, improvisados com madeira velha e pregos enferrujados e tortos, pelo meu pai,

compartilhamos, também, o lanche, o caderno feito de saco de pão, alinhavado à mão pela minha mãe, assim como, as diversas e diferente emoções que cada um carregava consigo, e a alegria de dividir as conquistas entre os colegas; umas maiores, outras menores, porém importantes e celebradas por todos com muito carinho. Tive uma infância feliz!

Desde pequena minha paixão era a docência, sempre soube que o curso superior não era para mim, não tinha condições de me deslocar para as faculdades particulares da região, tão pouco morar na capital, para frequentar a universidade pública. Esse privilégio era para meus colegas ricos, por isso, me dediquei ao magistério, me destaquei e ainda no estágio, o município assinou minha carteira de trabalho, como auxiliar de sala de aula.

Assim iniciei meu percurso como educadora, aos 14 anos, como professora auxiliar, numa sala do MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização, uma experiência indescritível, um marco na minha vida pessoal e sobretudo na minha vida profissional.

Durante três anos, tive a honra de conviver com educandos mais velhos que eu, uma gente guerreira, sofrida e dedicada, na maioria trabalhadores rurais, domésticas, pedreiros, donas de casa, entre outras pessoas, que trabalhavam o dia todo, e a noite, mesmo cansados, frequentavam a escola, certamente um dos momentos mais felizes do dia, tanto para eles, quanto para mim. Conheci de perto o sexism, o preconceito, a desigualdade social e o racismo. Numa sala de aula, cuja maioria dos alunos eram pobres, negros, mulheres e analfabetos, com mais de 30 anos, todos compartilhavam do mesmo sonho: ler, escrever e calcular. Com eles, aprendi mais do que ensinei, com eles, entendi o valor da minha profissão.

Ao longo da minha carreira, durante essas três décadas de docência, sendo que 25 anos, dedicados à educação de Santa Cruz Cabrália - Bahia, na Escola Municipal Victurino da Purificação Figueiredo, onde além de professora, exercei a função de diretora e vice-diretora. Neste mesmo período, durante cinco anos, fui professora no ensino médio, no Colégio Terezinha Scaramussa e durante seis anos, contribui na formação de vários educadores como tutora nos cursos de pedagogia e Letras na EADECON, um sistema educacional de alta tecnologia que ofertava ensino à distância para a Universidade Estadual do Tocantins e da Lapa. Em seguida, quatro anos dedicados ao curso semipresencial Letras, da Faculdade Anhanguera, em Porto Seguro.

Durante esse período, aconteceram muitas mudanças, tanto sociais, quanto educacionais. Assisti às dificuldades enfrentadas pela educação brasileira, sobretudo na educação de Santa Cruz Cabrália. Vivenciei as angústias e as interferências internas e externas que atrapalham o desenvolvimento do trabalho pedagógico do educador, tanto na escola pública, quanto na escola privadas.

Em síntese, todas essas mudanças me levaram a refletir sobre os equívocos que alicerçaram minha formação social e acadêmica, e concluí que eu precisava mudar minhas ações e atitudes. Comecei explorando assuntos relacionados às relações étnico-raciais, pesquisando, assistindo e ouvindo podcast informativos e educativos, entrevistas e conversas, participando de cursos e palestras, dessa maneira, mudei meu foco de leitura e transformei meus pensamentos, ampliei diferentes pontos de vista, e assim, mudei algumas opiniões, constituídas de forma linear e hegemônica, ao longo da minha existência.

Hoje, tenho consciência que por ignorância, também contribui com o apagamento dos diferentes saberes e o silenciamento da história e cultura dos povos africanos e originários. No entanto, colaborei e promovi momentos de muito aprendizado, de alegria e superação, assim como, contribui na construção do conhecimento transformador, pautado no envolvimento coletivo, em prol de uma educação democrática e antirracista. Assim como os filósofos Frantz Fanon e Paulo Freire, acredito que a educação é instrumento fundamental para a transformação social e promoção da justiça, por isso, a educação não pode ser neutra.

Por conseguinte, entendi que o educador, também não deve assumir esse papel de neutralidade em relação à educação. O educador deve desafiar as engrenagens coloniais de opressão, que ao longo dos séculos vem sendo imposta pelo sistema educacional brasileiro. Aprendi com Freire e Fanon que a educação, além de não ser imparcial, ela se encarrega de uma prática capaz de fortalecer e/ou estimular as organizações de poder já existentes. Logo, o educador precisa se preparar para ser agente transformador.

À vista disso, acredito que o educador da educação básica, sobretudo o educador da educação infantil e fundamental, deve ter consciência da sua importância na construção de uma educação democrática e transformadora. Para tanto, é fundamental esclarecer, para o educando, a importância do conhecimento, arquitetando uma educação significativa, capaz de potencializar a identidade cultural e preparar o educando para ser agente na transformação da sociedade e da sua realidade.

Assim como em outros municípios brasileiros, Santa Cruz Cabralia está inserida numa sociedade racista e preconceituosa, ainda alicerçada no colonialismo, à vista disso, acredito que é imprescindível que o educador busque conhecimento para atender as demandas de uma comunidade plural. Daí a importância de reconhecimento e conscientização da diversidade cultural e da pluralidade étnico-racial impressa na identidade brasileira, assim o educador pode contribuir, significativamente, no aprendizado e na formação do educando. Dessa maneira, o educador pode proporcionar não só os diversos saberes, mas também a alegria e o prazer em estar e permanecer na escola.

Confesso que é um processo transformador, envolvente e revelador. Contudo, para esse processo epistêmico se concretizar e frutificar é necessário receptividade, valorização, aceitação e empatia. Conforme Freire (1977, p. 25) “Educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isso sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais”. Para isso, é importante enfatizar que a desconstrução e reconstrução do conhecimento, requer paciência, disciplina, respeito e senso crítico.

O processo de desconstrução do meu conhecimento, me impactou como pessoa e sobretudo como educadora, pois identifiquei a necessidade de aprofundamento em diferentes assunto e saberes, precisei aprender a aceitar e a respeitar a realidade e as especificidades do educando. Hoje tenho convicção que é necessário reestruturar-se para oferecer uma educação equânime, que atenda às necessidades de todos os educandos.

Para tanto, o educador precisa ser um pesquisador consciente e comprometido com o respeito e valorização de todos os seres humanos, para que ele esteja preparado para contribuir com a transformação da sociedade. Por isso, enquanto educadora e cidadã, que escolheu o município de Santa Cruz Cabrália para viver, uma comunidade miscigenada, de uma riqueza cultural ímpar, senti a necessidade de apropriar meus conhecimentos e aprofundar nos assuntos relacionados a educação das relações étnico-raciais, a fim de, colaborar na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Contudo, quanto mais me apropriava do assunto, mais entendia a responsabilidade do educador com a formação do educando, sobretudo com a educação dos educandos santa-cruzenses.

O fato é que, quanto mais eu buscava desenvolver uma educação democrática e antirracista, mas sentia a necessidade de conhecimento sobre o assunto, mesmo porque, percebi que a constante busca por conhecimento, nos prepara para ressignifica teorias e transforma práticas. Portanto, para ser um educador antirracista é fundamental dilatar o ponto de vista, pesquisar outros olhares, entre outros, que visam ampliar e mudar perceptivas.

Sempre almejei o mestrado, para melhor compreender os saberes que me foram silenciados na escola, do primário, ao ensino superior. Busquei no aperfeiçoamento, a qualificação e o entendimento necessário para contribuir na formação de todos meus educandos, consequentemente, contribuir com a construção de uma educação antirracista e transformadora, no município de Santa Cruz Cabrália.

No entanto, por questões financeiras e logísticas, o mestrado era apenas um sonho, porém, quando a Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB, chegou a Porto Seguro, trouxe consigo a transformação de um sonho em realidade. Finalmente, a tão sonhada Universidade Federal poderia fazer parte da minha vida.

Durante dois anos me preparei para participar da seleção de mestrado, como já mencionei, comecei a pesquisar o assunto e preparar meu projeto, mas eu tinha outros problemas a serem resolvidos, conquistados e superados. Entre eles, a dificuldade tecnológica, (não sou da geração tecnológica). Para mim a tecnologia era um dos problemas que eu precisava resolver para enfrentar a seleção do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relação Étnico-Raciais - PPGER. Enfrentei esse obstáculo, e superei boa parte das dificuldades tecnológicas.

Compreendo a escola como um ambiente plural, veículo de emancipação do indivíduo, instrumento de transformação, onde a hegemonia do pensamento liberal potencializa o discurso universal do conhecimento e aponta para os diferentes saberes e perspectivas históricas, que deve priorizar a valorização do legado ancestral inscrito às novas gerações, tornando o ambiente escolar atrativo para todos os educandos.

Sendo assim, para o educador contribuir com a construção de uma educação antirracista e transformadora, antes de tudo, ele precisa respeitar a realidade do educando e valorizar sua história. Para tanto, é imprescindível, despir-se das amarras do racismo, da hegemonia, do preconceito e de todas as manifestações de discriminação, características de um povo ainda colonizado, para garantir a representatividade de todos os educandos, independente das suas particularidades.

Portanto, o educador do segundo milênio, deve exercitar a empatia e a conscientização, pois educar é um ato de amor e humanização, e exige do educador, respeito, aceitação, responsabilidade social e compromisso.

Ainda há muito a se falar sobre minha trajetória profissional e acadêmica, mas por hora, ficamos por aqui.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, diz respeito a urgência em romper com as estruturas que apagam e silenciam os saberes, promovendo uma experiência educacional inclusiva e democrática, que visa desconstruir estereótipos, promover a igualdade racial, capaz de valorizar a pluralidade cultural e étnico-racial existente no Brasil e contribuir para o desenvolvimento de identidades positivas, estimulando uma consciência crítica.

Além de ser um ambiente de interação e de construção dos saberes, a escola é também, um local conflitante, fio condutor das desigualdades e do racismo, por ser espaço de disputa, pautado no embate entre culturas e as limitações de escolha de um currículo pautado claramente em decisões políticas. Segundo o professor, doutor em educação, Francisco Nascimento (2017), o sistema educacional brasileiro foi edificado sob uma estrutura de opressão social, é um movimento que perpassa as questões éticas, já que se edifica em diversos olhares e perspectivas ocidentais e na omissão de conteúdos e dos diálogos.

Para construir uma educação antirracista, é necessário responsabilidade, cuidado, atenção e empatia no processo de ensino/aprendizado. Conforme o escritor e educador Paulo Freire (1987), o ato de educar exige interação e é esse o processo educacional engenhoso o responsável pela construção sistemática do pensamento humano. Portanto, priorizar uma educação de qualidade é priorizar a equidade, garantindo a laicidade descrita na Constituição Federal de 1988 e a aplicabilidade das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, no ambiente escolar, é responsabilidade de todos os envolvidos com a educação brasileira.

A Lei n.^º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.^º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, respaldada em 2008 pela lei n.^º 11.645, que estabelece às diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Brasil, 2008).

É nesse caminho, que a pesquisa, *Kiuá: raízes da ancestralidade africana*, se contextualiza como uma dissertação de mestrado profissional, visando contribuir para o fortalecimento dos percursos acadêmicos que fundamentam o pluralismo epistêmico de saberes e a ruptura da hierarquização dos conteúdos programáticos e das concepções e práxis pedagógicas assinaladas pelos padrões da colonialidade do poder, do ser e do saber.

A escolha do título, se justifica pela efetiva aplicabilidade das leis n.^º 10.639/2003 e 11.645/2008, que reconhecem e valorizam a cultura e história de todos os povos que contribuíram com a construção identitária deste país. Nesse sentido, é fundamental discutir

como a colonialidade global interfere na educação básica e de que maneira o racismo é usado como ferramenta sociocultural de conservação da colonialidade no Brasil.

Daí a urgência de um aprofundamento teórico, na busca de respostas aos questionamentos sobre: qual é o papel da escola e qual é o papel do educador na formação do educando; como edificar uma educação antirracista numa sociedade plural e racista?

Estes questionamentos, possibilitam a compreensão que o aprendizado acontece a partir do entendimento e da dialogicidade de situações concretas, já que, a realidade do educando deve refletir nas ações conscientes e nas práxis pedagógicas capazes de transformar a realidade e humanizar o mundo (Freire, 1977). É dentro desse contexto que acontece o processo de ensino e aprendizagem, considerando a experiência de vida do educando, que ao aprender conscientiza; consciencializado, transforma; transformado, humaniza.

Na busca por respostas, exploramos algumas hipóteses, objetivos e objetos, que fazem parte da vivência escolar, bem como, leituras e pesquisas que nos levaram a perceber os obstáculos que dificultam a implementação de ações voltadas à valorização da história e cultura africana e afro-brasileira.

Diante desse contexto, nos propomos contribuir com a construção de uma educação capaz de formar sujeitos humanizados, críticos e conscientes, aptos a transformar a realidade social, com ações, atitudes e práticas antirracistas. Dessa forma, buscamos por um padrão de ensino que valorize o ser humano na sua totalidade, considerando a relevância da sua história e da sua cultura, por meio do jogo *Kiuá game: raízes da ancestralidade africana*.

Por conseguinte, para construir nossa estrutura de investigação, nos debruçamos nas leituras, análises e discussões, acerca da diáspora africana no Brasil, um desafio que deve ser enfrentado para garantir uma educação respeitosa e inclusiva, é fundamental na condução da reflexão e dos debates sistemáticos, sobre a importância da aplicabilidade da lei 11.645/2008 como ferramenta de ruptura da engenharia da colonialidade, mantenedora das desigualdades e do racismo.

Para edificar nossa pesquisa, selecionamos um arcabouço teórico pautado nas leituras de Fanon (2008, 2022), Freire (1977, 1992, 1996, 2014), Gomes (2003, 2010, 2017, 2020), Machado (2014), Pinheiro (2018, 2022, 2023), Prandi (1998, 2000, 2003, 2020), Quijano (2005, 2010), Rufino (2019,) Snyders (1988), principais mãos que seguramos para percorrer juntos nosso caminho, em que encontramos outras de autores pós-coloniais, que compreendem a urgência e a importância de dissolver a lógica da colonialidade mundial, arquitetada a partir da retórica globalizada de um sistema colonial, capitalista e patriarcal.

Nossa metodologia de investigação, parte da análise bibliográfica, de natureza epistemológica, e compõe uma leitura crítica sobre a lógica do racismo brasileiro, apontando a valorização e o reconhecimento da diversidade cultural e étnico-racial, como caminho para desconstrução das diferentes formas de racismo e preconceito.

Como contraponto, trazemos a experiência de trinta e cinco anos de sala de aula, 25 anos dedicados à docência, no município de Santa Cruz Cabrália–BA. Ao longo desse percurso, percebemos que o município possui particularidades distintas, diferentes de outros municípios brasileiros, por abrigar a maior aldeia indígena, urbana do Brasil. Portanto, a ancestralidade pulsante da população santa-cruzense é agente determinante da sociedade santa-cruzense. Consequentemente, não há como negligenciar, tão pouco, menosprezar e/ou amenizar a proporção que esse fato toma no sistema educacional do município.

É importante esclarecer que a Secretaria de educação do município de Santa Cruz Cabrália, desenvolve diversas movimentações pedagógicas e metodológicas significativas, que o avanço e crescimento educacional, principalmente na educação básica, anos iniciais. No entanto, em relação ao desenvolvimento da história e cultura afro-brasileira e indígenas, essa movimentação é pontual, estão geralmente direcionadas às datas comemorativas e a eventos específicos, exceto às escolas indígenas.

As escolas indígenas conquistaram autonomia para desenvolver uma educação de qualidade, onde concilia os conteúdos programáticos ao propósito de valorização das tradições e da cultura do povo Pataxó. Dessa maneira, possibilita a construção de um espaço multicultural e equânime, e promove justiça social ao despertar no educando o desejo em aprender para melhor interferir na sociedade a qual ele está inserido.

Entretanto, essa não é a realidade de todas as escolas do município. A maioria dos educadores encontra dificuldades para desenvolver temáticas que fazem parte do cotidiano escolar da cidade, sobretudo, os assuntos relacionados às raízes ancestrais africanas e indígenas, geralmente esses conhecimentos são silenciados diariamente no chão da escola.

Os conhecimentos relacionados à história e cultura afro-brasileira e indígena são fundamentais, por possibilitarem um aprendizado significativo para todos os educandos. O aprendizado significativo, remete o educando a uma compreensão concreta e significativa dos conteúdos, diz respeito à relevância do conhecimento na sua totalidade, visto que, conecta o educando a sua própria realidade, assim como, sua forma de ver e ler o mundo. Desse modo, o aprendizado significativo atribui sentido ao conhecimento prévio do educando.

Porém, a maioria dos educadores não se sente preparado para desenvolver conteúdos sobre a história e a cultura afro-brasileira e indígena, conforme a lei n.º 11.645/2008. Por

consequência, essas abordagens são desenvolvidas de forma tímida e muitas vezes equivocadas e preconceituosas, geralmente, em datas comemorativas específicas, quando essa representatividade deveria ser de excelência e fazer parte da rotina pedagógica da escola, já que, todos os assuntos relacionados a história e cultura afro-brasileira e indígena fazem parte do cotidiano e da realidade dos educandos, sobretudo dos educandos santa-cruzenses.

Vale ressaltar que a Educação das Relações Étnico-raciais (ERER) é importante para todos os grupos, incluindo as escolas brancas e elitizadas. No caso do município de Santa Cruz torna-se ainda mais relevante por suas especificidades.

Sabemos que realidade educacional é complexa e multifacetada, de um lado o compromisso com uma educação de qualidade e transformadora, de outro as dificuldades em desenvolver um trabalho de excelência pela ausência de ações efetivas dos órgãos centrais e intermediários, ocasionando impactos, tanto na escola, quanto no processo de ensino e aprendizagem. Sabemos, também, que o sucesso dessa construção não depende apenas do educador, mas sim, de toda coletividade que envolve a educação do município.

Entretanto, no olhar atento e democrático daquele educador que vê a educação como responsabilidade social, é possível amenizar a hegemonia e a desigualdade no processo de ensino e aprendizagem, por meio de uma ressignificação significativa dos conteúdos programáticos, no cotidiano escolar. Em outras palavras, ressignificar conteúdos não diz respeito a burlar o currículo oficial, mas sim de reestruturar conteúdos conforme realidade do educando, oportunizando saberes significativos transversalmente, desenvolvendo, diariamente, conteúdos que proporcione ao educando o prazer em aprender.

Para tanto, é fundamental que o educador seja consciente da sua responsabilidade social, que reconheça as diferentes culturas e saberes, assim como respeite as diversidades, e valorize a realidade e o conhecimento de cada educando. Essas ações e atitudes afirmativas, possibilitam o caminho para a mitigação do racismo e humanização da sociedade. Sendo assim, ressignificar conteúdos diz respeito a um educador pesquisador, aquele que busca conscientização e motivação, capazes de transformar vidas e ensinar o educando a ler e interpretar o mundo.

A barreira que aparta a humanidade de uma convivência democrática, é a dialética entre os diferentes. À vista disso, o olhar humanizado do educador, pode remeter suas ações à prática diária de uma educação antirracista transformadora, onde a ênfase à realidade e a vivência do educando, está presente na transversalidade de inserção consciente de conteúdo programático significativo, nas práxis pedagógicas concretas, no emprego de metodologias

inovadoras e concepções essenciais e abrangentes que estruturam e desenvolvem as diferentes áreas do conhecimento, visando a igualdade social e o respeito às diferenças.

Assim como em outros municípios brasileiros, o município de Santa Cruz Cabrália, também, enfrenta dificuldades e encontra obstáculos para garantir a representatividade de todos os estudantes, uma vez que, o processo de ensino-aprendizagem vai de encontro a hegemonia de um modelo educacional, imposta por um sistema eurocêntrico e capitalista. Por isso, muitas vezes, a escola silencia e/ou apaga a diversidade cultural étnico-racial que compõe a pluriculturalidade da sociedade brasileira.

No entanto, as conquistas dos movimentos antirracistas, sinaliza para a construção de um modelo educacional com compromisso social, que rejeita todas as práticas racistas, preconceituosas e discriminatória, e se preocupa não apenas em informar, mas também, em desenvolver o comportamento humano, por meio de ações e atitudes que estimulam a consciência social.

À vista disso, é fundamental a parceria entre a Secretaria de Educação, a escola, o educador e a comunidade, a fim de, normatizar, para planejar o processo de ressignificação dos padrões coloniais que ameaçam o desenvolvimento educacional. Nesse sentido, desenvolver paradigmas, capazes de desmantelar o padrão educacional imposto ao longo dos séculos, de forma que, os conteúdos programáticos desenvolvidos em sala de aula, reconheça os diferentes saberes e valorize a diversidade cultural e étnico-racial, que faz do Brasil um país plural.

Em outras palavras, propomos como ponto de partida para uma educação antirracista, no município de Santa Cruz Cabralia, a leitura crítica da realidade, no exercício frente a estrutura lógica do município, reconhecendo outros pontos de vista, com o propósito de desenvolver diferentes saberes, análogos à vivência do educando.

Reconhecemos que a simples presença de objetos novos, de uma técnica, de uma forma diferente de proceder, em uma comunidade, provoca atitudes que podem ser de desconfiança, de recusa, total ou parcial, como de aceitação também. O que não se pode negar é que, ao manter-se o nível de percepção do mundo, condicionado pela própria estrutura social em que se encontram os homens, estes objetos ou estas técnicas, ou esta forma de proceder, como manifestações culturais estranhas à cultura em que se introduzem, poderão também ser percebidos magicamente (Freire, 1977, p. 32).

Isto posto, a questão está no procedimento epistêmico contido no currículo escolar, geralmente, distorce a verdade, preconiza saberes, folcloriza as culturas e impõe percepções parciais e equivocadas sobre a realidade social e cultural do educando.

Por conseguinte, assistimos, atônitos, à falência da aprendizagem, assinalada pela ausência de efetivas políticas públicas afirmativas, pela construção sócio-política do desmerecimento e desqualificação do educador e pela ineficiência do sistema educacional em resolver os conflitos, entre tantos outros obstáculos usado como mecanismo de manobra para desacelerar o processo de ensino e aprendizagem democrático e para proteger e conservar a colonialidade e, consequentemente, perpetuar a soberania da elite capitalista.

Esse engenhoso projeto, explica o silenciamento dos saberes, o apagamento das culturas e tradições, a demonização das crenças e a inferiorização da ancestralidade, ingredientes que promovem o baixo índice de aprendizagem e a evasão escolar.

Neste cenário, onde a escola deveria ser protagonista, aceitamos, tradicionalmente, o papel de coadjuvantes, pois testemunhamos e muitas vezes defendemos a unilateralidade do conhecimento empírico e epistêmico. Aspectos esses que fomentam comportamentos racistas, discriminatórios, preconceituosos e extremistas, que inferiorizam os corpos, apagam os saberes, demonizam as crenças e marginalizam tudo que não seja com a elite capitalista.

Diante de todo esse contexto, ou esperamos, pacificamente, por políticas públicas afirmativas capazes de mudar a realidade da educação brasileira, ou, na coletividade educacional, travamos lutas conscientes, em prol do sepultando do silenciamento epistêmico,clareando as informações equivocadas, promovendo a valorização das raízes ancestrais e o respeito a realidade do educando. Assim, atribuir sentidos, significativos, para o educando permanecer na escola. Nesse sentido, Freire (1987, p. 28), afirma que “no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido”. Portanto, é necessário encontrar prazer em estar e permanecer no ambiente escolar para melhor aprender.

É nesse contexto que o efetivo aprendizado ocorre, ou seja, quando o educando se envolve ativamente, ele questiona, contextualiza, se conecta, assim aplica seu conhecimento dando sentido para ele. Ao se apropriar do aprendido, o educando cria uma conexão com o conhecimento, tornando-o parte integrante do seu repertório cognitivo. A efetiva compreensão e assimilação do conteúdo, não se dá apenas por meio da memorização de informações, mas também pela internalização, relacionando experiências pessoais na construção de um entendimento profundo do conhecimento durante o processo de ensino aprendizagem.

Nossa pesquisa não tem a intenção de fomentar um caminho que possibilite doutrinar, questionar ou problematizar a fé e/ou crença de qualquer um dos atores envolvidos, mas sim de contribuir com uma proposta capaz de amenizar os impactos causados na educação pelas ações discriminatórias que envolvem o cotidiano escolar. Conforme Freire (1987) o propósito da educação é conscientizar o educando para que ele possa mudar o mundo. No entanto, à

medida que mergulhamos nas entranhas das realidades educacionais, vamos entendendo que a escola do século XXI, pouco sinaliza à ruptura com a hierarquização de saberes, atingindo um público muito específico, os educandos indígenas, negros e pobres.

Todavia, a educação antirracista pode ser transformadora e libertadora, pois se trata de um processo dinâmico, que estimula o educando a participar e questionar criticamente o processo de ensino e aprendizagem. Nessa dinâmica, o educando é o protagonista desse processo e o educador deixa de ser o detentor do saber para assumir o papel de mediador, cuja responsabilidade é conduzir e auxiliar o educando à construção do seu próprio conhecimento.

A “educação como prática da liberdade” é sobretudo e antes de tudo, uma situação verdadeiramente gnosiológica. Aquela que o ato cognoscente não termina no objeto cognoscível, visto que se comunica a outros sujeitos, igualmente cognoscentes. Educador-educando e educando-educador, no processo educativo libertador, são ambos sujeitos cognoscentes diante do objeto cognoscível, que os mediatizam (Freire, 1977, p. 78).

No entanto, para que esse processo educativo aconteça, é fundamental preparar o educador para assumir seu protagonismo na educação antirracista. O fortalecimento do conhecimento do educador como propósito na formação de sujeitos pensantes, críticos, capazes de ler o mundo para transformá-lo.

À vista disso, refletir se a escola que temos é a escola que precisamos e queremos, se o educador pode e deseja ser agente dessa construção transformadora, pois a formação continuada dos profissionais da educação, além de contribuir com o desenvolvimento de uma educação distante das amarras coloniais, serve como ferramenta educacional que auxilia, o educador a reinterpretar e a ressignificar conteúdos de forma significativa e concreta.

Isto posto, fica claro que a construção de uma educação antirracista, libertadora e transformadora, se estrutura por meio do diálogo, da empatia, do respeito e da interação entre educador e educador. Freire (1977) traça um paralelo entre o educador e o educando, e reforça a ideia de que o conhecimento acontece por meio do diálogo e da reflexão. Logo, a educação além de oferecer relevância às experiências vivenciadas pelo educando, concede a ele a oportunidade de aplicar o aprendido em situações concretas.

Nesse sentido, a educação antirracista visa não somente a compreensão, a aceitação, o respeito e a valorização de todos os saberes, mas também se afasta da apropriação e da distorção do conhecimento epistêmico. Daí a importância da força transformadora do educador, que emerge no diálogo, na reflexão e na conexão com o universo do educando.

Há muito tempo a realidade do educando afro-brasileiro e indígena é negligenciada pelo sistema educacional brasileiro. Esse descaso reverberou à dinâmica do desmerecimento

da existência dos não brancos e na invisibilidade de outros saberes. Segundo o professor Luiz Rufino (2019, p.12), “A colonização é uma engenharia de destroçar gente”. Essa engenharia hegemônica, nega a história do colonizado, marginaliza os grupos inferiorizados, humilha seus corpos, demoniza sua crença e religiosidade, folcloriza sua cultura, como propósito de controle e aniquilamento de outras narrativas e outras crenças não cristãs.

À vista disso, é importante entender que, o intercâmbio cultural entre os povos fez do Brasil uma nação plural. Essa pluralidade de identidades culturais é chave propulsora que deve estimular a equidade educacional. Diz respeito às contribuições históricas e culturais não apenas dos europeus, mas também dos afrodiáspóricos e dos povos originários. Esse assunto precisa ser discutido no chão da escola, diariamente, fazendo valer a efetiva aplicabilidade das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, como propósito de afirmação de que não existe uma cultura melhor, ou saberes superiores, visto que, todos os saberes são relevantes e indispensáveis.

Mesmo com toda essa riqueza cultural que faz do Brasil uma nação miscigenada, a educação brasileira permanece alicerçada na superioridade e na manutenção da colonialidade e na materialização e preservação da ignorância e da pobreza da maioria do seu povo. Aqueles que construíram essa nação, foram e ainda são excluídos e marginalizados, pelos mecanismos perversos de preservação da burguesia capitalista. O editor e professor estadunidense Nicholas Burbules, traz uma reflexão sobre o sistema educacional brasileiro, que revela a necessidade de incluir no currículo oficial a valorização das diferenças e da diversidade.

A educação não deve ser apenas a transmissão de um sistema existente de crenças e valores imutáveis de uma geração à seguinte; é preciso haver algum espaço para o questionamento, para a reinterpretação e para a modificação desse sistema à luz de uma compreensão ampliada de onde ele se encaixa no contexto de um mundo diversificado e em processo de rápida transformação (Burbules, 2003, p. 182).

Portanto, além de transferir conhecimentos, a educação deve oportunizar diálogos e questionamentos, capazes de preparar o educando para leitura de mundo e para enfrentamento dos desafios. E vez de adotar uma abordagem rígida e inflexível, a educação deve permitir uma reflexão crítica e uma compreensão expandida do papel dessas crenças e valores no contexto de um mundo diversificado e em constante transformação, incentivando a reflexão crítica, enfatizando a importância de desafiar as concepções educacionais existentes. Assim, reconhecer a necessidade de reinterpretar, ressignificar e transformar o sistema educacional. Compreender a complexidade da educação no contexto global exige flexibilidade, respeito e aceitação e das diferenças.

O Brasil foi constituído por uma riqueza histórica e cultural indiscutível. Embora ainda haja pouco intercâmbio entre as culturas constituídas no território nacional, o fato é que todas as culturas que compõem a identidade brasileira são importantes para a formação do educando. Conforme o professor e historiador Luiz Antonio Simas (2018):

O Atlântico é uma gigantesca encruzilhada. Por ela atravessaram sabedorias de outras terras que vieram imantadas nos corpos, suportes de memórias e de experiências múltiplas que, lançadas na via de não retorno, na desterritorialização e do despedaçamento cognitivo e identitário, reconstruíram-se no próprio curso, no transe, reinventando a si e o mundo (Simas, 2018, p. 11).

A educação não é uma ferramenta estática, a educação é dinâmica, por isso, não pode ser entendida, tão pouco utilizada, como um sistema passivo de alienação de valores e crenças, preestabelecidos de geração em geração. A educação do segundo milênio precisa se pautar no diálogo e na leitura do mundo, para melhor atender as demandas de uma sociedade em constante transformação. Esse processo educacional oportuniza ao educando a capacidade de enfrentar desafios e analisar criticamente situações concretas de forma independente e inovadora. Vivemos numa sociedade globalizada, assinalados pelos avanços tecnológicos, que valorizam a inovação e o pensamento crítico.

Diante desse panorama, é fundamental repensar os paradigmas do sistema educacional, oportunizando novas práticas educativas e metodológicas, centradas não apenas na assimilação de conhecimento, mas também numa dinâmica que prepare o educando a desafiar e a ressignificar ativamente o que aprenderam. Por isso, a relevância da escola em acompanhar o ritmo do educando, respeitando a essência de cada educando. Ao fazer isso, a escola além de promover o aprofundamento dos diversos saberes, ela prepara o educando para contribuir significativamente com a evolução da sociedade.

Nesse sentido, a ludicidade e o dinamismo presentes nos jogos, podem instaurar uma experiência inovadora e descontraída capaz de contribuir com o processo de ensino/aprendizagem. Brincar é um mecanismo intelectual e pedagógico, eficaz e divertido, que direciona o educando a reflexão crítica sobre as questões sociais, assim como, oportuniza a elaboração de soluções para superação dos desafios. Segundo o psiquiatra e filósofo martiniano, Frantz Fanon (2022, p.55), o colonizado deve encontrar caminhos para lidar com essa nova realidade”. Sendo assim, é imprescindível forjar novas estratégias e abordagens, a fim de lidar com as complexidades e desafios que surgem como consequência do processo de colonização, buscando equilíbrio diante das transformações impostas pelo processo histórico e social.

A pesquisa está dividida em três capítulos. Para que se possamos entender toda essa engrenagem colonial, tecida na educação brasileira.

No capítulo I, apontamos a necessidade do constructo ideológico, capaz de desenvolver outras concepções de saberes, que vão além dos conhecimentos estereotipados transmitidos em sala de aula, numa perspectiva educacional mais significativa e concreta. Por isso, a importância de refletir e discutir sobre a diáspora negra e as raízes da ancestralidade africana como caminho para descolonização dos saberes e a desconstrução da colonialidade que sustenta o racismo e trazemos um panorama do continente africano, apresentando as características de algumas divindades africanas cultuadas no Brasil, pela ótica iorubá, e como a organização social africana influenciou na construção da identidade brasileira. Este capítulo evoca a conexão e o respeito ao continente africano e também, apresenta a religiosidade africana como um conjunto de tradições, rituais e sistema de crenças que variam segundo as regiões, etnias e culturas, assim como, destaca a importância de respeitar e compreender a complexidade da história e cultura afro-diaspóricas, reconhecendo e valorizando sua contribuição na identidade brasileira.

No capítulo II, entre os assuntos abordados, há uma breve ponderação acerca da estrutura de poder tecida pelo racismo, uma ferramenta de dominação e subalternização dos povos inferiorizados; a importância de aplicar as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 no processo de ensino/aprendizagem. Também, discute a estrutura da colonialidade no processo de embranquecimento, devido às diversas influências históricas e sociais que privilegiam uma cultura em detrimento a outra, um processo educacional que causa impacto no sistema educacional brasileiro desde a colonização, sobretudo no município de Santa Cruz Cabrália, cenário do início da invasão europeia às terras dos povos originários,

No capítulo III, apresentamos o projeto de intervenção da nossa pesquisa, um jogo de tabuleiro disponível virtualmente ou para impressão. O jogo, *Kiuá Game: raízes da ancestralidade*, como instrumento pedagógico, desenvolvido ao longo da nossa pesquisa para auxiliar os educadores, sobretudo os educadores da rede municipal de Santa Cruz Cabrália, é uma ferramenta lúdica e interativa que contribui para a abordagem dos assuntos relacionados a história e cultura afro-brasileira e traça caminhos que aproximam educador do educando, oportunizando momentos de reflexão sobre os valores e tradições afro-diaspóricas, bem como, a exploração de diversas perspectivas da organização social, sensibilidade cultural e histórica dos povos africanos.

CAPÍTULO I

1. Educação antirracista: valorização e reconhecimento

Literatura recente (e nem tão recente) vem apresentando críticas severas à Escola Pública, tanto no quesito de estrutura física, como de carga horária de professores, lotação de salas de aula, como também na parte metodológica, passando pelo uso ou não de novas tecnologias e finalmente chegando na reformulação de conteúdo. Tudo encaixado, e segundo o discurso de fragilidade e baixo rendimento dos estudantes, o que é aferido por instrumentos externos de avaliação. Segundo a psicóloga Maria Helena Patto, conhecida por seu trabalho em psicologia escolar e educacional:

Não se pode também responsabilizar os professores pelas mazelas da escola pública fundamental, uma vez que eles também são produto de uma formação insuficiente, porta-vozes da visão de mundo de classe hegemônica e vítimas de desvalorização profissional e de uma política educacional burocrática, tecnicista e de fachada (Patto, 1992).

Entretanto, ainda que valide todas essas críticas, é importante ressaltar, também, as palavras do sociólogo Darcy Ribeiro quando afirma que “a crise da educação no Brasil não é uma crise: é projeto”. Para considerá-la um fracasso, seria necessário concordar com o modelo de sociedade que ela cria, o que não pode ser uma concepção verdadeiramente educadora. Diante desse contexto, é fundamental identificar a crise na educação brasileira, como um projeto político-social.

Nesse sentido, apesar de algumas divergências entre Paulo Freire e Frantz Fanon, o que se justifica pelo cenário político e social a qual cada um está inserido, suas perspectivas sobre a educação se complementam. Ambos reconhecem a educação como meio de transformação social e destacam que para promover a emancipação do educando e a equidade social, a educação precisa romper com as estruturas e as amarras da opressão. Dessa forma, edificar uma educação que possibilite o envolvimento ativo dos educandos na construção de conhecimento e que oportunize a transformação de suas realidades.

No entanto, é importante destacar que algumas concepções se diferem quando Freire enfatiza a importância da conscientização, e Fanon defende a descolonização radical. Freire entende a educação como um processo dialógico que conduz o educando a reflexão crítica da sua realidade a fim de transformá-la. Fanon, por sua vez, defende a ideia da descolonização

como processo de transformação social, por meio de lutas e resistências, romper com o pensamento colonizador, a fim de, constituir uma identidade própria.

Porém, ambos defendem uma educação que respeite as culturas locais. Para Freire o processo educativo deve considerar os saberes prévios do educando, já Fanon argumenta que a descolonização parte da rejeição das estruturas coloniais, ou seja, Freire vê a educação como um ato político, ele acredita que a conscientização é capaz de uma ação política transformadora. Fanon vê a educação como um ato de libertação política, como processo de construção de consciência nacional. Embora, distintos tanto de origem, quanto de nas abordagens, ambos entendem a educação como força política e transformadora capaz de libertar e descolonizar.

Entre os problemas enfrentados pela educação transformadora, o racismo institucional se destaca pelo modo como fortalece as engrenagens da máquina de exclusão social. Para combater as influências da branquitude no currículo e criar um ambiente de segurança que possibilite aos educandos o desenvolvimento pleno na construção de sua identidade, é necessário desenvolver no educando a leitura do mundo.

Nesse sentido, o educador deve priorizar uma educação fundamentada no diálogo, no respeito, na valorização, conscientização e participação ativa e crítica da realidade, que conduza o educando a compreensão da estrutura de poder a qual ele está inserido, para que ele esteja apto a transformá-la. Sendo assim, a educação antirracista, desempenha um papel fundamental na formação de valores e de conduta e promove a igualdade de oportunidades a todos os educandos. Conforme a professora, doutora em ensino de Química, Barbara Carine Soares Pinheiro (2023):

Educação é o ato de socializar com as novas gerações os conhecimentos historicamente produzidos. Ela anda lado a lado com a história do desenvolvimento humano, seja do ponto de vista psíquico (subjetivo) ou do social (Pinheiro, 2023, p.17).

Portanto, a educação deve estar pautada no respeito às diferenças, na valorização da diversidade cultural e étnica, presentes na sociedade brasileira, sobretudo no ambiente escolar. O processo educativo antirracista comprehende as desigualdades raciais como produto de um sistema social, historicamente construído. Por isso, combater os estereótipos e os preconceitos, desenvolvendo o respeito e o reconhecimento à ancestralidade, e a relevância da cultura e das crenças de cada educando, por meio da dialogicidade, problematizando as estruturas raciais e as raízes históricas do racismo, desenvolvendo o pensamento crítico e a alegria de estar e permanecer na escola.

No processo de aprendizagem só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas (Freire, 1977, p.28).

Isto posto, educação, no sentido epistemológico da palavra, referenda o conhecimento produzido e construído no ambiente escolar, bem como, a relação entre as abordagens e a compreensão da perceptiva antirracista, a partir da desconstrução das narrativas tendenciosas, explorando alternativas emancipatórias na produção do conhecimento.

Ao desenvolver a história e cultura afro-brasileira e indígena, em sala de aula, o educador está descolonizando os saberes, desconstruindo paradigmas da vivência humana (Pinheiro, 2022). Sendo assim, suscita o pensamento crítico do educando, viabilizando uma educação que reconhece e questiona as engrenagens do poder.

Essas engrenagens do poder, criada pela burguesia capitalista, foi historicamente tecida em narrativas lineares e eurocentradas, que refletem ainda hoje a hegemonia do sistema educacional brasileiro, não apenas pelo silenciamento das multivozes, mas também, na marginalização dos corpos e no apagamento da pluralidade dos saberes dos grupos racialmente subalternizados e excluídos.

1.1 Uma questão histórica: A diáspora africana

No Brasil, a presença do povo africano se destaca pela diversidade manifestada, tanto na língua, quanto na religião, na cultura, nas tradições, hábitos e costumes, assim como, na resistência e luta histórica dos afrodescendentes.

A diáspora africana trouxe para o Brasil, pessoas de diferentes pontos de partida do continente africano, em diferentes pontos de chegada na costa brasileira. Nos portos brasileiros desembarcaram pessoas de distintos dialetos, tradições, diferentes traços culturais e religiosos, entre outros. O professor e tradutor, Tito Lívio Cruz Romão (2018) sintetiza algumas civilizações étnicas:

- a. As civilizações sudanesas representadas especialmente pelos ioruba (nagô, ijexá, egbá, queto, etc.), pelos daomeanos do grupo jêge (euê e fon) e pelo grupo fanti-axanti, chamado de mina na época colonial, bem como por grupos menores de krouman, agni, zema, timini;
- b. as civilizações islamizadas representadas, sobretudo, pelos peul, mandinga e hauçá, e, em menor número, pelos tapa, bornu, gurunsi;
- c. As civilizações dos bantos do grupo Angola-congolês representadas pelas ambundas de Angola (cassanje, bangala, imbangala e dembo), os congos ou cabinda do estuário do Zaire, os benguelas.
- d. As civilizações de povos bantos da Contra-Costa, representadas pelos Moçambique (Romão, 2018, p. 363).

Historicamente, ao longo dos séculos, os saberes dos povos marginalizados foram silenciados e inferiorizados pelo sistema dominante do colonizador europeu. Esse engendramento poderoso, impôs estigmas, valores e normas à estrutura educacional e cultural da colônia.

Tanto os povos africanos, quanto os povos originários sofreram com o impacto étnico-racial e cultural imposto pelos europeus, de um lado, os jesuítas catequizavam com objetivo de acabar com as manifestações religiosas e culturais, impondo-lhes o cristianismo e as tradições ocidentais, do outro, afrodiáspóricos e indígenas lutaram para resguardar e ressignificar sua cultura, oralmente, para melhor preservar o legado ancestral. Ambos resistiram e lutaram para proteger a cultura, as tradições e as crenças do seu povo.

No processo violento e desumano da colonização, que envolve a disseminação e a extorsão dos grupos aviltados, muita riqueza material e imaterial se perdeu, entretanto, há uma herança histórica e cultural cuja magnificência deve ser conhecida e reconhecida pela humanidade. De acordo com José Reginaldo Prandi, sociólogo, professor na área de sociologia, com ênfase na sociologia da religião:

Com o fim da escravidão, parece que a população negra, na tentativa de se integrar na sociedade brasileira, não como africanos, mas como brasileiros, teria se desinteressado de suas próprias origens, deixando-as definitivamente para trás, esquecidas, como mais adiante aconteceria, depois de algumas gerações, com o imigrante europeu também desejoso de se tornar brasileiro, como se o passado fosse um entrave a uma nova vida, uma memória ruim, lembrança desnecessária (Prandi, 2000, p. 58).

Dentro dessa perspectiva, enfatizamos o legado ancestral dos povos africanos, um patrimônio imaterial extraordinário semeado, por todo o planeta Terra, durante séculos, principalmente no Brasil. Por isso, desenvolver os traços e percursos da história e cultura africana e indígena, no espaço escolar, é missão, uma responsabilidade social que promove o combate ao racismo, combate as desigualdades e discriminação étnico-racial.

O período colonial deixou profundas raízes que ainda hoje silencia, marginaliza e inferioriza grande parte da população brasileira. Em relação à educação, o impacto que esse fato causou, marcou e conservou desigualdade, limitando o crescimento intelectual, o que gerou um desequilíbrio na sociedade brasileira.

Visto por esta ótica, fica evidente que o silenciamento dos saberes, ou epistemicídio, trata, em geral, da ação de menosprezar, negar e inferiorizar a história e a cultura dos grupos preteridos dos diálogos. Essa prática desumana, busca a valorização dos paradigmas ocidentais, em detrimento a outras culturas não ocidentais. Dessa maneira, apaga, demoniza e

se apropria dos valores de outras civilizações. Essa prática colonizadora é responsável pela dominação e desacreditamento dos outros saberes e de outras culturas não ocidentais.

A subjulação da informação, assim como minimização das narrativas históricas e a inferiorização da cultura, gera o racismo, o preconceito e a discriminação étnico-racial. Conforme o sociólogo e professor, Clóvis Carvalho Britto (2016):

O silêncio é uma forma de poder e de produção de significados. Talvez, por essa razão, Eni Orlandi (2007) o considera como categoria do discurso, fazendo do não-dito algo que significa. A autora, por sua vez, diferencia esse silêncio fundador da política do silêncio – silenciamento – materializado como silêncio constitutivo (quando uma palavra silencia outra) e como silêncio da censura (o que é proibido de ser dito). Esse ato de “por em silêncio” é muitas vezes realizado pelas políticas relacionadas à preservação e a promoção dos patrimônios culturais, ao priorizar determinados repertórios culturais ou não garantir a liberdade de expressão por meio de manifestações heterogêneas (Britto, 2016, p. 205).

Durante muitas décadas, as histórias que circulavam no mundo sobre o continente africano, foram produzidas sob a perspectiva e protagonismo da civilização ocidental. Foram os viajantes e exploradores europeus, em suas expedições pela África, que criaram diversas histórias a respeito da civilização e organização social do continente africano.

A narrativa historicamente construída pelos europeus, sobre a história, cultura e tradições africanas, estabeleceu e registrou uma versão equivocada e preconceituosa dos povos africanos. Essa visão equivocada sobre a organização social do continente africano, influencia negativamente no desenvolvimento da sociedade mundial, sobretudo na sociedade brasileira.

Embora a literatura científica aponte que a origem dos primeiros hominídeos e dos primeiros seres humanos tenha sido no continente africano, a pré-história dos afrodiáspóricos, ainda é pouco discutida e investigada pelos pesquisadores ocidentais.

A exploração dos povos africanos e indígenas, a imposição de poder e de uma cultura ocidental dominante, ao longo dos anos, alienaram o conhecimento, delineando não apenas as estruturas da sociedade contemporânea, mas também, a relação entre esses elementos.

Compreender essa relação histórica, sobre esse sistema de desmerecimento, além de ser um dos maiores desafios da contemporaneidade e uma das estratégias capazes de promover uma educação inclusiva, democrática e transformadora.

Portanto, a descolonização dos saberes emerge do protagonismo das vozes que trilham o caminho da inclusão e da justiça epistêmica.

A migração violenta e compulsória, para diferentes localidades do mundo, não foi pacífica, milhões de africanos morreram, lutando pela liberdade. Segundo o professor e

pesquisador de História e Cultura afro-brasileira, doutor em psicologia social, Paulo Vinícius Baptista Silva (2018, p. 29), “os negros africanos foram escravizados e trazidos para o Brasil, cruzando o oceano numa viagem sem retorno. Com eles vinham também, seus deuses, seus ritos, suas crenças”. Os afrodiáspóricos, deixaram para trás não só sua liberdade, mas também, suas famílias, sua cultura, suas identidades, crenças e tradições.

A diáspora africana, além de impactar às relações sociais, econômicas e raciais, no Brasil e no mundo, também interferiu no sistema educacional brasileiro.

O fluxo de africanos que atravessaram o atlântico, faz do Brasil o país com a maior população da diáspora africana, o que explica as profundas raízes da cultura africana na identidade brasileira.

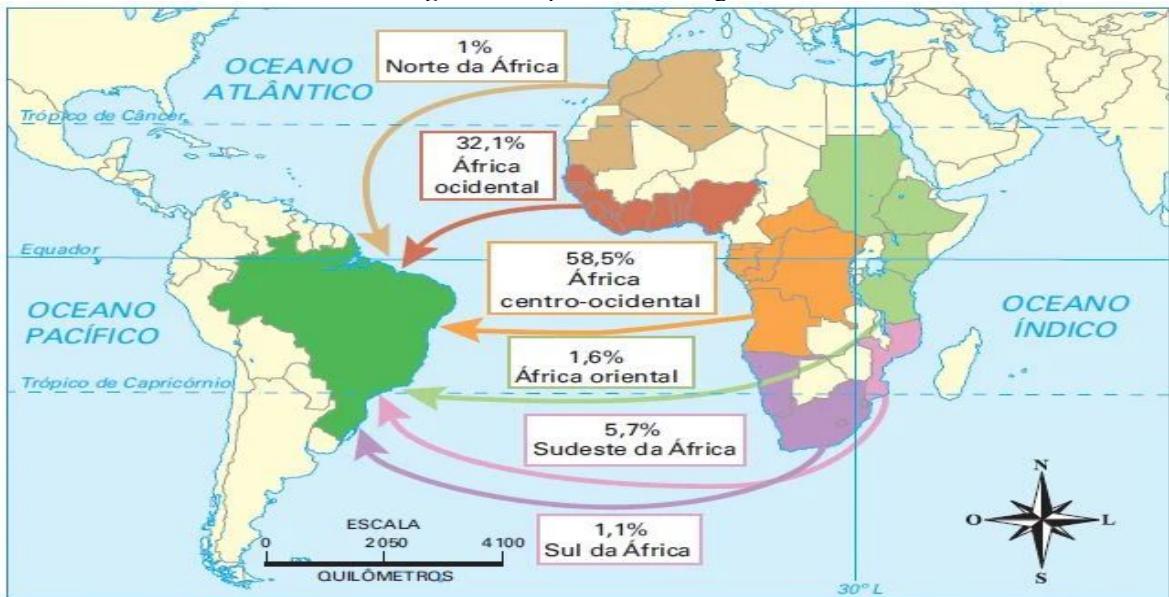
Entre os anos de 1525 e 1851, mais de cinco milhões de africanos foram trazidos para o Brasil na condição de escravos, não estando incluídos neste número, que é uma aproximação, aqueles que morreram ainda em solo africano, vitimados pela violência da caça escravista, nem os que pereceram na travessia oceânica. Não se sabe quantos foram trazidos desde que o tráfico se tornou ilegal. Ao longo de mais de três séculos, enquanto a própria nação brasileira se formava e tomava corpo, os africanos foram trazidos das mais diferentes partes do continente africano. Não se tratava de um povo, mas de uma multiplicidade de etnias, nações, línguas, culturas. No Brasil foram sendo introduzidos nas diferentes capitâncias e províncias, num fluxo que corresponde ponto por ponto à própria história da economia brasileira (Prandi, 2000, p. 52).

Contudo, é fundamental lembrar, que a migração forçada dos povos africanos, durante mais de três séculos, foi marcada pela barbárie e estimulada pela carência de mão-de-obra, sobretudo na colonização das Américas. Esse período aterrorizante, deixou profundas feridas, que afetam o eixo social e econômico brasileiro. Sem dúvida, foi a maior tragédia da humanidade, diz respeito a captura, rapto do povo africano e a comercialização de seres humanos por todo o mundo.

Os afrodiáspóricos raptados do continente africano e trazidos compulsoriamente para o Brasil, entre os séculos XVI a XIX, pertenciam a etnias ligadas a dois grandes troncos linguísticos: os sudaneses, predominantes na África Ocidental, Sudão egípcio e na costa norte do Golfo da Guiné, e os bantos, que viviam na região centro-sul da África equatorial e tropical, parte do Golfo da Guiné, do Congo, Angola e Moçambique.

Os afrodiáspóricos referem-se aos africanos, que foram captados no continente africano, e trazidos para o Brasil de forma violenta e compulsoriamente durante os séculos XVI a XIX, por comerciantes africanos e europeus (Figura 1) para atender à crescente demanda por mão de obra nas plantações de cana-de-açúcar, café e outras atividades econômicas no Brasil colonial.

Figura 1: Mapa do tráfico negreiro



Fonte: Folha de São Paulo. Caderno mais, 21 de abril de 2004, p.17.

O fenômeno da diáspora africana contribuiu, significativamente, com a diversidade étnico-racial, de culturas múltiplas, fundamentadas na ancestralidade e na religiosidade que constitui a sociedade brasileira.

A analogia da diáspora brasileira, como processo histórico-social inerente à diáspora africana, se originou do encontro de diversas sociedades e tradições culturais, dos diferentes grupos étnicos, intrinsecamente interligadas na formação social brasileira. Para a jornalista Stela Caputo (2012, p. 41) “A África é o campo de origem, e o Brasil, o campo de desenvolvimento das religiões afro-brasileiras”. Essas religiões estabelecem profunda ligação com a natureza e com a ancestralidade.

Contudo, compreender que a ancestralidade faz parte do fortalecimento do processo de formação da identidade brasileira, desenvolve o sentimento de pertencimento cultural, de preservação da memória coletiva de um povo e o ônus de transmitir as tradições, crenças e costumes a outras gerações, como legado dos antepassados. Conforme Rufino (2019, p. 15) “A ancestralidade é a vida enquanto possibilidade, de modo que ser vivo é estar em condições de encante, de pujança, de reivindicação da presença como algo acreditável”. A ancestralidade são as raízes históricas, genética e étnico-cultural dos africanos e indígenas, que compõem um aprendizado significativo.

Nos primeiros séculos do tráfico, chegaram ao Brasil, preferencialmente, africanos bantos, seguidos mais tarde pelos sudaneses, cujo tráfico se acentuou a partir da queda do império de Oió, destruído pelos fons do Daomé e depois dominados pelos haussás. Sem proteção militar, as diferentes populações iorubás passaram a ser presas fáceis do mercado local de escravos mantido por vizinhos de outras etnias. Como a economia

brasileira colonial e depois imperial vai se alterando ao longo dos séculos, a demanda por escravos também vai mudando geográfica e economicamente (Prandi, 2000, p.55).

Como podemos perceber, há muito que se discutir sobre a história do continente africano, dentro e fora de sala de aula, conteúdos que extrapolam as questões escravistas.

Conhecer e refletir as origens dos povos que compõem a árvore genealógica do Brasil, bem como, suas manifestações culturais, sociais, econômicas e geográficas, entre tantos outros assuntos que além de fortalecer a identidade cultural e espiritual da sociedade brasileira, edifica a construção da consciência histórica, permeada no respeito aos antepassados e ao legado deixado por eles. Consciência histórica é informação, tem a ver com a compreensão e contemplação do passado, bem como presente e futuro, pela reflexão da complexidade histórica do continente africano sobre a sociedade brasileira.

Entre as diversas singularidades da consciência histórica, destacamos o papel da escola na promoção do desenvolvimento crítico dos saberes ancestrais, em prol da construção de uma sociedade ajustada na valorização histórica e no respeito ao próximo.

A abordagem superficial e folclorizadas da história e cultura africana, além de contribuir para desinformação e incompreensão da realidade, perpetua os estereótipos negativos que geram o racismo e a ignorância, conforme Pinheiro (2022). Por consequência, ao longo dos séculos, muitas escolas vêm promovendo uma educação sistematizada por abordagens que reduz e negligencia a história e cultura afro-brasileira e indígena, a mera informações simplistas.

Geralmente, essas abordagens vêm de forma folclorizada, marcada pela imprecisão histórica e minimização da diversidade cultural e étnico-racial, atravessadas pelas alegorias dos saberes, por meio das fantasias, danças, trajes, comidas típicas, entre outras metáforas discriminatórias, cujo objetivo é camuflar a produção em massa da ignorância, perpetrada por um sistema educacional hegemônico, patriarcal e elitista. Conforme o professor, político e ativista Abdias do Nascimento (1978), a folclorização da cultura africana no Brasil torna-se uma ferramenta perigosa que contribui com o apagamento de elementos essenciais.

Todo o fenômeno se desenrola envolto numa aura de subterfúgios, e manipulações, que visam mascarar e diluir sua intenção básica, tornando-o ostensivamente superficial. Os conceitos originários da Europa ocidental, que informam e caracterizam uma supostamente cultura ecumênica, predominam neste país de negros. Para esta cultura de identificação branca, o homem folclórico reproduz o homem natural. Aquele que não tem história, nem projetos, nem problemas: ele possui de seu apenas sua alienação como identidade. Sua identidade é, pois, sua mesma alienação. Desde que a matéria-prima é o não-ser que aguarda a forma, podemos concluir, a respeito

do folclore negro, ser ele uma espécie de matéria-prima que os brancos manipulam e manufaturam para obter lucro (Nascimento, 1978, p. 119).

Refletir e discutir sobre o respeito e valorização da história e cultura africana e afro-brasileira, bem como a folclorização do estereótipo e da cultura africana, desempenha um papel fundamental na formação de uma sociedade justa e igualitária e promove transformações importantes na humanidade. Dentre as manifestações culturais trazidas ao Brasil pelo povo africano, um dos indicadores está na religiosidade.

A educação antirracista e a religiosidade africana são face da mesma moeda, por exercerem um papel significativo na promoção da compreensão e do respeito a outras culturais. A educação antirracista pode ser pilar que sustenta a edificação de uma sociedade mais justa e inclusiva, capaz de promover o respeito às diferenças, a diversidade cultural, sobretudo o respeito a todas as crenças.

Embora a religiosidade africana seja fundamental no processo de construção de uma educação transformadora, no combate ao racismo e a discriminação étnico-racial, a temática, ainda é considerada tabu, em muitas escolas brasileiras. Essa realidade, sugere que, apesar da relevância cultural e histórica das tradições religiosas africanas, ainda existe uma resistência em abordar esse assunto no ambiente educacional. Tal relutância pode ser influenciada por estereótipos, desconhecimento ou mesmo preconceitos em relação às práticas religiosas africanas.

A abordagem da religiosidade africana nas escolas é importante não apenas para promover uma compreensão mais profunda da diversidade cultural, mas também para contribuirativamente para a promoção da igualdade, respeito e combate ao racismo. Portanto, a superação do tabu em torno desse tema pode ser essencial para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva, que reconheça e valorize a pluralidade cultural e religiosa presente na sociedade brasileira.

1.2 Religiosidade africana: um legado cultural, histórico e genético do afrodiáspórico.

As raízes africanas ancestrais estão fortemente conectadas ao legado cultural, histórico e genético do afrodiáspórico. Compreender, respeitar e aceitar, diz respeito ao reconectar com as origens por meio de manifestações culturais, transmitidas de uma geração para geração. São elos de comunicação ancestral, presentes na língua, nos costumes, tradições, crenças e práticas religiosas, por meio da dança, da música, da culinária, entre tantos outros elementos

que justificam a africanidade brasileira. Conforme a historiadora e idealizadora do Projeto Político Pedagógico Irê Ayó, a professora Vanda Machado (2013):

A África, como o útero do mundo, fez nascer a humanidade, humanizando entidades míticas, incluindo os ancestrais que caminharam na frente, criando e abrindo caminhos para os homens e mulheres na diáspora compulsória (Machado, 2013, 69).

A cultura africana é vasta, composta pela pluralidade étnica e cultural que justifica a riqueza imaterial do legado africano, não apenas para cultura brasileira, mas também para a história do mundo, desempenhando um papel fundamental na compreensão da humanidade. O sociólogo Reginaldo Prandi, na obra *Mitologia dos Orixás*, disserta sobre 301 mitos africanos e afro-americanos, que apresenta os diferentes povos e as diversas mitologias presentes no continente africano, revelando o legado ancestral presentes tanto na religiosidade, na literatura, na filosofia, na arte e na gastronomia, quanta na organização social, na ciência, na medicina, no esporte e tecnologia de todo o planeta.

Na antiga civilização africana, o sagrado era responsável pela conservação da vida e da espiritualidade, não se dividiram em religiões, no entanto, trilharam pelo caminho da religiosidade.

As nações do continente africano giravam em torno do religioso, no sentido da vida, explicado pelo olhar da espiritualidade. Os sacerdotes, religiosos, adivinhos, curandeiros e médiuns, influenciavam a organização política e social da comunidade, aconselhando, elaborando leis, normas de convivência e de condutas individuais e coletivas. Nos ritos de incorporação, os sacerdotes exerciam conexão entre o mundo terreno e o mundo espiritual, trazendo mensagens, aconselhamentos que orientavam e protegiam a população.

O africano seria uma criatura essencialmente religiosa, não importa qual seja a sua religião. Qualquer ato da vida do africano, desde comer, ao vestir, de passear, de fazer amor, em tudo põe religião e está conectado com o sobrenatural, com o transcendente (Machado, 2013, p.39).

Contudo, a comunicação com as divindades buscava o equilíbrio, a paz interior e a conexão com o sagrado, ou seja, as práticas culturais, sociais e espirituais são partes integrantes da espiritualidade do povo africano, por ligarem o presente ao passado.

De modo geral, as práticas religiosas, introduzidas no Brasil pelo afrodiáspórico, de diversas localidades do continente africano, ressemantiza a partir do encontro com os povos originários e da necessidade de preservação das tradições religiosas. Assim, nasceu as religiões afro-brasileiras, a partir do contexto cultural dos povos africanos e dos povos

originários, entre elas o Candomblé e a Umbanda. Conforme o sociólogo Guilherme Dantas Nogueira:

Para além das práticas das diferentes regiões de África, fazem parte dessa noção de tradição as trocas de saberes e práticas com os povos ameríndios, que foram grandes instrutores para os diversos povos africanos aqui forçadamente trazidos pela diáspora – principalmente para as mulheres africanas, que assumiram o papel histórico de guardiãs, transmissoras e atualizadoras dos conhecimentos afrorreligiosos no Brasil (Nogueira, 2021, p. 25).

As tradições espirituais afro-brasileiras são símbolos de resistência, por isso, a importância de conhecer, respeitar e valorizar essa religiosidade, como herança ancestral da diáspora africana e resiliência do povo africano.

A religiosidade afro-brasileira e indígena é uma das maiores riquezas culturais do Brasil, entretanto, as narrativas sobre as religiões afro-brasileiras sempre ficaram à margem da história afrodiáspórico no Brasil, justificando o preconceito às culturas e as religiões afro-brasileiras e indígenas.

O legado cultural, presente no agrupamento de saberes, nos rituais e manifestações de crenças, no som dos atabaques, nas danças e cantigas, nos provérbios e nas diferentes narrativas experimentadas, contribuem para compreensão de que as tradições dos saberes praticados na religiosidade, dá-se a cada momento da vivência humana. A crença religiosa tem suas especificidades particulares e singulares, ou seja, a religiosidade é pessoal e variável.

Hoje, na África, assim como no Brasil, existem diversas religiões e sistematizações de crença, conforme o contexto social o qual o indivíduo está inserido.

Por isso, a importância de trabalhar temáticas relacionadas à história e cultura afro-brasileira e indígena, para o educando reconhecer e valorizar essa diversidade cultural que compõe a sociedade brasileira, para que ele se sinta representado pela escola, independentemente da sua crença e/ou etnia. Segundo a professora Noeli Milani (2013), para trabalhar essa temática em sala de aula é importante:

- a) conhecer as religiões como fenômeno sempre presente nas múltiplas culturas em todo percurso histórico. Cada crença conserva características próprias de sua civilização;
- b) conhecer as diversas religiões sempre relacionando em que contexto histórico elas surgiram. Dessa forma o aluno terá oportunidade de arrolar sua crença religiosa com as demais existentes e não menos importantes (Milani, 2013, p.18619).

Isto posto, é importante enfatizar que esses pontos de vista apontadas pela autora não representa uma postura pedagógica desenvolvida no cotidiano de muitas escolas brasileiras, visto que, são temáticas que necessitam de um aprofundamento e nem a escola, tão pouco o

educador, estão preparados para falar, pedagogicamente, sobre as diversas religiões, sobretudo as religiões afro-brasileiras.

Portanto, a ignorância, a falta de conhecimento, gera o preconceito, a discriminação e consequentemente a violência, dentro e fora de sala de aula. No contexto educacional, religião, religiosidade e espiritualidade, desempenham um papel significativo na compreensão do mundo e formação do educando.

Sendo assim, conduzir o aprendizado com sensibilidade e respeito, garante, ao educando, uma educação de qualidade e inclusiva, pautadas nos valores éticos e morais. Maria Helena de Freitas, doutora em psicologia, na Figura 2, ilustra o lugar ocupado pela religiosidade e suas relações com a espiritualidade e a religião.

Figura 2: Concepção de religiosidade



Fonte: Freitas (2017).

Dado isso, é importante entender que, para Freitas (2017) a religiosidade é contextualizada numa religião específica, está permeada na experiência espiritual, no sentido prático e litúrgico, como prática compartilhada. A religião é uma instituição organizada, prática uma visão de mundo. O entendimento da espiritualidade pode variar de uma religião para outra, é formada por um conjunto de regras e normas estabelecidas aos seus seguidores.

Curiosamente, o conceito teológico da gnose da religião surge, no Brasil, a partir do século XVII, consequentemente, o conceito teológico da ciência, diz respeito ao misticismo e magia, isto é, um reducionismo que visa a inferiorização da cultura africana e a conspiração às religiões de matriz africana, ao estabelecer regras e normas segundo a lógica do homem europeu.

Os próprios afro-descendentes, por não conhecerem sua própria origem, nem sabendo se seus antepassados eram bantos ou sudaneses, também não podem identificar as origens dos aspectos culturais, como se a cultura brasileira como um todo, ao se apropriar deles, tivesse apagado as fontes (Prandi, 2000, p. 59).

Essa situação ressalta a importância do reconhecimento e da valorização das diversas contribuições culturais presentes na sociedade brasileira. Promover a conscientização sobre a diversidade étnica e cultural, bem como incentivar a pesquisa e a preservação das tradições afro-brasileiras, pode ser uma maneira de preencher essa lacuna histórica e fortalecer a identidade afrodescendente, permitindo uma conexão mais profunda com as raízes culturais.

A apropriação cultural foi e é responsável pelo silenciamento e apagamento da cultura africana no Brasil. Essa tomada, contribui para a perda de compreensão e conexão com as raízes ancestrais, ou seja, a falta de conhecimento privou muitos afrodescendentes de identificar sua própria origem. Por isso, o papel fundamental da educação é reconhecer a importância de valorizar, respeitar e preservar as raízes culturais africanas, a fim de reforçar a identidade afro-brasileira.

Assim, promover o combate ao preconceito e racismo, evitando os estereótipos e as generalizações, que geralmente o assunto provoca, e também, para entender que o Candomblé e a Umbanda, entre outras manifestações afrorreligiosa, exercem um papel significativo na preservação da cultura afro-brasileira e a reconexão com as raízes ancestrais.

Para a continuidade geradora de uma identidade brasileira, temos que considerar que a compreensão do mundo é bem maior do que a compreensão ocidental do mundo. Nas comunidades de terreiro, o mundo é singular e plural pelas vivências mitológicas (Machado, 2013, p. 43).

A riqueza das tradições das comunidades de terreiro contribui para a diversidade cultural brasileira, oferecendo uma perspectiva única e multifacetada sobre a existência, espiritualidade e relacionamentos humanos. Ao considerar essas vivências mitológicas, há uma oportunidade de enriquecer a construção da identidade brasileira, reconhecendo a pluralidade de visões de mundo que coexistem na sociedade brasileira. Isso implica em reconhecer e valorizar as contribuições das tradições afro-brasileiras e indígenas, proporcionando um diálogo intercultural que fortaleça a coesão social e enriqueça a compreensão coletiva do que significa ser brasileiro.

Esse entendimento contribui com a luta do Movimento Negro, na consolidação da resiliência e determinação dos afrodescendentes, bem como, sua conexão com o sagrado e com a ancestralidade. Abordar temáticas relacionadas a história e cultura afro-brasileira e indígena, no ambiente escolar, promove o combate contra o racismo e a discriminação étnico-

racial e contribui para construção de uma sociedade onde todos os indivíduos têm a mesma oportunidades e direitos.

Entretanto, as religiões ainda provocam muita discussão e divergência entre os indivíduos. O importante é compreender e respeitar as diferentes manifestações espirituais e religiosas. Na verdade, o Brasil, como sociedade ocidental, não nasceu com uma democracia religiosa. Segundo a filósofa e professora Carolina Ventura do Rosário Maia (2020):

A coexistência de diversos credos – africanos, cristãos e indígenas – formaram a base da religiosidade brasileira. Entretanto, o culto aos ancestrais a partir das formações familiares e de linhagem - característica fundamental das tradições religiosas dos bantos e iorubás - se perdeu com o processo de escravização. Em sua origem, os antepassados tinham lugar privilegiado no controle da vida social. No solo brasileiro, os orixás - divindades ligadas às diferentes forças da natureza - passaram a ocupar o centro das tradições religiosas que conseguiram sobreviver à atroz sujeição imposta pelos colonizadores europeus (Maia, 2020, p.27).

A coexistência de diversos credos - africanos, cristãos e indígenas - desempenhou um papel fundamental na formação da religiosidade brasileira. No entanto, é notável que certas características distintivas das tradições religiosas africanas, como o culto aos ancestrais baseado em formações familiares e de linhagem, tenham sido perdidas durante o processo de escravização.

Nas tradições religiosas dos bantos e iorubás, a reverência aos antepassados ocupava um lugar central, desempenhando um papel crucial no controle da vida social. Infelizmente, esse aspecto foi drasticamente impactado pela diáspora africana e pelo sistema escravista no Brasil. No entanto, apesar das adversidades, as tradições religiosas sobreviventes no solo brasileiro conseguiram preservar e adaptar-se.

Os orixás, divindades associadas às diferentes forças da natureza na mitologia iorubá, emergiram como elementos centrais nas práticas religiosas que resistiram às imposições coloniais europeias. Essas divindades tornaram-se figuras veneradas, simbolizando não apenas as forças naturais, mas também a resistência e a preservação das tradições culturais africanas no contexto brasileiro.

A história da religiosidade brasileira, portanto, reflete a complexidade da interação entre diferentes sistemas de crenças e a habilidade das tradições em se adaptar e sobreviver em meio a desafios históricos.

O culto aos antepassados pode ter sido perdido em sua forma original, mas a resiliência das práticas religiosas permitiu que novos significados e símbolos fossem incorporados, contribuindo para a diversidade e riqueza do panorama religioso brasileiro.

Conforme o Babalorixá e professor Sidney Nogueira (2020, p. 13) “Desde a invasão pelos portugueses, a religião cristã foi usada como forma de conquista, dominação e doutrinação, sendo a base dos projetos políticos dos colonizadores”. Nesse sentido, a religião foi utilizada como instrumento pelos colonizadores portugueses para consolidar sua presença, exercer dominação e promover a doutrinação cultural e ideológica.

Os colonizadores frequentemente buscavam converter a população indígena ao cristianismo, considerando-o não apenas como um ato religioso, mas também como uma estratégia para impor uma nova ordem cultural e social. Assim, a religião cristã foi utilizada como uma ferramenta de controle social e cultural, exercendo influência sobre as práticas cotidianas, normas sociais e estruturas de poder. Esse papel da religião na colonização contribuiu para a construção de uma identidade cultural fortemente marcada pela herança cristã, que permanece presente na sociedade brasileira até os dias atuais.

O colonizador desumanizou e estereotipou os “diferentes”, inferiorizando seus corpos, menosprezando sua cultura e crenças. O povo de África, no processo de colonização, além de sofrer com a violência e com o impacto de outras culturas, também foram obrigados a abandonar e/ou silenciar suas práticas e tradições e adotar as religiões e crenças dos seus do colonizador.

Para os colonizadores europeus, os africanos e indígenas eram seres desprovidos de inteligência, sem alma e sem luz que precisavam de ajuda para alcançar a salvação, por isso, atribuíram à igreja católica e ao cristianismo o poder de transformação e de salvação desses povos. De acordo com o professor Silvio Ruiz Paradiso (2014):

A cultura religiosa do negro e tudo que se relacione a ele sempre geraram racismo, preconceito e demonização. Desde a cor negra, caracterizada com sentidos pejorativos, até a sua crença ancestral com os seus orixás, minkisi e voduns nos rituais do Candomblé, por exemplo. Segundo Paradiso (2010, p. 5), a demonização do negro, bem como de sua religião ancestral, baseia-se antes de tudo na concepção étnica deste. Assim como toda a cultura do negro sofre preconceitos, não seria diferente com as religiões brasileiras de matriz africana, que são vistas por parte da sociedade como práticas de rituais inaceitáveis e demoníacas (Paradiso, 2014, p. 332).

A história do racismo e preconceito contra a cultura religiosa negra é marcada por uma longa trajetória de discriminação e demonização. Desde a época da escravidão, as práticas religiosas dos africanos foram frequentemente alvo de estigmatização, intolerância e violência por parte das sociedades dominantes, por isso, é fundamental desafiar os estigmas históricos associados à cultura religiosa negra e indígena, promovendo a compreensão e aceitação das diversas expressões de fé presentes na sociedade brasileira.

Durante séculos a religião foi usada, pela sociedade ocidental, como ferramenta de dominação dos povos inferiorizados, sobretudo as religiões de matriz africana. Ainda hoje, as práticas intransigentes continuam nas manifestações discriminatórias explícitas e implícitas, cerzidas na ausência de compreensão, de aceitação e de empatia. As manifestações explícitas são marcadas pela violência física e verbal, já as manifestações implícitas são marcadas pela violência psicológica e na exclusão/expulsão dos corpos negros e pobres do espaço escolar.

O reflexo da catequização e da subordinação dos povos africanos e indígenas, conforme tradições e costumes do homem ocidental, contribuiu com a hegemonia ocidental. Nesse processo de apagamento dos saberes ancestrais, a imposição da cultura colonizadora ao colonizado não está apenas na aceitação da cultura e da tradições e crenças ocidentais, mas sim na condução do colonizado a inferiorização, no projeto de negação da sua própria história e na demonização da sua própria existência. Logo, o berço esplêndido foi constituído pelo racismo e de todos os tipos de discriminação e preconceitos.

A vista disso, uma sociedade democrática e justa, livre das máscaras brancas, pode ter seu marco inicial, também no ambiente escolar. Sendo assim, a escola cumpre um papel social essencial e fundamental na transformação social. Suas engrenagens devem ser alicerçadas no respeito e valorização e aceitação da promoção à diversidade cultural, étnico-raciais.

Nesse sentido, a manutenção de uma educação antirracista transformadora permeia na responsabilidade do desenvolvimento da humanidade. À medida que as vozes afrodispóricas se elevam pela relevância do legado ancestral, na promoção da cultural africana, os movimentos negros se aproximam das raízes ancestrais e reivindicam seu protagonismo na história.

Consequentemente, acontece um despertar consciente que valida a relevância do incremento intercultural, que busca o desenvolvimento de uma sociedade colonizada. Esse despertar influencia conexão com as práticas culturais e espirituais, desafia estereótipos e a discriminação, historicamente relacionados à comunidade afro. Dessa forma, corrobora com a construção da autoestima e a formação da identidade do educando, sobretudo àqueles que praticam as tradições religiosas e culturais africanas.

A luta pelos direitos de igualdade promove o respeito e busca valorização da comunidade, o reconhecimento das raízes ancestrais africanas e indígenas e a desconstrução da inferiorização dos povos marginalizados. Kabengele Munanga, antropólogo e educador brasileiro-congolês, que atua nas temáticas do racismo, identidade negra, África e Brasil, destaca a diversidade inerente à religiosidade, apontando que suas manifestações variam conforme a comunidade cultural e seu contexto histórico e sócio-político.

A religiosidade acontece de várias formas, de acordo com o grupo cultural, contexto histórico, político e social em que se vive. Todas as manifestações religiosas devem ser compreendidas como formas construídas, no interior da cultura de estabelecimentos de elos com o Criador, com o que está além do que costumamos considerar como mundo racional (Munanga, 2019, p.33).

A abordagem proposta convida a uma apreciação mais profunda da religiosidade como uma construção dinâmica, enraizada nas tradições culturais e capaz de oferecer percepções significativas sobre as complexidades da experiência humana. Compreender que religiosidade não se limita a uma única forma universal por ser dinâmica, está enraizada nas tradições culturais e reflete a complexidade da experiência humana.

Portanto, quando a escola celebra as tradições culturais africanas e indígenas, no cotidiano pedagógico, além de dar voz a todos os educandos, exercita a democracia e a empatia. Além disso, incita o alvedrio de crença, como princípio constitucional, garantindo o caráter laico do Estado brasileiro.

O viés eurocêntrico incutido durante os séculos na educação brasileira, muitas vezes marginaliza as culturas, as tradições e as religiões de matriz africana. Mesmo considerando, essa realidade como prática incondicional de inferiorização de um determinado grupo, a escola, geralmente, silencia e humilha o educando praticante das religiões afro-brasileiras, ignorando e, muitas vezes, neutralizando o educando de terreiro, num ambiente que também é dele. Isso ocorre porque a maioria das instituições de ensino não estão preparadas para enfrentar esse desafio, assim, opta por ignorar o problema.

O sistema educacional brasileiro caminha na contramão da educação democrática e antirracistas, desenvolvendo práticas pedagógicas que representam apenas um determinado grupo de educando, impondo a unilateralidade da cultura ocidental e do cristianismo. Dessa forma, além de silenciar e apagar as culturas, muitas vezes, desrespeita, marginaliza e inferioriza as tradições religiosa e culturais afro-brasileiras e indígenas.

Promover o respeito ao próximo e a valorização da diversidade cultural brasileira é um dos maiores desafios da educação brasileira, na atualidade, pois além da falta de representatividade nos materiais didáticos e nas atividades diárias, muitas vezes, a escola omite, nos diálogos e práxis pedagógicas, as contribuições do legado histórico africano, estabelecendo uma visão equivocada de que o continente africano não contribuiu com a civilização ocidental. Segundo a doutora em filosofia Maria Tereza Esteban (2002):

A negação do outro, que impede, ou dificulta, o reconhecimento da validade de suas práticas, de seus saberes, dos modos como organiza a vida, de seu contexto cultural, de sua realidade social; negação do diálogo; negação dos projetos e procedimentos que sinalizam possibilidades diferentes do modelo hegemônico (Esteban, 2002, p. 190).

A negação do outro, como descrita, representa um obstáculo que dificulta o reconhecimento da legitimidade das práticas, saberes, organização social e cultural de alguns grupos ou indivíduos. Essa negação pode ser observada em diversos contextos, como nas relações interculturais, onde diferentes grupos étnicos, culturais ou sociais podem enfrentar resistência à aceitação e valorização de suas formas de vida, tradições e conhecimentos. Esse fenômeno muitas vezes está enraizado em estruturas de poder, hegemonia cultural e falta de compreensão mútua.

Sendo assim, desenvolver uma abordagem inclusiva e respeitosa no sistema educacional, diz respeito a inclusão de uma concepção intercultural não apenas no currículo, mas também nas ações e práticas pedagógicas, capazes de ressignificar conteúdos programáticos e promover a compreensão e o respeito às diferentes tradições religiosas. Dessa forma, adotar como prioridade da escola, a potencialização de temáticas significativas para todos os educandos.

Em outras palavras, ao potencializar os conteúdos significativos, a escola oportuniza ao educando uma política contra a segregação, promovendo o desenvolvimento de outros saberes, viabilizando o respeito à diversidade cultural, as tradições religiosas e as raízes ancestrais africanas, destacando seu valor histórico, cultural e espiritual. Além disso, no respeito à liberdade religiosa, a escola garante um ambiente educacional inclusivo, respeitoso e acolhedor para todos os educandos, independente da sua religiosidade.

Embora a sociedade moderna almeja a inclusão e o respeito à diversidade, essa aspiração nem sempre reflete a realidade, sobretudo quando se trata das religiões afro-brasileiras. Por isso, é imperativo que a escola e o sistema educacional, desenvolvam mudanças paradigmáticas, posturas proativas e inclusiva que celebrem a pluralidade cultural e religiosa, promovendo a diversidade cultural brasileira nas instituições educacionais, por meio do diálogo e do respeito às diferenças presentes na sociedade brasileira. A diversidade religiosa é um legado cultural, uma riqueza imaterial que merece valorização, principalmente no contexto educacional.

Abordar assuntos relacionados às raízes ancestrais africanas a partir dos orixás pode ser enriquecedor, pois além de promover o respeito e combater o racismo, sobretudo o racismo religioso, também possibilita a compreensão mútua.

No entanto, é fundamental respeitar a laicidade do Estado, ou seja, a temática deve ser desenvolvida de forma informativa e educativa, sem promoção ou doutrinação. Sugerimos algumas diretrizes que podem auxiliar na abordagem sobre as religiões de matriz africana em sala de aula.

- Contextualização cultural: oferecer um contexto histórico e cultural da civilização africana e seu legado em todo planeta, expor uma visão histórica das religiões afro-brasileira e dos orixás e como evoluíram no contexto brasileiro, enfatizar que essas tradições foram trazidas para o Brasil pelos afrodiáspóricos e que as raízes ancestrais africanas fazem parte da identidade brasileira.
- Respeito à diversidade étnico-cultural: explicar que o Brasil é um país plural, com uma variedade de crenças, tradições e culturas, e que todas devem ser respeitadas.
- Mitologia e simbolismo: explorar a mitologia dos orixás de forma lúdica, destacando suas histórias, características e simbolismo. Geralmente, os orixás estão associados a cores específicas, elementos da natureza e qualidades humanas.
- Discussão ética: num ambiente propício ao aprendizado seguro, inclusivo e respeitoso, oportunizar ao educando, debates e roda de conversa, estimulando discussões éticas sobre liberdade religiosa, racismo religioso e preconceito, de forma que educando tenha a oportunidade de perguntar e expressar suas opiniões, livre de julgamentos e aprender mutuamente de maneira construtiva e humanizada.
- Conteúdo interdisciplinar: englobar diferentes disciplinas, de forma que o educando possa explorar vários aspectos da história africana, assim como, a cosmologia iorubá.
- Artes visuais e música: planejar atividades práticas com arte inspirada nos orixás, explorar músicas e danças, mostrar como os orixás são representados nas esculturas e pinturas, visitar locais culturais afro-brasileiros, elaborar entrevistas com Babalorixá, apresentar esculturas.
- Convidados especializados: um bate-papo com especialistas no assunto pode possibilitar uma perspectiva autêntica e enriquecedora sobre o assunto.

Isto posto, vale enfatizar que ressignificar conteúdos diz respeito a uma educação com responsabilidade social, transformadora e comprometida com a reforma pedagógica centrada na realidade do educando. Portanto, não se trata apenas de transferir conhecimento, mas também, de conduzir o educando ao protagonismo da sua própria história, como agente transformador da sociedade.

Sendo assim, é imperativo que todos os envolvidos com a educação entendam que, para o educando praticante das religiões afro-brasileiras, as guias e contas, a indumentária, as folhas, entre outros, são simbologias que representam um modo de vida, por isso, devem ser respeitadas na sua essência e particularidades, para que o educando se sinta representado no espaço a qual está inserido.

Por consequência, a escola não pode ignorar, tão pouco compactuar com racismo, sobretudo o racismo religioso, que marginaliza e demoniza as religiões de matriz africanas e seus seguidores. Por isso, tanto a escola, quanto o educador, precisa conhecer, compreender e, sobretudo, respeitar a realidade de muitos educandos e educadores.

No Brasil, o processo histórico de colonização europeia, engendra um movimento cristão que vigora como normativas civilizatórias e ainda hoje, aniquila, segregá e inferioriza os praticantes de determinadas religiões. No ambiente escolar, essas normativas civilizatórias, muitas vezes, vêm acompanhadas por um discurso de ódio e a demonização da crença e tradições do educando.

Dentro desse contexto, abordar as características dos orixás em sala de aula, é uma das possíveis contribuições das religiões afro-brasileiras na construção de uma educação democrática e antirracista. No entanto, é importante se preparar para desenvolver essa temática, para que ela seja feita de forma responsável e respeitosa, garantindo a inclusão de todos os educandos. Conforme Luiz Antônio Simas, professor e babalaô no culto de Ifá:

O corpo literário e filosófico dos iorubás, que está em pé de igualdade com os mais belos sistemas de pensamento que a humanidade concebeu, é uma poderosa alegoria sobre a difusão do saber pelo mundo. (Simas, 2019, p.52).

A importância e a complexidade do corpo literário e filosófico dos iorubás é um dos mais ricos sistemas de pensamento desenvolvidos pela humanidade. Portanto, as contribuições dos iorubás para o conhecimento humano são tão valiosas e significativas quanto às de outras tradições filosóficas e literárias. Nesse sentido, a universalidade e a relevância das ideias e ensinamentos dos iorubás, bem como a valorização, preservação e reconhecimento da diversidade de perspectiva e tradições intelectuais em nossa compreensão do mundo, podem servir como catalisadores para um diálogo intercultural e um entendimento em escala global da experiência humana.

Entre tantos orixás, no Brasil, os mais conhecidos e cultuados nas religiões afro-brasileiras são: Ewá, Exu, Iansã, Iemanjá, Ibeji, Logun Edé, Nanã, Obá, Ogum, Omolu, Ossain, Oxalá, Oxóssi, Oxum, Oxumaré, Xangô. Explicar para os educandos a importância dessas crenças e tradições na história do Brasil, diz respeito à responsabilidade social.

Dentro dessa perspectiva, partindo do respeito a todas as religiões de matriz africana e suas especificidades, pedimos licença à ancestralidade, para sintetizar as características de algumas divindades.

1.3 Mama África e o legado da ancestralidade africana

É importante entender que o culto tradicional de terreiro não envolve apenas religião e sim tradições históricas, afrodiáspóricas, filosóficas, sociais e culturais, pois, as religiões afro-brasileiras compõem a essência da população brasileiro. Conforme o professor Evandro Guindani (2020):

A religião esteve presente na maioria das civilizações do mundo e não se nega que, além de seu caráter de crença e fé, ela esteve muito atrelada à dimensão política, econômica e cultural do mundo. No Brasil, não é diferente, e sua história possui muitas relações com as religiões. Este país é atualmente um dos países que possui uma grande diversidade religiosa, e por isso a discussão e debate sobre as religiões é de fundamental importância na construção de uma sociedade de paz, respeito e tolerância (Guindani, 2020, p. 164).

O fato é que a presença da religião ao longo da história mundial é inegável, e permeia diversas civilizações e desempenhando importantes papéis não só no aspecto de crença e fé, mas também, no âmbito político, econômico e cultural. No contexto brasileiro, essa interconexão entre religião e sociedade é evidente, com uma narrativa histórica rica e complexa que se entrelaça com as várias expressões religiosas presentes no país.

O Brasil se destaca como uma nação caracterizada por uma notável diversidade religiosa, abrigando práticas que variam desde o catolicismo até tradições afro-brasileiras e diversas denominações protestantes. Nesse contexto, a reflexão sobre as dimensões religiosas contribui significativamente para a construção de uma sociedade inclusiva e aberta ao diálogo intercultural.

Nesse sentido, um dos legados da ancestralidade africana é o culto aos orixás, conforme tradição iorubá, África Ocidental, ou minkisi (plural de *nkisi*), conforme tradição Bantu, África Central. Aqui optamos por explorar as divindades cultuadas nas crenças e raízes da cultura iorubá.

Logo, orixás são divindades cultuadas pelas diferentes crenças existentes nas raízes da cultura iorubá. Conforme o fotógrafo e antropólogo, Pierre Verger (1981) “os Orixás são divindades africanas que representam forças pura da natureza e as particularidades da vida humana, são considerados a força da natureza”, representam as raízes da ancestralidade e o espírito da natureza. Os Orixás são vistos pelos iorubás como os guardiões e guias dos seres humanos, são símbolos da harmonia entre o divino e o terreno, representação da interconexão entre os seres humanos e o universo, são considerados não apenas como divindades, mas também, como a própria essência da natureza e a força vital que sustenta toda a criação.

A religião negra, que na Bahia se chamou candomblé, em Pernambuco e Alagoas, xangô, no Maranhão, tambor-de-mina, e no Rio Grande do Sul, batuque, foi organizada em grupos de “nações”, ou “nações de candomblé” (Lima, 1984), e em cada uma delas a nação africana que a identifica é responsável pela maioria dos seus elementos, embora haja grande troca de elementos entre elas, resultado dos contatos entre nações no Brasil e mesmo anteriormente na África (Prandi, 2000, p. 60).

Contudo, cada nação de candomblé está associada a uma nação africana particular, sendo responsável pela preservação e transmissão dos elementos culturais, rituais e crenças dessa origem específica. Essa pluralidade retrata não apenas vicissitudes geográficas, mas também influências históricas e culturais distintas em cada região.

A troca de elementos entre essas nações, tanto no Brasil quanto anteriormente na África, ressalta a dinâmica de intercâmbio cultural e a influência mútua que moldou as práticas religiosas afro-brasileiras ao longo do tempo. Essa troca é resultado dos encontros e interações entre diferentes nações, contribuindo para a riqueza e complexidade do Candomblé e suas variantes pelo Brasil. A compreensão dessas dinâmicas é fundamental para uma apreciação mais profunda da diversidade e história dessas práticas religiosas no contexto brasileiro.

No entanto, independente da denominação das divindades, nas diferentes religiões afro-brasileiras, todas entendem que o atabaque é mais que um instrumento de percussão. No contexto religioso afro-brasileiro, o atabaque é um instrumento sagrado, ele desempenha um papel fundamental nos rituais e cerimônias. O som do atabaque, extraído das mãos habilidosas do ogã, evoca as divindades, ecoa nos cânticos e danças sagradas, proporcionando uma base rítmica intensa e ritualística. O atabaque ganha vida e desempenha um papel fundamental nos ritos e rituais dessas tradições, é o som que conecta o mundo material, ao mundo espiritual, é a energia vital, a união e a interação.

Para quem é *de santo*, assim como atabaque, a indumentária, o branco, o colar de contas, também conhecido como guias, entre outros elementos que fazem parte da ritualística das religiões de matriz africana, são significativos e repleto de fundamentos. Além de simbolizar conexão, proteção, compromisso e energia, simboliza, também, tradições e identidade religiosa. Diz respeito ao tronco espiritual que rege a vida do indivíduo.

À vista disso, é necessário um posicionamento respeitoso da escola e de tudo e todos que a compõem. A empatia em relação à crença do educando é um ato de amor e cidadania.

Em relação à religiosidade de matriz africana, a escola pode variar de comportamento, podendo ser receptivo e inclusivo, adotando políticas educacionais que desenvolva a sensibilidade cultural, reconhecendo e respeitando as diferentes manifestações de

religiosidade e outras tradições no processo de ensino e aprendizagem, ou em alguns contextos, o preconceito e discriminação em relação às religiões afro-brasileiras persistem.

A ausência de representatividade adequada dessas tradições no processo de ensino e aprendizagem, causa estigmatização, esteriotipação e a demonização dessas crenças, criando um ambiente hostil para os educandos de terreiro.

1.4 Divindades: preservação das tradições nas histórias contadas pelos anciãos

A cosmologia iorubá explica o surgimento do mundo, por meio de mitos e das histórias ancestrais. As narrativas variam, no entanto, é possível destacar algumas particularidades comuns. Os mitos iorubás evidenciam a importância da dualidade e do equilíbrio na criação do mundo.

Nesse sentido, o mundo é visto como uma interação constante entre opostos, como luz e escuridão, vida e morte, bem e mal, e essas dualidades desempenham um papel fundamental na compreensão da existência e do universo, regendo e orientando a vivência humana na Terra. Conforme Prandi (2020, p. 20) “para os iorubás, os orixás são divindades que receberam de Olorum a incumbência de criar e governar o mundo, ficando cada um deles responsável por alguns aspectos da natureza e certas dimensões da vida em sociedade e da condição humana”. Prandi enfatiza, em suas obras, a cosmologia iorubana, segundo o autor:

Os iorubás acreditam que homens e mulheres descendem dos orixás, não tendo, pois, uma origem única e comum, como no cristianismo. Cada um herda do orixá de que provém suas marcas e características, propensões e desejos, tudo como está relatado nos mitos. Os orixás alegram-se e sofrem, vencem e perdem, conquistam e são conquistados, amam e odeiam. Os humanos são apenas cópias esmaecidas dos orixás dos quais descendem (Prandi, 2020, p. 24).

Essa visão implica que cada pessoa herda não apenas sua existência física, mas também aspectos essenciais de sua personalidade, temperamento e inclinações dos orixás dos quais descendem. Essa compreensão oferece uma perspectiva rica e interligada entre o divino e o humano na tradição iorubá, onde a individualidade é celebrada e conectada às narrativas mitológicas que permeiam a cultura. A descendência dos orixás não apenas fornece uma explicação para as características individuais, mas também estabelece uma profunda ligação espiritual e cultural entre os seres humanos e as divindades que moldam suas vidas.

Dentro dessa perspectiva cultural de uma literatura sem escrita, constitui a preservação das tradições, engendradas, memorizadas e transmitidas nas histórias contadas pelos anciãos,

para o passado ser legitimado no presente, oferecendo para o presente como experiências de vidas passadas. Conforme a cosmologia iorubá, ilê-*Ifê* é o princípio do mundo, um lugar sagrado, onde os deuses chegaram e lutaram para defender seus reinos. Ifê é considerada a cidade iorubá mais antiga, é considerada o berço da Terra.

A origem do universo e sua organização, segundo a tradição iorubá, foi orquestrado por um deus supremo chamado Olorum, conhecido também como Olodumaré ou Olofin. Olorum criou a terra e os orixás, ele é o princípio de tudo e de todos, o criador de todas as coisas. Olorum está associado à ideia de ordem e harmonia no universo, o deus supremo, convocou os orixás para ajudá-lo, tanto na gênese, quanto na formação na humanidade. Os orixás desempenharam um papel importante e específico na constituição do universo. Eles representam os elementos da natureza como rios, mares, vento, trovão, entre outros.

Aqui, elencamos da obra de Reginaldo Prandi, *Mitologia dos orixás* (2020) uma mostra de um dos muitos saberes da civilização africana. Reconhecer a importância de respeitar as diferentes religiões e culturas presentes na sociedade brasileira e criar um ambiente educacional que celebre essa diversidade em vez de silenciá-la é fundamental para o desenvolvimento do educando. Embora essa temática faça parte do cotidiano de muitos educandos e educadores, falar sobre o assunto pode ser um problema para muitos educadores.

A mitologia iorubá tradicional é mais ampla do que aquela aqui retratada, pois ao lado dos mitos dos orixás, e formando com estes um mesmo complexo civilizatório, há uma variedade de mitos iorubás protagonizados por outros personagens, como os homens comuns, os animais e elementos da natureza, sem a presença dos orixás (Prandi, 2020, p. 34).

A riqueza e a variedade desses mitos revelam a profundidade da visão de mundo iorubá, que não apenas celebra as divindades, mas também reconhece a importância de todos os elementos da criação na formação do complexo civilizatório. Essa abordagem holística e inclusiva reflete a interconexão entre humanos, divindades, animais e a natureza na cosmovisão iorubá, proporcionando uma compreensão mais completa e integrada da existência.

Logo, compreender o surgimento do mundo, conforme a visão iorubá, é um exercício complexo e profundo, pois está enraizada no legado espiritual e cultural desse povo. Segundo a tradição iorubá, ser filho de orixá é ser filho da natureza. Cada orixá concede a seu filho uma dádiva e uma responsabilidade diante da Terra e cada divindade tem seu próprio domínio, atributos e papel na cosmologia religiosa de suas respectivas culturas.

No entanto, as religiões tradicionais africanas, têm muitas variações regionais e locais, ou seja, as divindades podem ser denominadas de forma diferente, conforme a tradição e a

região que ela é cultuada. Além disso, muitas dessas divindades foram sincretizadas com santos católicos em algumas regiões, como parte do processo de resistência à opressão colonial e à escravidão. Nossa estudo foi direcionado às tradições iorubá.

Essa tradição desempenha um papel fundamental na compreensão espiritual e cultural da nação iorubá, é considerado um tesouro cultural. Portanto, para entender a complexidade da cosmologia iorubá, apresentamos, sucintamente, as características dos dezesseis (16) orixás mais aculturados no Brasil. Essas são apenas algumas das divindades presentes na cosmologia iorubá, elas representam uma compreensão rica e intrincada sobre a criação do mundo e a origem da humanidade.

Esse sistema de crença, complexa de mitos, símbolos, tradições e práticas rituais, refletem uma profunda visão de mundo desse povo, passado oralmente, de geração para geração, além de representar o elo entre o passado, o presente e o futuro, reflete sua vitalidade ao longo do tempo e sua resiliência diante das diferentes geografias, destacando sabedoria ancestral contidas em sua rica tradição cultural e na organização social desse grupo étnico. A transmissão oral das narrativas nas tradições culturais iorubás não é apenas uma prática comum, mas também um legado vital que revela a identidade e a visão de mundo desse povo.

Essas narrativas constituem uma parte essencial da herança cultural iorubá, transmitindo não apenas histórias e mitos, mas também valores, sabedoria e conhecimentos ancestrais. Ao passar essas narrativas de geração em geração por meio da oralidade, o povo iorubá não apenas preserva sua rica herança cultural, mas também garante que as futuras gerações permaneçam conectadas às suas raízes e compreendam sua identidade cultural e espiritual.

Essa transmissão oral é um testemunho da resiliência e da vitalidade da cultura iorubá, demonstrando a importância de preservar e valorizar essas tradições para a continuidade e a integridade da comunidade e da identidade cultural. Embora as narrativas sofram variações, a figura central que detém o poder sobre a existência, associada a energia cósmica, permanece constante. Olodumaré, Olorum ou Olofim, o ser supremo, o criador do mundo e de todos os seres vivos, na cosmologia iorubá serve como condutor entre a consciência essencial e a preservação da identidade cultural.

Ao explorar as diferenças na singularidade proporcionada pelo ser supremo iorubá, apreciamos a complexidade e a resiliência dessa tradição oral, que continua a enobrecer e inspirar as gerações do povo iorubás. Aqui trazemos uma visão geral, simplificada, do surgimento do mundo, de acordo com a cosmologia iorubá, pelo olhar de Prandi (2020).

Figura 3: Surgimento do Mundo



Fonte: <https://www.facebook.com/photo>

Olodumarê-Olofim vivia só no Infinito, cercado apenas de fogo, chamas e vapores, onde quase nem podia caminhar. Cansado desse seu universo tenebroso, cansado de não ter com quem falar, cansado de não ter com quem brigar, decidiu pôr fim àquela situação. Libertou as suas forças e a violência delas fez jorrar uma tormenta de águas. As águas debateram-se com rochas que nasciam e abriram no chão profundas e grandes cavidades. A água encheu as fendas ocas, fazendo-se os mares e oceanos, em cujas profundezas Olocum foi habitar. Do que sobrou da inundação se fez a terra. Na superfície do mar, junto à terra, ali tomou seu reino Iemanjá, com suas algas e estrelas-do-mar, peixes, corais, conchas, madrepérolas. Ali nasceu Iemanjá em prata e azul, coroada pelo arco-íris Oxumarê. Olodumarê e Iemanjá, a mãe dos orixás, dominaram o fogo no fundo da Terra e o entregaram ao poder de Aganju, o mestre dos vulcões, por onde ainda respira o fogo aprisionado. O fogo que se consumia na superfície do mundo eles apagaram e com suas cinzas Orixá Ocô fertilizou os campos, propiciando o nascimento das ervas, frutos, árvores, bosques, florestas, dados aos cuidados de Ossaim. Nos lugares onde as cinzas foram escassas, nasceram os pântanos e nos pântanos, a peste, doada pela mãe dos orixás ao filho Omolu. Iemanjá encantou-se com a Terra e a enfeitou com rios, cascatas e lagoas. Assim surgiu Oxum, dona das águas doces. Quando tudo estava feito e cada natureza se encontrava na posse de um dos filhos de Iemanjá, Obatalá, respondendo diretamente às ordens de Olorum, criou o ser humano. E o ser humano povoou a Terra e os orixás pelos humanos foram celebrados (Prandi, 2020, p.552).

Os orixás desempenham funções específicas na religião afro-brasileira, como no Candomblé e na Umbanda. Cada orixá é associado a atributos, virtudes, elementos naturais e domínios particulares. A seguir, apresentamos um breve enredo dos domínios de alguns dos principais orixás. Vale ressaltar que há diferentes variações tanto regionais, quanto culturais para as tradições religiosas afro-brasileiras.

Ewá

Figura 4: Ewá



Fonte: <https://kiuagame.com.br>

Ewá era filha de Obatalá e vivia com o pai em seu palácio. Era uma jovem linda, inteligente e casta. Ewá nunca havia demonstrado interesse por homem algum. Um dia, chegou ao reino um jovem de nome Boromu. Dias depois todos já cochichavam que Ewá estava enamorada do forasteiro. Obatalá riu-se da história, pois confiava em sua filha. Obatalá garantiu que ela ainda era uma flor nova e não queria experimentar desse encanto. Passado algum tempo, Ewá mudou. Tornou-se Ewá triste, distante, distraída. Obatalá fez tudo para fazer a filha novamente feliz. Obatalá enviou a filha à terra dos homens. Ele não sabia que Ewá carregava um filho em seu ventre. Uma noite, Ewá sentiu as dores do parto e fugiu do palácio. Refugiou-se na mata, onde teve o filho. O rei foi informado do sumiço de Ewá e mobilizou todo o reino para encontrar a filha. Boromu soube da fuga e partiu para procurá-la. Acabou por encontrar Ewá desfalecida no chão de terra, coberta apenas por uma saia bordada com búzios. Ewá despertou e contou-lhe o ocorrido. Fugira com vergonha de apresentar-se ao rei. Ewá sentiu então a falta do rebento e perguntou por ele a Boromu. Boromu, querendo que Ewá retornasse ao palácio, escondera o recém-nascido na floresta. Mas quando o procurou já não mais o encontrou. Pois, perto do lugar onde deixou o filho, vivia Iemanjá. E Iemanjá escutou o pranto do bebê, recolheu-o e prometeu criá-lo como se fosse filho seu. Ewá nunca mais encontrou seu filho. (Prandi, 2020, p. 328).

Ewá, filha de Nana e Oxalá, irmã de Oxumaré, Omolu em Ossain, também conhecida como Íyá Wa. Ewá é solitária, rege os sonhos e as ilusões, é a senhora das tardes enigmáticas, das nuvens carregadas, é a esteira do arco-íris. Representa a transformação, a mutação e tudo que é inexplorável. Divindade do poder, da guerra, da caça, da feminilidade, é a dona dos horizontes, das pedras preciosas, dos búzios, dos raios solares, do céu estrelado e do cosmo. Orixá do encantamento, da intuição, da vidência, da beleza, da arte, da magia, da adivinhação, do equilíbrio e da pureza, é a protetora das virgens.

Saudação: Ri Ro Ewá! Significa, doce e branda, Ewá!

Exu

Figura 5: Exu



Fonte: <https://kiuagame.com.br>

Bem no princípio, durante a criação do universo, Olofim-Olodumaré reuniu os sábios do Orun para que o ajudassem no surgimento da vida e no nascimento dos povos sobre a face da Terra. Entretanto, cada um tinha uma ideia diferente para a criação e todos encontravam algum inconveniente nas ideias dos outros, nunca entrando em acordo. Assim, surgiram muitos obstáculos e problemas para executar a boa obra a que Olofim se propunha. Então, quando os sábios e o próprio Olofim já acreditavam que era impossível realizar tal tarefa, Exu veio em auxílio de Olofim-Olodumaré. Exu disse a Olofim que para obter sucesso em tão grandiosa obra era necessário sacrificar cento e um pombos como ebó. Com o sangue dos pombos se purificariam as diversas anormalidades que perturbam a vontade dos bons espíritos. Ao ouvi-lo, Olofim estremeceu, porque a vida dos pombos está muito ligada à sua própria vida. Mesmo assim, pouco depois sentenciou: “Assim seja, pelo bem de meus filhos”. E pela primeira vez se sacrificaram pombos. Exu foi guiando Olofim por todos os lugares onde se deveria verter o sangue dos pombos, para que tudo fosse purificado e para que seu desejo de criar o mundo assim fosse cumprido. Quando Olofim realizou tudo o que pretendia, convocou Exu e lhe disse: “Muito me ajudaste e eu bendigo teus atos por toda a eternidade. Sempre serás reconhecido, Exu, serás louvado sempre antes do começo de qualquer empreitada”. (Prandi, 2020, p. 44).

Exu, na cosmologia iorubá, é conhecido, também, por Legba, Eleguá ou Bará. É o primeiro filho de Oxalá e Iemanjá. Orixá da guerra para trazer paz, ele é protetor, trabalhador, defensor, guardião e mensageiro divino, é senhor do princípio e da transformação. Orixá das cidades, das casas, do comportamento humano, ele representa a alegria, a comunicação, a paciência, a ordem e a disciplina. Exu é o dono dos caminhos, aquele que faz conexão entre Deus e os seres humanos, não há segredos para ele. Exu rompe regras para promover transformações.

Saudação: Laroîê Exu! Exu é Mojubá! Significa, salve mensageiro! Olhe para mim.

Iansã

Figura 6: Iansã



Fonte: <https://kiuagame.com.br>

Iansã usava seus encantos e sedução para adquirir poder. Com Ogum, casou-se e teve nove filhos, adquirindo o direito de usar a espada em sua defesa e dos demais. Com Oxaguiã, adquiriu o direito de usar o escudo, para proteger-se dos inimigos. Com Exu, adquiriu os direitos de usar o poder do fogo e da magia, para realizar os seus desejos e os de seus protegidos. Com Oxóssi, adquiriu o saber da caça, para suprir-se de carne e a seus filhos. Aprimorou os ensinamentos que ganhou de Exu e usou de sua magia para transformar-se em búfalo, quando ia em defesa de seus filhos. Com Logum Edé, adquiriu o direito de pescar e tirar dos rios e cachoeiras os frutos d'água para a sobrevivência sua e de seus filhos. Ao final de suas conquistas e aquisições, Iansã partiu para o reino de Xangô, envolvendo-o, apaixonando-se e vivendo com ele para a vida toda. Com Xangô, adquiriu o poder do encantamento, o posto da justiça e o domínio dos raios (Prandi, 2020, p. 423).

Iansã, também conhecida como Oiá. Filha de Iemanjá e Oxalá, irmã de Oxum, Obá e Oxóssi. Mãe de nove filhos, Oiá foi casada com Ogum e com Xangô, com quem viveu uma grande e violenta paixão, não há como afirmar quem foi o pai dos seus nove filhos. Percorreu vários reinos em busca da sabedoria de outros orixás, é obstinada e extrovertida. Iansã é sensual, poderosa, inteligente, astuta, representa a paixão, a provocação e o ciúmes. Guerreira que não foge das batalhas, dona da tempestade, das chuvas, dos trovões, das ventanias e dos furacões, mas não controla os raios. Senhora dos Eguns (espírito dos mortos) é a guia das almas.

Saudação: Epa Heyi Oiá! Significa admiração.

Iemanjá

Figura 7: Iemanjá



Fonte: <https://kiuagame.com.br>

Orum, o Sol, andava exausto. Desde a criação do mundo ele não tinha dormido nunca. Brilhava sobre a Terra dia e noite. Orum já estava a ponto de exaurir-se, de apagar-se. Com seu brilho eterno, Orum maltratava a Terra. Ele queimava a Terra dia após dia. Já quase tudo estava calcinado e os humanos já morriam todos. Os orixás estavam preocupados e reuniram-se para encontrar uma saída. Foi Iemanjá quem trouxe a solução. Ela guardara sob as saias alguns raios de Sol. Ela projetou sobre a Terra os raios que guardara e mandou que o Sol fosse descansar, para depois brilhar de novo. Os fracos raios de luz formaram outro astro. O Sol descansaria para recuperar suas forças e enquanto isso reinaria Oxu, a Lua. Sua luz fria refrescaria a Terra e os seres humanos não pereceriam no calor. Assim, graças a Iemanjá, o Sol pode dormir. À noite, as estrelas velam por seu sono, até que a madrugada traga outro dia (Prandi, 2020, p. 569).

Iemanjá foi casada com Orumilá e Olofim-Oduuduá, com quem teve dez filhos, todos se tornaram Orixá, sendo conhecida como a mãe de todos os Orixás, a grande conselheira. É uma das divindades mais cultuadas no Brasil. Orixá do rio que deságua no mar, dos mares, dos grandes rios e oceanos, da fertilidade, mãe dos peixes, protetora das crianças, dos idosos e dos pescadores. Rege a vida, a gestação, a família, a purificação e a harmonia.

Saudação: Odò Íyá ou Odoyá, minha mãe! Significa mãe das águas.

Ibeji

Figura 8: Ibeji



Fonte: <https://kiuagame.com.br>

São filhos de Iemanjá os dois meninos gêmeos, os Ibejis. Os Ibejis passavam o dia a brincar. Eram crianças e brincavam com Logum Edé e brincavam com Euá. Um dia, brincavam numa cachoeira e um deles se afogou. O Ibeji que ficou começou a definhar, tão grandes eram sua tristeza e solidão, melancólico e sem interesse pela vida. Foi então a Orunmilá e suplicou que Orunmilá trouxesse o irmão de volta. Que Orunmilá os reunisse de novo, para que brincassem juntos como antes. Orunmilá não podia ou não queria fazer tal coisa, mas transformou a ambos em imagens de madeira e ordenou que ficassem juntos para sempre. Nunca mais cresceriam, não se separariam. São dois gêmeos-meninos brincando eternamente, são crianças (Prandi, 2020, p. 540).

Ibeji, divindade gêmea, eles veem a vida com os olhos de criança, estão ligados a todos os orixás e a todos os seres humanos. Representam a dualidade, a contradição, a alegria, e felicidades, a inocência e a ingenuidade., é amor, a força do bem, a beleza, a pureza, a travessura, o sorriso da criança, é o perfume das flores e o canto dos pássaros. São duas divindades associadas a tudo o que se inicia e brota. Ibeji é zelador do parto, é o nascimento, a vida e o germinar. Orixá que protege as crianças e adolescentes.

Saudação: Onipé Ibéjì! Oni beijada! Bejiróó! Significa “Ele é dois”

Logun Edé

Figura 9: Logun Edé



Fonte: <https://kiuagame.com.br>

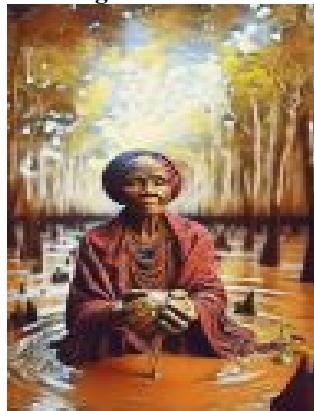
Logum Edé era filho de Oxóssi com Oxum. Era o príncipe do encanto e da magia. Oxóssi e Oxum eram dois orixás muito vaidosos. Orgulhosos, eles viviam às turras. A vida do casal estava insuportável e resolveram que era melhor se separar. O filho ficaria metade do ano nas matas com Oxóssi e a outra metade com Oxum no rio. Com isso, Logum se tornou uma criança de personalidade dupla: cresceu metade homem, metade mulher. Oxum proibiu Logum Edé de brincar nas águas fundas, pois os rios eram traiçoeiros para uma criança de sua idade. Mas Logum era curioso e vaidoso como os pais. Logum não obedecia à mãe. Um dia Logum nadou rio adentro, para bem longe da margem. Obá, dona do rio, para vingar-se de Oxum, com quem mantinha antigas querelas, começou a afogar Logum. Oxum ficou desesperada e pediu a Orunmilá que lhe salvasse o filho, que a amparasse no seu desespero de mãe. Orunmilá, que sempre atendia à filha de Oxalá, retirou o príncipe das águas traiçoeiras e o trouxe salvo à terra. Então deu-lhe a missão de proteger os pescadores e a todos os que vivessem das águas doces. Dizem que foi Oiá quem retirou Logum Edé da água e terminou de criá-lo juntamente com Ogum (Prandi, 2020, p. 184).

Logun Edé, filho de Oxum e Oxóssi, assume as características de ambos, é um orixá astuto, sábio, perfeccionista, infantil e hermafrodita, o mais belo dos orixás, príncipe das matas e dos rios, o dono da riqueza e da beleza masculina. Logun Edé, durante seis meses vive com a mãe, nas águas dos rios, assim como a mãe, é mulher graciosa e doce, nos outros seis meses é homem, vive no mato com o pai, caçando e pescando. Apesar de meigo e paciente, quando contrariado fica enfurecido. Divindade da caça, da fartura, da fortuna e da pesca. Representa o encontro entre os rios com as florestas, o barranco, a beira do rio, às margens do rio, o curso da água. Responsável pela fertilização da terra. Saudação: Logun ô akofá! Ou Loci Logun!

Significa: Brada, Príncipe Guerreiro!

Nana

Figura 10: Nanã



Fonte: <https://kiuagame.com.br>

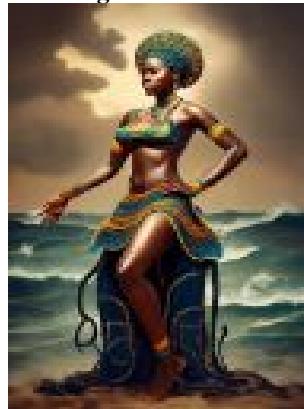
Nanã era considerada grande justiceira. Qualquer problema que ocorresse, todos a procuravam para ser a juíza das causas. Mas sua imparcialidade era duvidosa. Os homens temiam a justiça de Nanã, pois se dizia que Nanã só castigava os homens e premiava as mulheres. Nanã tinha um jardim com um quarto para os eguns, que eram comandados por ela. Se alguma mulher reclamava do marido, Nanã mandava prendê-lo. Batia na parede chamando os eguns. Os eguns assustavam e puniam o marido. Só depois Nanã o libertava. Ogum foi reclamar a Ifá sobre o que ocorria. Segundo Exu, conhecido como bisbilhoteiro, Nanã queria dizimar os homens. Os orixás reunidos resolveram dar um amor para Nanã, para que ela se acalmasse e os deixasse em paz. Os orixás enviaram Oxalufã nessa missão. Chegando à casa de Nanã, Oxalufã foi servido com ricos alimentos. Mas o velho pediu-lhe que fizesse um suco de igbins, de caracóis. Oxalufã, muito sábio, fez Nanã beber com ele o suco. Nanã bebeu do omi eró, a água que acalma. Assim Nanã foi se acalmando. Cada dia que passava Nanã se afeiçoava mais a Oxalufã. Mas até então Nanã não havia mostrado a ele seu jardim. Um dia uma mulher queixosa do marido procurou Nanã, e ela, aconselhada por Oxalufã, quis ouvir ambos os cônjuges, não só a mulher, mas também o seu marido (Prandi, 2020, p. 263).

Nanã Buruquê, foi a primeira esposa de Oxalá, mãe de Iroco (Tempo), Omolu (Obaluaiê) e Oxumaré. Nanã Buruquê é a senhora da criação e da morte, é responsável pela entrada e saída das almas. A Divindade protetora da família, dos mais velhos e dos enfermos, representa a senilidade, a velhice, reencarnação, o mistério e as memórias. Nanã domina as enchentes, as chuvas, a garoa e o lodo, ela é o contato da terra com as águas. Por ser o mais velho orixá, participou da criação do universo e da humanidade, é a senhora do barro, do sopro divino, do movimento e da criação. Nanã é a continuação da existência humana, deu forma ao primeiro homem, é discreta, austera, justiceira, rege a justiça, não tolera traição.

Saudação: Saluba Nanã! Significa, nos refugiamos em Nanã, ou salve a senhora da lama.

Obá

Figura 11: Obá



Fonte: <https://kuiagame.com.br>

Obá escolheu a guerra como prazer nesta vida. Enfrentava qualquer situação e assim procedeu com quase todos os orixás. Um dia, Obá desafiou para a luta Ogum, o valente guerreiro. O ardiloso Ogum, sabendo dos feitos de Obá, consultou os babalaôs. Eles aconselharam Ogum a fazer oferendas de espigas de milho e quiabos, tudo pilado, formando uma massa viscosa e escorregadia. Ogum preparou tudo como foi recomendado e depositou o ebó num canto do lugar onde lutariam. Chegada a hora, Obá, em tom desafiador, começou a dominar a luta. Ogum levou-a ao local onde estava a oferenda. Obá pisou no ebó, escorregou e caiu. Ogum aproveitou-se da queda de Obá, num lance rápido tirou-lhe os panos e a possuiu ali mesmo, tornando-se, assim, seu primeiro homem. Mais tarde Xangô roubou Obá de Ogum Prandi, 2020, 456).

Obá, filha de Iemanjá e Oxalá, irmã de Iansã, foi esposa de Ogum e Xangô. Numa luta com Ogum, conquistou o direito às iabás de usarem armas. Obá é a deusa guerreira, temida, energética e fisicamente mais forte que muitos orixás masculinos. Representa a transformação e o aspecto masculino das mulheres. Orixá da concentração, do foco, da fidelidade, da lealdade e da conquista, protetora das mulheres. Divindade das águas revoltas, dos rios, da queda d'água, guia da alma, senhora do redemoinho. Com nanã controla o barro, a água parada, a lama, o lodo, e as enchentes é a mãe do entardecer.

Saudação: Obá siré! Significa, rainha poderosa.

Ogum

Figura 12: Ogum



Fonte: <https://kiuagame.com.br>

Oladumare resolveu criar o mundo. Seus filhos foram convocados para ajudar nessa tarefa, cada qual levou consigo o que era necessário: joias, dinheiro, tecidos. A Ogum coube levar uma espada e um saco de terra preta. Carregando essas coisas, Ogum saiu caminhando em direção ao lugar onde o mundo havia de ser criado. Quando se cansou, foi dormir no alto de uma palmeira. A chuva chegou e não parou mais. Ogum abriu o saco que trazia e, do alto da palmeira, espalhou a terra preta que havia nele. A terra espalhou-se, fazendo surgir uma lagoa. Do fundo da lagoa, da lama do fundo, apareceu Nanã. Ogum e Nanã saíram criando o mundo. Ogum construiu casas, fez plantações e todos ouviram falar de seu reino próspero. Um dia seus irmãos vieram conhecer seu reino e tentaram dividi-lo entre si. Aconselhado por Nanã, Ogum apanhou sua espada mágica e derrotou todo aquele que tentava usurpar o que era seu. Ogum, filho de Oduduá, sempre guerreava, trazendo o fruto da vitória para o reino de seu pai. Amante da liberdade e das aventuras amorosas, foi com uma mulher chamada Ojá que Ogum teve o filho Oxóssi. (Pandi, 2020, p. 122)

Ogum, filho de Iemanjá e do rei Oduduá (fundador da cidade de Ifê) irmão mais velho de Exu e Oxóssi, Ogum dócil e amável com os amigos, porém com os inimigos, é um guerreiro cruel e impiedoso. Orixá do ferro e do fogo, o dono do Obé (faca), da estrada de ferro e dos caminhos, defensor da lei e da ordem, é imparcial, e vencedor de demandas. Representa todos os que manejam ferramentas, os militares, agricultores, mecânicos, caminhoneiro, maquinista. Divindade dos conhecimentos práticos e patrono da tecnologia. Ogum é o símbolo do trabalho, da produção e da expansão. Ogum forjava suas ferramentas e ensinava os homens a manufaturar o ferro e o aço tanto para a caça, como para a agricultura, e para a guerra.

Saudação: Ògún ieé! Ou Ogunhê! Significa, salve Ogum, cabeça coroada.

Omolu

Figura 13: Omolu



Fonte: <https://kiuagame.com.br>

Omulu foi salvo por Iemanjá quando sua mãe, Nanã Burucu, ao vê-lo doente, coberto de chagas, purulento, abandonou-o numa gruta perto da praia. Iemanjá recolheu Omulu e o lavou com a água do mar. O sal da água secou suas feridas. Omulu tornou-se um homem vigoroso, mas ainda carregava as cicatrizes, as marcas feias da varíola. Iemanjá confeccionou para ele uma roupa toda de ráfia. E com ela ele escondia as marcas de suas doenças. Ele era um homem poderoso. Andava pelas aldeias e por onde passava deixava um rastro ora de cura, ora de saúde, ora de doença. Iemanjá não se conformava com a pobreza do filho adotivo. Ela pensou: “Se eu dei a ele a cura, a saúde, não posso deixar que seja sempre um homem pobre”. Iemanjá era a dona da pesca, tinha os peixes, as conchas, os corais. Tudo aquilo que dava vida ao oceano pertencia a sua mãe, Olocum. Iemanjá resolveu então ver suas joias. Tinha algumas, mas enfeitava-se mesmo era com algas. Ela enfeitava-se com a água do mar, vestia-se de espuma. Ela adornava-se com o reflexo de Oxu, a Lua. Mas Iemanjá tinha uma grande riqueza e essa riqueza eram as pérolas, que as ostras fabricavam para ela. Iemanjá, chamou Omulu e lhe disse: “De hoje em diante, és tu quem cuidas das pérolas do mar. Serás assim chamado de Jeholu, o Senhor das Pérolas”. Por isso as pérolas pertencem a Omulu. Por baixo de sua roupa de ráfia, enfeitando seu corpo marcado de chagas, Omulu ostenta colares e mais colares de pérola, belíssimos colares (Prandi, 2020, p. 291).

Omolu, filho de Nanã e Oxalá e irmão de Oxumaré, foi criado por Iemanjá. Omolú, nasceu com má formação e muitas feridas, por isso seu corpo está sempre coberto por fibras desfiadas de dendêzeiro, para impedir que vejam suas chagas. Sob a dualidade da sua natureza é considerado o Orixá da morte e das mazelas, por entender a dor, é o médico dos Orixás, o senhor da cura, aquele que pune os malfeiteiros. Omolu é uma divindade da terra, tanto do solo quanto do subsolo. Essa divindade está sempre vinculada a dois elementos: a terra e os ancestrais.

Saudação: Atotô, que significa silêncio.

Ossain

Figura 14: Ossain



Fonte: <https://kiuagame.com.br>

Ossaim, filho de Nanã e irmão de Oxumarê, Euá e Obaluaê, era o senhor das folhas, da ciência e das ervas, o orixá que conhece o segredo da cura e o mistério da vida. Todos os orixás recorriam a Ossaim para curar qualquer moléstia, qualquer mal do corpo. Todos dependiam de Ossaim na luta contra a doença. Todos iam à casa de Ossaim oferecer seus sacrifícios. Em troca, Ossaim lhes dava preparados mágicos: banhos, chás, infusões, pomadas, abô, beberagens. Curava as dores, as feridas, os sangramentos; as disenterias, os inchaços e fraturas; curava as pestes, febres, órgãos corrompidos; limpava a pele purulenta e o sangue pisado; livrava o corpo de todos os males. Um dia Xangô, que era o deus da justiça, julgou que todos os orixás deveriam compartilhar o poder de Ossaim, conhecendo o segredo das ervas e o dom da cura. Xangô sentenciou que Ossaim dividisse suas folhas com os outros orixás. Mas Ossaim negou-se a dividir suas folhas com os outros orixás. Xangô então ordenou que Iansã soltasse o vento e trouxesse ao seu palácio todas as folhas das matas de Ossaim para que fossem distribuídas aos orixás. Iansã fez o que Xangô determinara. Gerou um furacão que derrubou as folhas das plantas e as arrastou pelo ar em direção ao palácio de Xangô. Ossaim percebeu o que estava acontecendo e gritou: “Euê uassá!”. “As folhas funcionam!” Ossaim ordenou às folhas que voltassem às suas matas e as folhas obedeceram às ordens de Ossaim. Quase todas as folhas retornaram para Ossaim. As que já estavam em poder de Xangô perderam o axé, perderam o poder de cura (Prandi, 2020, p. 207)

Ossain, filho de Nana e Oxalá, é um orixá masculino, misterioso e reservado, por isso pouco se sabe sobre a sua vida. É considerado o dono da força, do poder, do fundamento, da vitalidade e segurança; por isso, é imprescindível até mesmo aos próprios deuses. Ossain é o protetor dos animais, é o orixá das ervas medicinais e dos remédios, portanto rege a cura, juntamente com Oxóssi ele governa as florestas e sua presença é fundamental em todas as cerimônias, pois ele é o detentor do àse.

Saudação: Ewé Ó! Significa salve as folhas.

Oxalá, Orixalá, Orixaguinã, Oxalufã, Gunocô ou Obatalá

Figura 15: Oxalá



Fonte: <https://kiuagame.com.br>

Quando o mundo foi criado, coube a Obatalá a criação do homem. O homem foi criado e povoou a Terra. Cada natureza da Terra, cada mistério e segredo, foi tudo governado pelos orixás. Com atenção e oferendas aos orixás, tudo o homem conquistava. Mas os seres humanos começaram a se imaginar com os poderes que eram próprios dos orixás. Os homens deixaram de alimentar as divindades. Os homens, imortais que eram, pensavam em si como deuses. Não precisavam de outros deuses. Cansado dos desmandos dos humanos, a quem criara na origem do mundo, Obatalá decidiu viver com os orixás no espaço sagrado que fica entre o Aiê, a Terra, e o Orum, o Céu. E Obatalá decidiu que os homens deveriam morrer; cada um num certo tempo, numa certa hora. Então Obatalá criou Icu, a Morte. E a encarregou de fazer morrer todos os humanos. Obatalá impôs, contudo, à morte Icu uma condição: só Oldumare podia decidir a hora de morrer de cada homem. A Morte leva, mas a Morte não decide a hora de morrer. O mistério maior pertence exclusivamente a Olorum (Prandi, 2020, p. 717).

Oxalá foi o primeiro orixá criado por Olorum. É considerado o orixá dos orixás, o pai de todos os orixás, com exceção de Logun Edé, filho de Oxóssi. Divindade da compaixão, do perdão e da fé, é obstinado e independente. Oxalá é o senhor da criação, foi escolhido por Olorum para criar o mundo e os seres humanos, no entanto, ele não é superior ou tem mais poderes que os outros orixás, mas tem o respeito de todos eles, porque carrega consigo as memórias e as soluções encontradas em outros tempos. É o senhor do conhecimento empírico.

Saudação: êpa, êpa, babá! Ou exê babá! Significa, salve o pai, ou obrigado, pai.

Oxóssi

Figura 16: Oxossi



Fonte: <https://kiuagame.com.br>

Oxóssi vivia com sua mãe Iemanjá e com seu irmão Ogum. Ogum cultivava o campo e Oxóssi trazia caça das florestas. A casa de Iemanjá era farta. Mas Iemanjá tinha maus pressentimentos e consultou o babalaô. O adivinho lhe disse que proibisse Oxóssi de ir caçar nas matas, pois Ossaim, que reinava na floresta, podia aprisionar Oxóssi. Iemanjá disse ao filho que nunca mais fosse à floresta. Mas Oxóssi, o caçador, era muito independente e rejeitou os apelos da mãe. Continuou indo às caçadas. Um dia ele encontrou Ossaim, que lhe deu de beber um preparado. Oxóssi perdeu a memória. Ossaim banhou o caçador com abôs misteriosos e ele ficou no mato morando com Ossaim (Prandi, 2020, p. 160).

Oxóssi, filho de Oxalá e Iemanjá, irmão de Ogum e Exu, pai de Logun Edé. Seu nome significa guardião popular. Oxóssi é considerado o caçador de àse, rei da nação Ketu, salvou sua população com uma única flecha. Orixá das matas, da caça, dos caçadores, das florestas, das folhas terapêuticas e litúrgicas. Habita a mata fechada, domina a fauna e a flora, suscita a fartura e o sustento. Protetor dos caçadores e dos caminhantes, por ser astuto, ligeiro, curioso e sábio, consegue equilibrar os ecossistemas e está geralmente associado à busca pelo conhecimento e a conquista de metas.

Saudação: Okê Oxóssi e/ou Okê Arô! Significa o senhor cuja voz ecoa.

Oxum

Figura 17: Oxum



Fonte: <https://kiuagame.com.br>

Um dia, Orunmilá saiu de seu palácio para dar um passeio acompanhado de todo o seu séquito. Em certo ponto deparou com outro cortejo, do qual a figura principal era uma mulher muito bonita. Orunmilá ficou impressionado com tanta beleza e mandou Exu, seu mensageiro, averiguar quem era ela. Exu apresentou-se ante a mulher com todas as reverências e falou que seu senhor, Orunmilá, gostaria de saber seu nome. Ela disse que era Iemanjá, rainha das águas e esposa de Oxalá. Exu voltou à presença de Orunmilá e relatou tudo o que soubera da identidade da mulher. Orunmilá, então, mandou convidá-la ao seu palácio, dizendo que desejava conhecê-la. Iemanjá não atendeu de imediato ao convite, mas um dia foi visitar Orunmilá. Ninguém sabe ao certo o que se passou no palácio, mas o fato é que Iemanjá ficou grávida após a visita a Orunmilá. Iemanjá deu à luz uma linda menina. Como Iemanjá já tivera muitos filhos com seu marido, Orunmilá enviou Exu para comprovar se a criança era mesmo filha dele. Ele devia procurar sinais no corpo. Se a menina apresentasse alguma marca, mancha ou caroço na cabeça, seria filha de Orunmilá e deveria ser levada para viver com ele. Assim foi atestado, pelas marcas de nascença, que a criança mais nova de Iemanjá era de Orunmilá. Foi criada pelo pai, que satisfazia todos os seus caprichos. Por isso cresceu cheia de vontades e vaidades. O nome dessa filha é Oxum (Prandi, 2020, p. 464).

Oxum, filha de Iemanjá e Orumilá (Oxalá), foi muito mimada pelo pai, é cheia de vontades, vaidosa, delicada e sedutora, é o orixá do amor, a dona das águas doce, da cachoeira, do ouro, mãe protetora e amorosa. Representa o poder feminino, o amor, a alegria, a prosperidade, a sabedoria, a fertilidade, é inteligente, determinada, persistente, considerada a protetora do feto durante a gestação. É a divindade que conhece a alma humana, ela é responsável por acalmar as tempestades. Oxum é mãe de Logun Edé, foi casada com Xangô, Ogum e Oxóssi, pai do seu único filho.

Saudação: Ora iê iê ô! Salve a senhora da bondade. Salve mãezinha benevolente.

Oxumaré

Figura 18: Oxumaré



Fonte: <https://kiuagame.com.br>

Oxumarê desenha o arco-íris no céu para estancar a chuva. Conta-se que Oxumarê não tinha simpatia pela Chuva. Toda vez que ela reunia suas nuvens e molhava a terra por muito tempo, Oxumarê apontava para o céu ameaçadoramente com sua faca de bronze e fazia com que Chuva desaparecesse, dando lugar ao arco-íris. Um dia Olodumare contraiu uma moléstia que o cegou. Chamou Oxumarê, que da cegueira o curou. Olodumare temia, entretanto, perder de novo a visão e não permitiu que Oxumarê voltasse à Terra para morar. Para ter Oxumarê por perto, determinou que morasse com ele, e que só de vez em quando viesse à Terra em visita, mas só em visita. Enquanto Oxumarê não vem à Terra, todos podemvê-lo no céu com sua faca de bronze, sempre se fazendo no arco-íris para estancar a Chuva (Prandi, 2020, p. 308).

Oxumaré, filho mais novo de Nanã, participou da criação do mundo, controla os astros e os oceanos, criou os vales e os rios. Oxumaré representa o ciclo vital, a continuidade da vida, o movimento e a fertilidade. A dualidade é o conceito básico desse orixá, metade do ano é um orixá masculino, na outra metade feminina, carrega consigo o macho e a fêmea, o dia e a noite. Orixá da chuva e do arco-íris, dona das cobras, caminha entre o céu e a terra como arco-íris. Rege a transformação, sexualidade, abundância, da fartura. É a divindade que sustenta o universo, é a mobilidade e a atividade.

Saudação: Arroboboi Oxumarê! Significa, salve o senhor do Arco-íris e dos Ciclos.

Xangô

Figura 19: Xangô



Fonte: <https://kiuagame.com.br>

Xangô e seus homens lutavam com um inimigo implacável. Os guerreiros de Xangô, capturados pelo inimigo, eram mutilados e torturados até a morte, sem piedade ou compaixão. As atrocidades já não tinham limites. O inimigo mandava entregar a Xangô seus homens aos pedaços. Xangô estava desesperado e enfurecido. Xangô subiu no alto de uma pedreira perto do acampamento e dali consultou Orunmilá sobre o que fazer. Xangô pediu ajuda a Orunmilá. Xangô estava irado e começou a bater nas pedras com o oxé, bater com seu machado duplo. O machado arrancava das pedras faíscas, que acendiam no ar famintas línguas de fogo, que devoravam os soldados inimigos. A guerra perdida foi se transformando em vitória. Xangô ganhou a guerra. Os chefes inimigos que haviam ordenado o massacre dos soldados de Xangô foram dizimados por um raio que Xangô disparou no auge da fúria. Mas os soldados inimigos que sobreviveram foram poupadados por Xangô. A partir daí, o senso de justiça de Xangô foi admirado e cantado por todos. Através dos séculos, os orixás e os homens têm recorrido a Xangô para resolver todo tipo de pendência, julgar as discordâncias e administrar justiça (Prandi, 2020, p. 342).

Xangô, poderoso orixá guerreiro que domina os raios e os trovões. Conhecido como o rei de Oyó, filho de Oranian e Torosi, Xangô teve três esposas, Obá, Oxum e Iansã. Primeiro orixá a ser cultuado no Brasil, é o orixá da justiça, dos estudos, da sabedoria, do fogo, das rochas e do poder, domina os ventos, os raios, os trovões, o fogo e a paixão. Divindade que protege os intelectuais. Xangô decide sobre o bem e o mal, é atrevido, justiceiro, sábio, ponderado, hábil e correto. Pode ser descrito sob dois aspectos: histórico e divino. No aspecto histórico, Xangô teria reinado sobre a cidade de Oyó (Nigéria).

Saudação: Caô Cabiecilê! Ou “Kaô Kabecilê! Significa, salve o rei da Terra.

Os orixás permitem a construção do complexo entendimento do mundo em que vivemos. Vale enfatizar que as divindades do Candomblé, possuem especificidades e influências singulares, sua sapiência surge como potência desestabilizadora. Seu arquétipo está relacionado às manifestações dessa força, para os praticantes das religiões afro-brasileiras, os orixás são agentes comunicadores entre o ser humano e o sagrado.

As ensinagens de terreiro, pautadas na dialogicidade, na interação, no aconselhamento e no respeito aos mais velhos, entre outros referenciais que fazem parte do cotidiano do terreiro, pode ser levada para sala de aula como ferramenta, para uma proposta educacional que visa a educação para a diversidade e para as diferenças. Segundo o *Taata dya Nkisi*, o professor Dr. Tássio Ferreira (2021):

A pesquisadora e Professora Léa da Graças Camargo Anastasiou (2004) afrografou o termo *ensinagens* a partir da desconstrução da perspectiva de ensino e aprendizagem amalgamadas pela Pedagogia colonizadora oficializada. Ela propõe um desmantelamento de todo sistema de ensino e aprendizagem que divide em caixas o que se ensina - e como se ensina - e o que se aprende - e como se aprende. Através de uma imersão no constructo do colonizador, Anastasiou ressemantiza a ideia ensinar, considerando aqui não etapas de aprendizagem, mas a experiência diante do processo de construção do pensamento (Ferreira, 2021, p. 44).

Nesse processo de ensino aprendizagem o conhecimento é compartilhado, exige compromisso, afetividade e o respeito mútuo entre o educador e o educando. Logo, oferecer ao educando a possibilidade de fazer parte da construção dos seus próprios saberes fortalece a educação antirracista, na prática.

Ao incorporar temáticas afrodiáspóricas, a escola não apenas oferece um conhecimento mais abrangente, mas também contribui para a formação de cidadãos conscientes, preparados para ler o mundo diversificado e prontos para enfrentar seus desafios. Desenvolver a visão de mundo do educando, relacionando as narrativas dos orixás, diz respeito à construção de valores, a compreensão da complexidade de viver em sociedade, a valorização de um conjunto de princípios que devem ser respeitados para viver em harmonia com o outro.

Assim, a escola não está apenas associada e desenvolvendo saberes ancestrais aos conteúdos programáticos tradicionais, está também desconstruindo um modelo de ensino colonial que se estruturou na inferiorização e na negação dos seres não brancos.

No âmbito da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a escola assume um papel importante quando não se dedica apenas ao desenvolvimento de saberes ancestrais em paralelo aos conteúdos programáticos tradicionais, mas também ao desempenhar um papel de

desconstrução de um modelo de ensino colonial. Esse modelo, historicamente enraizado na inferiorização e na negação dos seres não brancos, têm perpetuado desigualdades e preconceitos.

Ao incorporar as diretrizes da BNCC, a escola se compromete a promover não apenas o aprendizado de habilidades e competências específicas, mas também a cultivar uma perspectiva inclusiva e igualitária. Isso implica reconhecer a riqueza dos saberes ancestrais, dando-lhes o devido valor no processo educativo. Além disso, a desconstrução do ensino colonial exige uma abordagem crítica e reflexiva sobre os padrões históricos que marginalizaram certos grupos étnicos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define competências específicas a serem desenvolvidas em cada disciplina. Quando relacionados aos jogos, se bem integrados ao processo educacional, podem fortalecer essas competências ao oferecerem um ambiente prático e envolvente para a aplicação de conhecimentos e habilidades em cada disciplina.

Abaixo relacionamos, brevemente, as competências e habilidades de algumas áreas associadas ao ensino básico, base do nosso projeto de intervenção:

1. Matemática:

- Competência Geral: Construir significados para os números, operações, medidas, geometria, estatística e probabilidade, por meio da investigação, da experimentação e da resolução de problemas do cotidiano e da vida social.
- Habilidades: Desenvolvimento do raciocínio lógico, resolução de problemas, aplicação prática de conceitos matemáticos, estratégia e pensamento crítico.

2. Geografia:

- Competência Geral: Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.
- Habilidades: Estímulo ao pensamento espacial, compreensão das interações entre sociedade e espaço, análise de relações socioeconômicas por meio de simulações geográficas.

3. Ciências:

- Competência Geral: Compreender a natureza, os processos e os sistemas dinâmicos que constituem o mundo natural, assim como as relações entre ciência, tecnologia, sociedade e meio ambiente.
- Habilidades: Exploração de fenômenos naturais, compreensão de processos científicos, experimentação e observação, desenvolvimento do método científico.

4. Arte:

- Competência Geral: Desenvolver a percepção estética e a capacidade de criar, conhecer, apreciar e reconhecer as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, relacionando-as, sempre que possível, às condições de vida e à produção artística e cultural.
- Habilidades: Estímulo à criatividade, apreciação estética, expressão artística, compreensão de diferentes formas de manifestações culturais.

5. História:

- Competência Geral: Compreender que as noções de tempo, espaço e causalidade são fundamentais para a análise histórica, bem como reconhecer e analisar as múltiplas dimensões da diversidade cultural.
- Habilidades: Simulação de eventos históricos, análise de causas e efeitos, compreensão do contexto histórico, pensamento crítico sobre processos históricos.

6. Língua Portuguesa:

- Competência Geral: “Compreender e usar a língua portuguesa como meio de comunicação, acesso a outras culturas e construção de conhecimento e autonomia.
- Habilidades: Desenvolvimento da comunicação oral e escrita, ampliação do vocabulário, estímulo à leitura e interpretação, expressão criativa.

Essas competências gerais refletem a abordagem integrada e multifacetada que a BNCC propõe para cada disciplina, destacando não apenas a aquisição de conhecimentos específicos, mas também o desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores essenciais para a formação integral dos educandos.

Desenvolver habilidades e competências conforme a BNCC significa, portanto, ir além do mero repasse de conhecimento. Envolve fomentar o pensamento crítico, a empatia e a compreensão intercultural. A escola torna-se um espaço onde a diversidade é celebrada, e onde os estudantes são incentivados a questionar, aprender com as experiências de diferentes culturas, e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse contexto, a BNCC emerge como um instrumento essencial para transformar a educação, rompendo com paradigmas coloniais e promovendo uma abordagem mais inclusiva e respeitosa da pluralidade cultural e étnica presente na sociedade.

CAPÍTULO II

2 O apagamento dos saberes ancestrais: origem e estrutura

A dinâmica do apagamento dos saberes ancestrais e a imposição da cultura colonizadora, conduz o colonizado para a inferiorização, demonização e negação da sua própria história. Esse processo de silenciamento da religiosidade afro-brasileira nas escolas, atinge um público muito específico, meninas e meninos negros e pobres, ou seja, aqueles que deveriam estar inseridos no processo de ensino e aprendizagem, são excluídos na escola.

A religiosidade para quem é do Axé, entende-se mais que religião, trata-se de um processo de identificação que não envolve apenas as crenças e rituais africanos, refere-se, também, a forma de ver e de viver a vida, conforme valores, organização social e filosófica. Em iorubá, Axé significa forças vital, poder divino, é a energia presente na natureza, de modo que, os elementos, os seres humanos e os orixás são divindades cultuadas nessa religiosidade.

Logo, ao silenciar a religião e a religiosidade de um determinado grupo de educandos, a escola deixa de cumprir seu papel de humanização da sociedade, como sinaliza Maia (2020) em sua dissertação de mestrado, quando apresenta um relato de Stela Caputo, relacionado ao cenário educacional a qual muitos educandos estão inseridos.

A jornalista Stela Guedes Caputo, após quase vinte anos de pesquisas sobre o candomblé e sua relação com a educação, constatou que grande parte das crianças frequentadoras desses cultos, embora demonstrassem um grande amor à cultura de seus ancestrais, quando no ambiente escolar, preferiam esconder sua fé por se sentirem discriminadas e perseguidas por seus colegas e até mesmo por seus professores. É o que relatam Tainara e Tauanã, duas estudantes entrevistadas pela pesquisadora que, na escola, se dizem católicas. Quando perguntadas se gostariam que os professores falassem sobre o candomblé em sala de aula, essa foi a resposta: “Não! Não gostaria! Porque eu teria muita vergonha! Porque católico é católico e macumbeiro é macumbeiro. Eles são aceitos, nós não! ” (Caputo, 2012, p. 215) O jovem Ricardo Nery, que aos 6 anos foi chamado de “filho do diabo” por sua professora, aos 14 anos, perguntou: “Eu não entendo, se a gente tem que aceitar a cultura dos crentes e dos católicos, por que eles não podem aceitar a nossa, inclusive na escola? ” (Caputo, 2012, p. 257).

Ao ignorar a realidade do educando, o sistema educacional além de excluir, inferioriza. A escola, tradicionalmente conhecida como um espaço de diálogo, reflexões e construção do conhecimento, é também ambiente conflitante, fio condutor das desigualdades, do preconceito e do racismo, enfrenta desafios complexos, logo, não está isenta das questões sociais e muitas vezes reflete as desigualdades inerentes à sociedade.

Contudo, quando a escola reconhece esses desafios, pode se posicionar como um agente transformador, contribuindo para a desconstrução das disparidades que limitam as oportunidades para certos educandos, pertencentes aos grupos marginalizados pela sociedade.

Essa problemática, que exclui e expulsa, principalmente, educandos negros, indígenas e/ou pobres do ambiente escolar, deve ser desconstruída pela educação antirracista. De acordo com Paradiso (2014, p. 11) as religiões de matriz africanas ensinam o rompimento com a hegemonia europeia (religião branca-cristã-patriarcal), aproximando o adepto da própria África, fortalecendo, assim, sua memória cultural, religiosa e identitária”. Portanto, as religiões afro-brasileiras podem romper paradigmas.

As religiões de matriz africana possuem simbologias e peculiaridades, profundamente enraizadas num conjunto de perspectivas humanizadas, entre elas, a espiritualidade, a ancestralidade, a tradição oral, o elo com a natureza, os valores morais e éticos, entre tantas outras simbologias, que podem influenciar a evolução do ser e do conhecimento. Conforme Machado (2013, p. 52) “A memória ancestral reorganizou a identidade coletiva de negros e negras escravizados no Brasil”. Em outras palavras, as abordagens pluralistas e as memórias coletivas podem validar as diversas perspectivas e edificar uma visão holística dos saberes.

Na dinâmica do desmerecimento da existência de outras civilizações, na invisibilidade de outros seres e de outros saberes, construiu-se o processo de apagamento da história e Cultura afro-brasileira e indígena.

Assim, na prática do silenciamento, na demonização e inferiorização das crenças e rituais não cristãos, como propósito de controle e aniquilamento dos grupos ditos marginalizados, que nasce o racismo, como um dos legados do período colonial. Para Rufino (2019, p.12) “A colonização é uma engenharia de destroçar gente”, reafirmando as palavras de Darcy Ribeiro, um projeto meticoloso, que busca não apenas desumanizar e desestabilizar os grupos inferiorizados, mas também a devastação cultural, social e psicológica imposta, pelo colonizador, aos povos colonizados.

Mesmo com tantos desafios enfrentados pela educação, a escola pode ser uma ferramenta importante de transformação social, quando oportuniza perspectivas significativas para desmantelar preconceitos e promover diálogos para o combate ao racismo e a discriminação, adotando práticas educativas para despertar a empatia, promover a consciência crítica e o respeito à diversidade e a sabedoria ancestral.

2.1 Desconstruindo preconceitos: Raça e racismo

A luta pela promoção de uma educação inclusiva e transformadora, é um trabalho coletivo, que envolve o engajamento de toda sociedade, na busca pela consolidação dos princípios democráticos, permeados na justiça, na igualdade e no fortalecimento do respeito aos direitos humanos, conforme o advogado e filósofo Silvio Almeida (2021). Nos últimos séculos, o sistema educacional vem enfrentando desafios relacionados ao racismo e a discriminação étnico-racial.

Nas engrenagens do poder, estabelecidas desde o período colonial e evidenciadas ainda hoje, pelo racismo e pela desumanização da humanidade, despontam no capitalismo velado e sigiloso, este independe de conceito de raça.

Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo (Quijano, 2005, p. 117).

Para compreender a complexidade que o assunto merece e perceber os mecanismos utilizados no combate ao racismo são limitados e inadequados, é imprescindível compreender que seu sentido está atrelado a circunstâncias históricas. Para Simas (2018, p.11) “a agenda colonial produz a descredibilidade de inúmeras formas de existência e de saber” o que esclarece e fundamenta que o racismo na sociedade é legitimado nas dessemelhanças, tanto no âmbito social, quanto no âmbito histórico, político, econômico e filosófico.

Etimologicamente raça vem do latim *ratio*, significa categoria, espécie. O conceito de raça tem sua ascendência nas ciências naturais, é empregado na Zoologia e na Botânica, inicialmente, a expressão raça era utilizada para classificar as diferentes qualidades de plantas e animais. Conforme Rufino (2019, p.9) “A raça é a invenção que precede a noção de humanidade no curso da empreitada ocidental”, logo, a colonização foi edificada na supremacia dos brancos e no extermínio dos seres não brancos.

Rejeitam o sentido biológico de raça, já que todos sabem e concordam com os avanços da ciência de que não existem raças humanas. O conceito de raça é adotado, nessa perspectiva, com um significado político e identitário construído com base na análise do tipo de racismo que existe no contexto brasileiro, as suas formas de superação e considerando as dimensões histórica e cultural a que esse processo complexo nos remete (Gomes, 2010, p. 22).

A rejeição do sentido biológico de raça é uma compreensão alinhada com os avanços científicos que demonstram a inexistência de raças humanas distintas. Nesse contexto, o

conceito de raça é adotado com uma conotação política e identitária, reconhecendo que a categorização racial é, na verdade, uma construção social. O termo racismo, se justifica não só nas características físicas e biológicas, mas também, na construção política e sociológica do poder, que se remete a dominação e a exclusão de uma determinada parte da sociedade conforme as conveniências do capitalismo global.

Logo, com o advento da modernidade, no século XVI, o processo colonizador, o cruzamento feral do oceano Atlântico, a expropriação de terras e dos corpos, paralelo aos acontecimentos do período colonial, o termo raça toma uma dimensão semântica arbitrária. O vocábulo raça foi ressignificado, sob fortes amarras, imbricadas nas vicissitudes, nos conflitos e nas desigualdades entre os povos. De acordo com o cientista social, pesquisador, rapper, o professor Dr. Richard Santos:

O racismo está presente no cotidiano da população brasileira e é perpetrado, atualizado e ressignificado a partir da ideia de raça, sendo através desta categoria político social legitimada que as abordagens, desconstruções e lutas devem ser levadas a cabo (Santos, 2021, p. 163).

Nesse contexto, é por meio da compreensão e da problematização da construção social da raça, que as abordagens e lutas contra o racismo precisam ser praticadas. Ao identificar que o entendimento de raça nada mais é que a construção social e histórica, será possível perceber como o racismo empreende e se evidencia em diferentes esferas do cotidiano, desde as desigualdades e oportunidades educacionais, ocupação e moradia até as diferentes formas de manifestações de violência e representações estereotipadas veiculadas nos meios de comunicação.

Portanto, ao conceito de raça é alcunhado acepções arroladas nas relações sociais entre as classes, portanto, o termo raça ressignifica a diferença humana em raças distintas. Classificando a humanidade em grupos fisicamente diferentes, considerando, principalmente, a cor da pele e o fenótipo do indivíduo.

O processo histórico que cria a ideia de raça, não apenas como classificação biológica, mas principalmente como hierarquização política e social do ser humano, expõe a dimensão do racismo.

No Brasil a categoria raça é o elemento político que fundamenta o caráter da exploração e dominação colonial. “Raça”, “racismo” e “Estado-nação” - é nesses três termos que também se expressam as normas da colonialidade do ser, saber e poder, que se cospe a marafunda colonial a ser desatada (Rufino, 2019, p.14).

Os conceitos de raça, racismo e Estado-nação no Brasil foram estruturados pelos padrões da colonialidade do ser, do saber e do poder. Essa tríade reflete as relações desiguais de poder arraigado na história brasileira desde o período colonial até a atualidade.

O racismo, como concepção estruturada que sustenta uma hierarquia racial, subjuga grupos não brancos, ao mesmo tempo que o Estado-nação, na esfera política e institucional, muitas vezes corrobora e reproduz essas desigualdades, um emaranhado complexo que representa as opressões e injustiças. Nesse sentido, apenas uma abordagem crítica e coletiva pode desconstruir as estruturas sociais para transformar a sociedade numa sociedade mais justa e democrática.

Para tanto, é importante saber que a antiga civilização oriental, constituída pelos egípcios, mesopotâmicos, hebreus, fenícios e persas, foram responsáveis por grandes impactos na sociedade e transformações sociais. As primeiras civilizações surgiram em África, numa região conhecida como Crescente Fértil, uma área que abrange parte do Iraque, Palestina e o Norte africano.

Essas civilizações protagonizaram intensos conflitos territoriais em prol da construção de cidades, da criação de leis, de regras de políticas sociais e dos padrões sociais e econômicos. Com a antiga civilização oriental surgiram os primeiros rituais religiosos, o politeísmo, bem como o desenvolvimento da arte e da cultura.

O encontro dos povos de diversas etnias foi inevitável. Considerado berço da humanidade, o continente africano, foi o esteio das novas civilizações; poderoso em todos os aspectos sociais, culturais, históricos, econômicos e filosóficos, compartilhou saberes com o mundo. A civilização ocidental, dominou suas riquezas, desprezou seu povo e inferiorizou sua cultura, em nome do poder, do capitalismo e o entendimento de superioridade da cor, conforme aponta o jornalista, sociólogo e professor Muniz Sodré de Araújo Cabral:

Até o século XVI havia comunidades ou povos caracterizados por costumes e aparências distintas, mas não “gente de cor” enquanto uma designação universal resultante dos posteriores sistemas classificatórios, elaborados pelos teóricos europeus que moldaram os contornos da biopolítica racial. A partir daí, cada potência colonial administrou à sua maneira ou às suas conveniências essa biopolítica, disseminando-a nas escolas e nas elites colonizadas (Sodré, 2017, p.17).

Contudo, o homem ocidental, foi incapaz de compreender a humanidade com um elo indissociável, que une seres humanos, independente das diferenças dos seus corpos, numa mesma dialética. A sociedade africana seguia padrões de comportamento e concepção de mundo diferenciada do europeu, e por não apresentar pensamentos similares à civilização

accidental, a civilização oriental foi considerada pelos europeus uma civilização inferior, não humana e sem história.

Nesse contexto de superioridade, o colonizador europeu encontrou dificuldade em entender que a humanidade não faz distinção de cor, que o ser humano depende um dos outros para viver em sociedade. Há de se entender, também, que não existem humanidades distintas, fazemos parte de uma mesma humanidade, e essa humanidade pertence a todos os seres humanos.

Como mencionamos anteriormente, a grandiosa história e do potente legado de África, foi cerzida por uma herança ancestral riquíssima, que retrata não só a sua estrutura social, política, arquitetônica, artística e econômica, mas também seus amplos aspectos intelectuais e culturais, não apenas na concepção de vida, mas também, na organização social, religiosa e familiar. Todo esse legado intelectual, social, cultural e econômico, dos povos do continente africano, permeia tanto a cultura, quanto a arquitetura, agricultura, matemática, astrologia, entre outros aspectos que proporcionaram o desenvolvimento do planeta Terra.

Antes dessa visão preconceituosa e racista criada pelo homem ocidental, antes das atrocidades cometidas contra o povo africano e antes do privilégio da branquitude, construída na invisibilidade e negação do outro e na superioridade da cor, a África construiu suas narrativas. Na poética descrita por Frantz Fanon (2018), na obra *Pele Negra Máscaras Brancas*, o autor destaca que

Aqueles que não inventaram
nem a pólvora, nem a bússola
Aqueles que nunca souberam domar
nem o vapor, nem a eletricidade
Aqueles que não exploraram
nem os mares, nem os céus
mas conhecem o país do sofrimento
nos seus mais insignificantes recantos
Aqueles cujas únicas viagens foram de desenraizamento
Aqueles que foram amaciados pelas genuflexões
Aqueles que foram domesticados e cristianizados
Aqueles em quem inocularam a frouxidão (Fanon, 2018, p. 113).

O poema exterioriza uma crítica sobre a existência humana, na visão do homem ocidental, essa reflexão oportuniza o entendimento e a associação do poder, atravessadas pela prerrogativa das nuances e das dessemelhanças dos corpos, evocando uma reflexão profunda sobre a experiência daqueles cujas vidas foram cerzidas no sofrimento, na desigualdade histórica e na luta e resistência.

No período colonial, a relação do africano com o europeu, não foi amistosa, pelo contrário, esse encontro impactou a evolução entre os povos, tanto no aspecto histórico,

quanto no aspecto cultural, econômico e social. O povo africano foi classificado, pelos invasores (o europeu) como subespécies, seres sem alma, desprovidos de inteligência e discernimento. O homem ocidental, considerou humano, apenas àquela cuja descendência faz parte da população geograficamente ocidental e esse pensamento reverbera ainda hoje. Segundo a professora, filósofa, socialista estadunidense, Angela Davis:

A ideologia burguesa – e particularmente seus componentes racistas – realmente deve possuir o poder de diluir as imagens reais do terror em obscuridade e insignificância e de dissipar os terríveis gritos de sofrimento dos seres humanos em murmurários quase inaudíveis e, então, em silêncio (Davis, 2016, 136).

Sendo assim, faz parte das engrenagens do processo de desumanização do povo africano, o apagamento da história da civilização oriental; a apropriação de todos os saberes da antiga civilização oriental; a demonização das religiões que não comungam do conceito ocidental; a inferiorização da cultura e dos corpos; a apropriação dos corpos díspares, entre outras atrocidades, que continuam, ainda hoje, perpetuando o processo sistemático do racismo.

O racismo continua impresso no imaginário do racista, ele está ajustado na discriminação racial, na crença fundamentada na superioridade de uma determinada raça, em detrimento a outra. O racismo é o elo gerador da escravidão, o propulsor do preconceito, da xenofobia e da discriminação racial. Logo, o racismo extrapola as fronteiras, é um fenômeno social mundial.

O racismo não é uma ilusão que se dissiparia desde que considerasse a situação de modo “racional”; o racismo desempenha um papel, tem uma função para o indivíduo e para a coletividade; e o racismo só se vela na medida em que esses papéis compensatórios tornam-se inúteis (Snyders, 1988, p.130).

A problemática do racismo está na modernidade, assim sendo, é importante conceituar a modernidade. A concepção de modernidade é um processo multifacetado, que abrange diferentes dimensões sociais e culturais, de um período histórico marcados pela mudança cultural e tecnológica, por narrativas lineares, sobre a sociedade e a humanidade, por condições sociais e filosóficas distintas, assim como, a ascensão do capitalismo e das desigualdades sociais.

Nesse contexto, a modernidade ocidental se constitui no racismo anglo-saxã e defende a pureza racial. Para Davis (2016, p.136) “Embora o termo raça supostamente se referisse à “raça humana”, na prática — especialmente quando o movimento eugenista cresceu em popularidade — fazia-se pouca distinção entre “a raça” e “a raça anglo-saxã”. Trata-se de uma

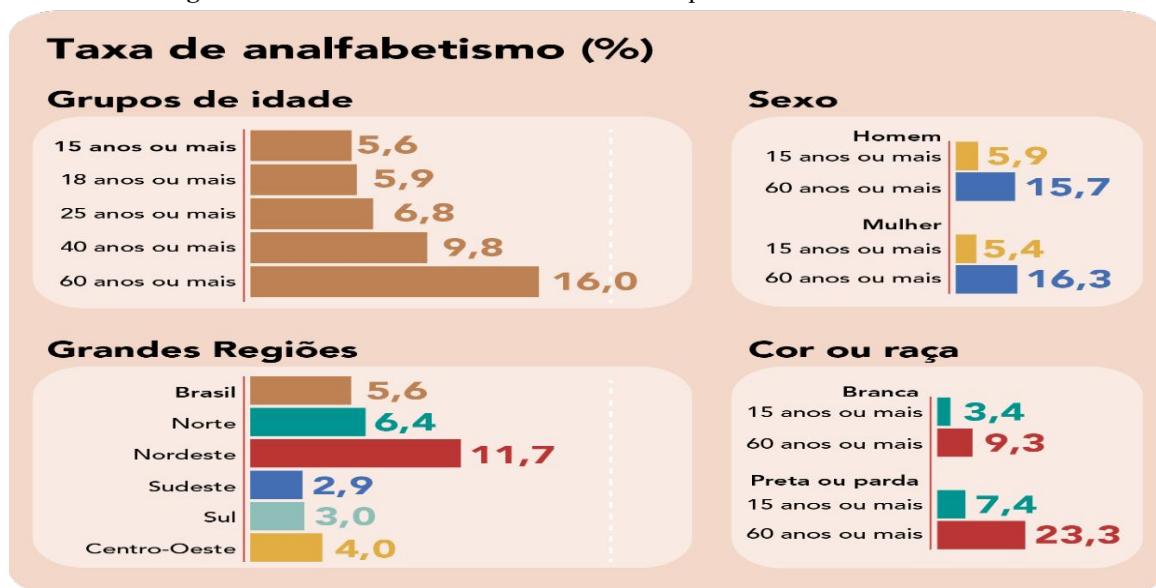
ferida, ainda aberta, no seio da humanidade. A partir dessa concepção ocidental equivocada, baseada nas dessemelhanças, que nasceu o preconceito e o racismo.

Sendo assim, importa a criticidade do processo desse metamorfismo racial, referenciado na constante mutação do racismo experienciado, ao longo dos séculos. Nesse sentido, as ações e atitudes concretas são agentes do processo de ressignificação da realidade social, neutralização e a sistematização da espinha estrutural do racismo. Logo, o sistema educacional brasileiro pode ser protagonista na luta contra o racismo. O racismo, conforme Almeida (2021, p. 63) só consegue se perpetuar se for capaz de:

1. produzir um sistema de ideias que forneça uma explicação “racional” para a desigualdade social;
2. Constituir sujeitos cujos sentimentos não sejam profundamente abalados diante da discriminação da violência racial e que considerem normal e natural que no mundo haja brancos e não brancos.

No Brasil, os índices das pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, (2022), revelam a discrepância educacional que há entre os alunos brancos e pretos. Considerando que a população do Brasil é constituída por 56,1% de negros ou pardos, importa referenciar que o resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, aponta que a taxa de analfabetismo das pessoas com mais de 15 anos é de 7,4 para negros e 3,4 para brancos.

Figura 20: Gráfico da taxa de analfabetismo das pessoas com mais de 15 anos.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

O resultado da pesquisa é revelador e preocupante, pois nesse movimento oscilatório do racismo, nele a dinâmica racista é recriada sistematicamente. Logo, esse processo só pode ser desconstruído, a partir da percepção da realidade, no movimento insurgente, na luta por

mudança estrutural do sistema educacional brasileiro, paralelo a isso, por meio da coragem, da ousadia e do atrevimento que educação antirracista emerge. Nessa perspectiva, a escola se transforma numa ferramenta poderosa e indispensável de desconstrução do racismo.

Isto posto, vale salientar que o racismo se sustenta, e se fortalece, nos princípios educacionais, sociais, ideológicos e políticos, de forma concreta e histórica. A ativista e professora Angela Davis (2016) chama a atenção do leitor sobre essa mutação e alerta que o racismo moderno, está cada vez mais dogmático e violento. Em uma entrevista concedida ao Fantástico, em novembro de 2021, Davis afirma que “o racismo é mutável e se expressa de diversas maneiras”. Então, é preciso discutir essa dinâmica não só espaço escolar, mas em todas os espaços coletivos, por ser na trilha dessa caminhada, no processo efetivo de desconstrução do pensamento racista e na edificação de uma educação antirracista, que teremos no futuro uma sociedade humanizada.

Historicamente, no Brasil, negros e indígenas são inferiorizados, são os grupos que mais sofrem com o racismo, forjado no padrão de desigualdade racial e socioeconômica. Desde 1989, o racismo é crime inafiançável, previsto na Lei Federal n.º 7.716. O artigo 1º da Declaração Internacional de Direitos Humanos, de 1948, descreve que, “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”. No entanto, várias formas de manifestações racistas fazem parte do cotidiano brasileiro, efetivamente, pouco se faz para mudar essa realidade, entre eles, conforme Almeida (2021):

- O racismo estrutural, considerado o pilar de uma sociedade arquitetada, histórica e culturalmente, sob os julgamentos racistas, nas desigualdades raciais e socioeconômicas.
- O racismo institucional, implementado na estrutura e nas ações do estado, empresa ou qualquer outro tipo de organização.
- O racismo individual, direcionado a uma determinada situação ou pessoa.
- O racismo cultural, diz respeito a ideia de uma cultura superior, em detrimento a outra.
- O racismo ecológico ou ambiental, acontece quando é negado o direito de ir e vir a um determinado grupo subjugado pela sociedade.
- O racismo recreativo, promove o humor, piadas estereotipadas, onde o motivo do riso alicerçadas nas declarações racistas.

Dessa forma, distinguiram-se padrões de privilégios e supremacias aos corpos brancos em detrimento a corpos não brancos racialmente marcados sob a estigmatização e

desvalorização social, que se justifica no processo de desumanização do ser humano, de acordo com o tom da sua pele, do seu fenótipo e de sua classe social e/ou gênero.

Assim, criou-se um sistema complexo de opressão sistêmica, onde a concentração de renda e os privilégios sociais são direcionadas, geralmente, ao homem branco, fomentando assim, uma relação inquietante de depreciação rácica, de coisificação e negação não apenas do afrodescendente, mas, de tudo que difira da perspectiva imposta pela sociedade, majoritariamente, racista.

A hegemonia branca, determinada pelo europeu, no imaginário da humanidade, visa o domínio do branco e a opressão dos grupos subjugados. Para a pioneira nos estudos sobre Cultura Negra no Brasil, a professora e filósofa, Lélia González (1988, p. 72) “O racismo desempenha um papel fundamental na internalização da superioridade do colonizador pelo colonizado”. A autora aponta, também, que:

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculadas pelos meios de comunicação em massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais (Gonzáles, 1988, p.72).

Nessa perspectiva, modernidade e colonialidade caminham lado-a-lado. É nesse entremedo que surge a diferença racial e seus desdobramentos. De acordo com o professor e pesquisador George Snyders (1988, p.134) “o racista só consegue enganar-se a si próprio em parte; a desmistificação cultural, é o esforço que ele tem que fazer — e que finalmente todos temos que fazer”. Essa não é uma tarefa fácil, no entanto, conscientes da nossa realidade, entendemos ser possível imprimir uma educação antirracista, pluricultural, edificada a partir dos próprios saberes, no município de Santa Cruz Cabrália.

À vista disso, tanto a escola quanto o educador precisam assumir seu protagonismo, oportunizando aos educandos, o (re)conhecimento, o respeito e a valorização da sua própria história. Para que esse protagonismo aconteça é imprescindível a intrepidez para ressignificação dos conteúdos trabalhados em sala de aula e ousadia nas ações e posturas, capazes de representar todos os educandos e transformar a sociedade brasileira.

Entre alguns fatores, que levam a escola atuar pela exclusão dos educandos negros e pobres, enfatizamos a ausência de representatividade e o silenciamento da religiosidade afro-brasileiras, metodizada na maioria das escolas brasileiras. Essa exclusão atinge um público muito específico, meninas e meninos negros e pobres que, por sua vez, deveriam pulsar no

contexto escolar. A hegemonia dos saberes ocidentais, silencia, apaga, inferioriza e demoniza a realidade de muitos educandos.

Embora, o papel da escola seja de democratização dos saberes, sua dinâmica abre caminho para a colonização da identidade de muitos estudantes, sobretudo educandos negros, pobres e/ou de terreiro. Pelo viés do homem ocidental, na identidade da menina negra acarreta a estereotipação do corpo e delimitação do *status quo* dessas meninas.

Uma educação libertadora e transformadora se relaciona com a realidade do educando, no exercício constante de educar (Freire, 1998), diz respeito, também, ao educador e nas suas concepções e ideais, especialmente, na percepção de que o predomínio de um determinado conhecimento em detrimento dos outros, além de alienar o ser, estimula o silenciamento dos saberes, direcionando o educando, do grupo marginalizado, a se adaptar ao processo ou esquivar-se do espaço escolar que lhe é oferecido. Por consequência, aquele que não aceita a colonização é excluído do ambiente escolar. Portanto, se há um processo de colonização dentro de algumas escolas, isso quer dizer que há uma dinâmica educacional que preconiza a evasão escolar dos grupos específicos de educandos.

Daí a urgência no processo, sistemático, de ressignificação dos conteúdos programáticos, as ações e atitudes antirracistas, transforma a educação tradicional, em uma educação democrática, que defende os direitos e abre caminhos para todos os educandos. Para Freire (1977) essa visão exclusiva do homem, não existiria se o conhecimento humano fosse oferecido a todos igualitariamente.

Nesse sentido, é imperativo problematizar a percepção que o educador tem de si e do outro, numa perspectiva cultural, imbricada numa formação social responsável, a fim de transformar os caminhos pedagógicos e metodológicos, respeitando a realidade do educando, valorizando as diferenças e diversidade étnico cultural, existente no Brasil.

O conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção (Freire, 1977, p.27).

O conhecimento é um processo em constante evolução, é uma trajetória dinâmica que exige ações e atitudes engajadoras, colocando o sujeito como protagonista no mundo em constante busca por novas perspectivas e descobertas. Além disso, o conhecimento implica num processo constante de criação, recriação, adaptação, descoberta e crescimento pessoal e coletivo.

Embora o sistema patriarcal, elitista e racista utilize a escola não apenas para produzir conhecimento, mas também como ferramenta que tece uma sociedade racista e elitista, o

educador consciente e preparado, pode desenvolver uma educação capaz de libertar e transformar a sociedade, tornando o espaço escolar num espaço de aprendizado democrático, agradável, representativo e prazeroso. Conforme Fanon (2008, p. 84) “O problema da colonização comporta assim não apenas a intersecção de condições objetivas e históricas, mas também a atitude do homem diante dessa condição”. Isso significa que não apenas as circunstâncias externas, como as estruturas de poder e exploração, influenciam o impacto da colonização, mas também a postura adotada pelos indivíduos diante dessas condições.

Sendo assim, a resposta do educador para a transformação social está nas atitudes, que podem partir da aceitação passiva ou da resistência ativa. Portanto, compreender e analisar o problema da colonização requer não apenas uma análise das condições históricas e estruturais, mas também uma reflexão sobre as escolhas e as ações individuais e coletivas em relação a essa realidade.

Sendo assim, as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, símbolos do combate ao racismo e da desigualdade étnico-racial, podem ser utilizadas como instrumentos legais de resistência, em defesa de uma educação antirracista por serem ferramentas potentes, que auxiliam e amparam o educador, na construção dos valores éticos e no processo ressignificação dos conteúdos, dando sentidos e constâncias adequadas à realidade de toda sociedade brasileira.

Assim, como o movimento negro, a escola também deve ser protagonista, na luta contra os esteriótipos e pelos direitos humanos. Numa sociedade racista, a educação antirracista é uma arma poderosa de desconstrução de paradigmas, uma das principais formas de aforar discussões concretas, nos padrões estabelecidos na sociedade brasileira.

A cultura negra é pilar essencial na formação de uma identidade coletiva, na preservação das raízes ancestrais e pelo desenvolvimento do sentimento de pertencimento, marcado pela valorização e aceitação do próprio legado e revitalização da cultura ancestral.

Existem muitos instrumentos legais, capazes de desatar os nós da colonialidade e dissolver esse sistema hegemônico empalado no processo de ensino aprendizagem, para manter viva a identidade africana. Cabe à escola desenvolver o papel que ela tem com a humanidade, de preparar o educando para percepção do mundo, capaz de transformar a si e a sociedade na qual está inserido, com ações e atitudes responsáveis, éticas e humanas.

Ao priorizar apenas um ensino unilateral, a escola deixa de ser um espaço dialógico, para se situar como território a serviço do colonialismo moderno, dessa forma, o sistema educativo, assim como, os profissionais da educação, desempenham um papel condescende e alienado, um estorvo na articulação de informações do processo de ensino aprendizado,

ferramentas de manipulação que contribui com a formação de uma sociedade desumana, ignorante, preconceituosa e excludente.

Desenvolver uma educação que representa todos os educandos, têm amparo nas políticas públicas afirmativas, leis que garantem a democratização do currículo educacional e o protagonismo do educando e dos saberes. Essa ferramenta antirracista, fruto da luta e resistência do movimento negro, aliadas as táticas educativas que incentivam práticas pedagógicas capazes de desenvolver os diferentes saberes e a valorização da diversidade cultural e étnico-racial brasileira, fruto da formação continuada dos profissionais da educação, pode promover o conhecimento epistemológico a todos os educandos. Assim, a escola cumpre seu papel de agente de formação cidadã.

Por isso, a formação continuada do educador é importante para o aprimoramento profissional antirracista, ao oferecer ao educador novas abordagens e aprofundamento de assuntos específicos, que permite ao educador um momento para refletir, questionar e interferir nas suas próprias práxis pedagógicas.

Dessa maneira, contribuir com a evolução da educação, do ambiente escolar e dos saberes nele desenvolvidos. Conforme Munanga (2005, p. 75) alguns educadores não receberam na sua educação e formação de cidadãos e de educadores, um preparo adequado para lidar com os desafios, que a problemática da convivência com a diversidade e com as manifestações de discriminação que delas resultam o cotidiano profissional. Uma tarefa difícil, complexa, multifacetada, que necessita de preparo e engajamento para enfrentá-la.

Nesse sentido, o letramento racial é fundamental para a formação do profissional da educação, diz respeito às práticas pedagógicas capazes de conscientizar o educador sobre as engrenagens do racismo incutidas na sociedade e na reflexão e interferência nas suas ações, atitudes e práxis pedagógicas. Contudo, sem ações e atitudes efetivas, as leis por si só não se sustentam, não garantem as finalidades às quais elas se propõem.

Portanto, a formação continuada do educador é peça fundamental para mudar o rumo da educação. O educador preparado, pode contribuir com a construção de uma educação de qualidade e equidade, capaz de ressignificar conteúdos que represente a realidade da maioria dos educandos.

Logo, o educador bem informado, preparado e consciente, não só com os fatos e acontecimentos globais, mas também, em relação ao leque de saberes curriculares e as tendências modernas e lúdicas que engaja o processo educacional, assegura a representatividade do seu educando no espaço escolar e consequentemente, na sociedade.

Dentro dessa perspectiva, a formação antirracista, vem para agregar valores à dinâmica diária do educador e disponibilizar ferramentas para ampliar assuntos abrangentes, sobre a importância das narrativas do continente africano na construção identitária do Brasil.

Assim, movimentar o exercício contínuo de democratização e humanização social, com ações, práxis pedagógicas e exercícios metodológicos, pautados na aplicabilidade das leis federais n.º 10.639/2003 e 11.645/2008, amparadas pela Constituição Federal, de 1988, que garante a laicidade do estado e o desenvolvimento da história e Cultura afro-brasileira e indígena no ambiente escolar.

2.2 A educação e as leis 10.639/2003 e 11.645/2008

Mesmo com tantas discussões sobre a importância e os propósitos das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, bem como, a luta do Movimento Negro por políticas afirmativas, muitas escolas, ainda hesitam em implementá-las, dificultando o desenvolvimento da educação das relações étnico-raciais no espaço escolar.

Entretanto, insistir na transformação desse processo educativo é fundamental, pois a conexão com a realidade constrói a identidade do educando, sobretudo do educando negro e pobre. Segundo as diretrizes da Educação das Relações Étnico-raciais, publicado pelo Ministério da Educação e Cultura:

Mais que pensar na reorganização das disciplinas, há de se pensar como o cotidiano escolar - em seus tempos, espaços e relações - pode ser visto como um espaço coletivo de prender e conhecer, respeitar e valorizar as diferenças, o que é fundamental para a construção da identidade dos envolvidos no processo educacional (MEC, 2006, p. 79).

À vista disso, vale ressaltar o protagonismo dos movimentos sociais, sobretudo do Movimento Negro, nas lutas e resistências, que reverberou, em 2003, na lei 10.639. Contudo, em 2008, a lei 10.639/2003, foi respaldada pela lei n.º 11.645/2008 e ampliou seus valores, fazendo justiça social e tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileiro e Indígena, no ensino básico. Para a jornalista e educadora antirracista, Lavini Castro:

É inegável a ação educadora dos Movimentos Negros na construção de um projeto educativo antirracista, como nos conta a professora Nilma Lino Gomes em seu livro *Movimento Negro Educador*. Aliás, a agenda desses movimentos sempre contemplou a educação para combater a discriminação racial nas escolas, seja pela luta ao acesso de pessoas negras ao ensino, seja pela proposta da reformulação do currículo, enfatizando as histórias e culturas africana e afro-brasileira nas escolas, mesmo antes da lei n.º 10.639. Agora, o fato é que já passou da hora dessa discussão se expandir como

pauta da agenda social e cultural de toda a sociedade brasileira (Castro, 2023, p. 203).

Em decorrência da lei n.^o 10.639/2003, o parecer do Conselho Nacional de Educação, CNE/CP 003/04, determinou a alteração na lei n.^o 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) incluindo a educação das Relações étnico-raciais e do ensino de História da Cultura Afro-brasileira e africana, no campo da educação. O professor, Douglas Verrangia, consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO):

Aquelas estabelecidas entre os distintos grupos sociais, e entre indivíduos destes grupos, informadas por conceitos e ideias sobre as diferenças e semelhanças relativas ao pertencimento racial destes indivíduos e dos grupos a que pertencem. Relacionam-se ao fato de que, para cada um e para os outros, se pertence a uma determinada raça, e todas as consequências desse pertencimento (Verrangia, 2014, p. 9).

O texto da LDBEN, deixa claro que tanto a família, quanto a escola são fundamentais para o processo educacional e a transformação social. No entanto, a escola, na sua gênese, sustenta modelos estereotipados que moldam a sociedade, conforme conveniência do capitalismo, então, muitas vezes, despreza os princípios descritos na lei, desrespeitando a Constituição Federal, de 1988. Conforme os princípios da Lei n.^o 9.394/1996 (LDBEN), nos artigos 2º e 3º, diz:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e legislação dos sistemas de ensino;

IX - Garantia de padrão de qualidade;

X - Valorização da experiência extraescolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei no 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Brasil, 1996).

Entretanto, duas décadas se passaram, e a aplicabilidade das leis, nas instituições escolares públicas e privadas, não cumpre seu valor, visto que, anda a passos lentos. Na maioria das vezes, as leis são desenvolvidas, timidamente, por alguns educadores, apenas em datas comemorativas, em eventos tímidos e específicos e pontuados previamente, geralmente relacionado a folclorização dos saberes silenciados, quando o assunto deveria protagonizar o cotidiano escolar, por fazer parte a realidade da sociedade brasileira.

Contudo, não é oferecido ao educador outras perspectivas, visto que, é relevante enfatizar, a base formadora, da maioria dos profissionais da educação, também foi edificada na hegemonia ocidental, do ensino básico, ao ensino superior. Nesse sentido, há de se pensar numa base formadora, significativa e sistemática, para esses profissionais

Em pesquisa divulgada, em 18 de abril de 2023, p. 34, realizado pelo Galédes - Instituto da Mulher negra e Instituto Alana, entre as 1187 secretarias municipais de Educação, pesquisadas, 71% não realizam, ou pouco realizam ações que efetivem as leis n.º 10.634/2003 e 11.645/2008. A pesquisa revela a realidade da maioria das escolas brasileiras, que por questões internas e externas, dificultam a aplicabilidade das leis, ignorando todos os princípios e critérios que as acompanham em sua intencionalidade.

Entretanto, não podemos deixar de mencionar, que houve avanços significativos, na educação brasileira, depois da conquista das leis 10.639 e 11.645, entretanto, há urgências na aplicabilidade e nas ações coletivas. Esse é um dos caminhos a serem trilhados, para assegurar a efetiva aplicabilidade, nas escolas, sobretudo na comunidade santa-cruzense. Conforme o professor Tássio Ferreira (2021) as leis, por si só, não garantem sua aplicabilidade em sala de aula. Daí a importância de preparar o educador para uma educação antirracista, para haver sistemática e significativa ressignificação, não apenas dos conteúdos programáticos, mas também, nas atitudes, ações e nas práticas pedagógicas da escola e do educador, de forma que assegure a efetiva aplicabilidade das leis, nas rotinas educativas.

A lei 10.639/2003, isoladamente, não representará efeito real no processo de ensino aprendizagem na educação básica brasileira. A questão é ampliada, sendo necessário refletir sobre a constituição da escola, seus pilares didáticos que não refletem o modo de pensar / existir / expressar da maioria das pessoas do país (Ferreira, 2021, p. 75).

Desse modo, a aplicabilidade das leis nas instituições escolares, além de contribuir com a formação de um ambiente respeitoso e inclusivo, também fomenta os diálogos, medeia conflitos e promove a conscientização da igualdade e da dignidade humana.

Uma abordagem educacional antirracista, edifica o espaço escolar, trilhando um caminho que conduz o educando ao processo de valorização da potência dos saberes

ancestrais, da conscientização da diversidade cultural que constitui a identidade brasileira e a construção de uma sociedade equânime, acolhendo e respeitando a construção da identidade de cada um dos educandos.

Nesse contexto, a Escola Afro-brasileira Maria Felipa, localizada em Salvador–BA, é um exemplo a ser seguido. O Projeto Político Pedagógico da Escolinha Maria Felipa, tem uma narrativa pioneira e inovadora, idealizado pela escritora e professora, Dra. Bárbara Carine Pinheiro. A construção do documento prioriza a socialização igualitária e a relevância do conhecimento afro-indígena, dentro e fora da escola, em concordância às leis 10.639/2003 e 11.645/2007.

Segundo a idealizadora do projeto, a professora Dra. Barbara Carine Pinheiro, em entrevista ao blog Primeiros Negros (2022), a Escola afro-educativa Maria Felipa, não objetiva combater o racismo, mas sim, a partir da potência africana, no resgate cultural e na afirmação ancestral, visa redirecionar os saberes, desconstruindo mitos, socializando as múltiplas culturas, entre outras ações, afrorreferenciadas.

A idealizadora do projeto afirma, também, que a Escola afro-brasileira Maria Felipa, tem em vista educar para incluir, por isso, busca a ressignificação das narrativas que compõem o currículo escolar, não apenas para o educando, mas também para seus familiares. Assim como, fixa seus pilares na formação do educador e na construção de um projeto político-pedagógico e educacional iniciador que potencializa a história de África e a diversidade cultural e étnico-racial, promovendo o combate ao racismo e a discriminação, ao preconceito e esteriótipos, ainda engendrado no sistema de ensino e na sociedade brasileira.

O foco não é debater o racismo. Aqui a gente simplesmente fala de poder. Que a Humanidade começa em África, que os primeiros impérios foram africanos, que a ciência é africana, que a matemática surgiu na África, que a primeira forma de escrita do mundo, os hieróglifos, são signos africanos (Primeiros Negros (S/D, 2022).

Esse processo de ensino aprendizagem, afro-educacional, desenvolvido na Escola afro-brasileira Maria Felipa, além de ressignificar o currículo escolar, acrescenta nos conteúdos programáticos, o reconhecimento dos grandes marcos civilizatórios, dessa forma, valoriza as múltiplas culturas e promove a igualdade de direitos e oportunidades a todos os educandos.

Ao assumir essa responsabilidade, a escola não apenas contribui para uma formação mais completa e consciente dos educandos, mas também desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade e da justiça social. Por meio do reconhecimento e da valorização das contribuições de diferentes culturas e etnias podemos construir uma sociedade mais justa,

inclusiva e respeitosa com a diversidade humana. Nesse sentido, fica a reflexão sobre quanto a própria escola precisa se responsabilizar sobre essa demanda, pois não se trata apenas do educador querer ensinar, mas também de uma escola que se proponha e abra espaço para estes diálogos.

Figura 21: Atividade externa na Escolinha Maria Felipa



Fonte: <https://primeirosnegros.com/escolinha-maria-felipa/>

Ao potencializar a realidade do educando, ressignificando os conteúdos programáticos trabalhados, diariamente, em sala de aula, o educador faz o processo de conexão do educando às suas essências e experiência de vida. Consequentemente, o educador proporciona ao educando o sentimento de pertencimento e de prazer em ser parte do contexto escolar.

Para que a educação transformadora e libertadora, se torne realidade no Brasil, sobretudo em Santa Cruz Cabrália, são necessárias ações coletivas, responsáveis e conscientes da necessidade de mudança no processo de ensino aprendizagem, entre o município e a comunidade escolar, conforme mencionamos anteriormente. Partindo de práticas periódicas e continuas como, campanhas e debates sobre o racismo e a discriminação étnico-racial, bem como, formação continuada de todos os envolvidos com a educação do município, empregando uma abordagem epistemológica lúdica, afrorreferenciado e afro-educativa.

À vista disso, salientamos, que não se trata de exclusão dos saberes ocidentais dos conteúdos programáticos, pois, entendemos que todos os saberes são importantes para a construção da identidade do educando. Trata-se de agregar valores, de potencializar histórias, culturas e narrativas, que contemplem as raízes e a ancestralidade de todos os povos que fazem parte da identidade brasileira.

A experiência da escolarização no Brasil é fundamentada pelo colonialismo europeu-ocidental e pelas políticas de expansão e conversão da fé cristã. A marafunda atada por esse empreendimento corroborou com a perseguição, a criminalização e o extermínio de uma infinidade de outros saberes. Porém, nos cabe ressaltar que o poder que se encanta e pulsa nas encruzais é aquele que faz o erro virar acerto e o acerto virar erro. Assim, haverá sempre uma festa e para cada regra sempre haverá uma transgressão (Rufino, 2018, p.2).

A concepção de transgredir, diz respeito, também, a efetiva aplicabilidade das leis 10.339/2003 e 11.645/2008, no espaço escolar, para que os conteúdos programáticos e as ações educacionais sejam ressignificadas, de forma que, as práxis pedagógicas sejam redirecionadas, a partir da desconstrução dos preconceitos, da demonização das tradições, da inferiorização dos estereótipos e da folclorização da história e cultura afro-brasileira e indígenas, que foram incutidos e edificados na educação e na sociedade, ao longo dos séculos.

Por essa ótica, a estruturação teórica e metodológica do currículo escolar foi preponderante e carece de uma postura antagônica. Enquanto isso não acontece, há de existir a transgressão, por meio de outros olhares, de outras atitudes e de outros caminhos a serem trilhados, rumo a construção de uma educação transformadora e antirracista. Logo, ser um educador antirracista é antes de tudo, comprometimento social. De acordo com, o filósofo e professor Guilherme Paiva Carvalho (2018, p. 54) “No Brasil, representações estereotipadas são associadas às culturas afro-brasileiras e indígenas. Tal aspecto pode ser observado tanto nos livros didáticos quanto no cotidiano da escola”.

Por conseguinte, a folclorização dos africanos e indígenas, faz parte do cenário escolar e esse panorama precisa ser repensado, a fim de desconstruir os (pré) conceitos, preestabelecidos pelo olhar hiperbólico eurocêntrico do homem ocidental, à sociedade brasileira. Essa catarse, redefine atitudes, ações, crenças, costumes e tradições, entre outros. Discutir a educação a partir de perspectivas não ocidentais é um exercício à cidadania.

Segundo o IBGE (2022) quase 60% da população brasileira não é branca. Considerar este panorama, justifica importância de uma formação continuada, que resgate, também, as memórias afro-brasileiras e indígenas, constituída nas múltiplas culturas, nos diferentes saberes e na diversidade étnico-racial, como propósito de desmistificar ideias equivocadas, fundamentadas no colonialismo da educação brasileira, desde o início da formação da maioria dos profissionais da educação.

Sabemos que o período colonial deixou um legado que reverbera até hoje na educação brasileira. Este modelo de ensino linear, que considera apenas os saberes hegemônicos, é ultrapassado e não representa todos os educandos, já que, a dinâmica educacional, privilegia

conhecimento e a cultura ocidental, em detrimento a outras culturas que, também, formam a identidade brasileira.

Consequentemente, a hegemonia estabelecida pela colonialidade, forjou uma identidade nacional monocultural, que tem como principal objetivo, anular o desenvolvimento social, cultural e econômico dos grupos subalternizados. Daí a necessidade de preparar todos os profissionais, envolvidos com a educação, proporcionando condições físicas e epistemológicas, para o educador desempenhar seu papel, da melhor forma possível, do planejamento pedagógico diário, às tratativas antirracistas com o educando, a fim de transformar essa realidade. A professora Valtiângeli Moitinho, traz uma reflexão onde Paulo Freire, enfatiza que:

O compromisso que o educador deve ter para com a educação escolar, mas também destaca a necessidade de condições de trabalho dignas e adequadas de labor. Ele cita que algumas condições são “perversas”. Então, para entender as responsabilidades de um educador, é preciso que sejam analisadas as estruturas a que este está submetido, sejam físicas e/ou ideológicas, a exemplo de uma educação atravessada pelos traços da colonialidade (Moitinho, 2021, p.17).

Frente a essa linearidade, o educador que consegue desenvolver atividades e conteúdos relacionados a história e cultura afro-brasileira e indígenas, não só promove a educação antirracista, pela representatividade do seu educando, mas também, fomenta o respeito a pluralidade étnico-racial. Para tanto, é necessário dar condições para o educador poder transpor barreiras para manter vivas a história e proteger a diversidade cultural brasileira.

A ausência de dialogicidade epistemológica, também estão explícitas, nos livros didáticos e paradidáticos, na subjetividade dos conteúdos, na timidez de narrativas, tanto dos povos africanos, quanto dos povos originários.

Além disso, em muitas escolas públicas, o educador encontra outras barreiras, principalmente em relação aos recursos metodológicos e tecnológicos, bem como, as bibliotecas, em muitas inexistentes, em outras sucateadas. Ou seja, em pleno século XXI, ainda há dificuldades em encontrar escolas com um acervo cultural que represente, efetivamente, a diversidade étnico-racial brasileira, que valorize a cultura e a história afro-brasileira e indígenas e as culturas das diásporas africanas.

Em relação à matriz africana, na maioria dos livros didáticos que conhecemos, o ensino sobre a África é geralmente ausente ou é apresentado de modo distorcido, ou de forma estereotipada (Munanga, 2006, p. 18).

Por isso, a urgência da politização dos diálogos, para o educador se preparar para ressignificar os conteúdos programáticos, trabalhados diariamente em sala de aula, de forma que o educando negro e indígenas se vejam representado pela historicidade e as contribuições dos seus ancestrais e não pelo viés da folclorização, da escravização e subalternização do seu povo. Para Moitinho (2021) o professor deve oportunizar saberes diferentes dos oferecidos nos livros didáticos, é essencial construir uma consciência sobre o continente africano, na contribuição social, econômica, cognitiva e científica do povo africano, não só na identidade brasileira, mas também, na formação da maioria dos pesquisadores europeus.

Diante do exposto, entendemos que processo educacional que exclui/expulsa educandos indígenas, negros e/ou pobres, também silenciam suas narrativas nos livros e nos conteúdos programáticos. Para a educação antirracista ser efetivamente edificada nas escolas, são necessárias ações, que visa a preparação o profissional da educação para lidar com a diversidade pluricultural e étnico-racial que constitui o Brasil e as escolas brasileiras. A comunidade escolar sofre com a ausência de letramento racial.

Letramento racial, diz respeito a capacidade de entender, de explorar e discutir, de forma consciente e reflexiva, concernente raça, etnia e suas manifestações. Essa carência no processo de reeducação racial, também é gerada pelo capitalismo, consequentemente pelo racismo. O letramento racial contribui com o enfrentamento do racismo e edifica a diversidade cultural brasileira. Conforme a professora e pesquisadora Daniele Almeida (2022, p. 28) “Essa carência de Letramento Racial se reflete nos diversos atores envolvidos no processo educativo (formulação das leis, normativas curriculares, gestão, docência, etc.) e na forma como encaram e mobilizam as questões raciais em suas respectivas atividades e atribuições”.

É no apreço a todos os saberes e a todas as culturas; no respeito às diferenças e às diversidades; na aceitação das crenças e dos rituais de outros povos; na valorização do outro e no entendimento de que o ser humano não consegue viver só, isto é, um precisa do outro para vivência em sociedade. Daí se dá a satisfação em ensinar e a alegria em aprender descrita por Snyders (1988).

Ao oferecer uma educação que contemple a realidade do educando, a escola transforma a obrigação em prazer no aprender, visto que, a realidade do educando, no processo de ensino e aprendizagem, se torna concreta e palpável, tanto nos conteúdos trabalhados em sala de aula, quanto nas ações e atitudes desenvolvidos no espaço escolar. Assim, educador e educando na mesma sintonia, falando a mesma. Conforme Snyders (1988) para a escola ser prazerosa é preciso oferecer alegria.

Quando a escola oferece alegria no aprender, os conteúdos ministrados em sala de aula se tornam atrativos, não só a um determinado grupo de alunos, mas para todos os envolvidos neste processo. Segundo Snyders (1988) o presente pode ser prazeroso, pois o presente é objeto das nossas atitudes e ações rumo a transformação do futuro e da compreensão da importância e relevância do passado. É pelo olhar democrático e antirracista do educador, que começa a educação transformadora. Daí se dá a responsabilidade do educador em perscrutar seu trabalho diário, a fim de brindar todos os saberes, em todas as suas nuances, assim, elencar as práticas pedagógicas, em ações e atitudes inovadoras.

O educador, comprometido com o bem-estar coletivo, consegue romper as cortinas do conhecimento hegemônico, promovendo ao educando um espetáculo educativo surpreendente, diversificado e transformador.

Portanto, potencializar a história e cultura afro-brasileira e indígena, não apenas nas datas comemorativas, de forma e representações estereotipadas, discriminatória, muitas vezes associadas apenas a semântica e a simbologia, mas no cotidiano escolar, incentivando a participação dos educandos negros em todas as atividades, valorizando seu protagonismo e sua história. Como, por exemplo, a antiga civilização egípcia, que deixou um legado fascinante para a sociedade moderna, e ainda hoje, influencia a arte, a arquitetura e as crenças.

A ignorância aliena a humanidade, o conhecimento a edifica. Logo, a escola precisa ser ponte, não desvio. A educação transpõe barreiras, o ambiente escolar abre um leque de saberes, conhecimentos irrefutáveis que edificam a humanidade.

À vista disso, há a necessidade de transgredir o currículo oficial, de olhar e ver as diferentes interpretações que este documento nos permite. Ao vê-lo com os olhos de um educador antirracista, é possível desengaçar o currículo oficial. O educador, comprometido com o educando, enxerga brechas e realiza inúmeras interpretações, que podem agregar o respeito, a alegria e o prazer em estar e permanecer na escola.

Mais do que um ser no mundo, o ser humano se tornou uma presença no mundo, com o mundo e com os outros. Presença que, reconhecendo a outra presença como um “não-eu” se reconhece como “si própria”. Presença que se pensa a si mesma, que se sabe presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz, mas também do que sonha, que constata, compara, avalia, valora, que decide, que rompe (Freire, 1996, p.11).

Nessa lógica, ao transmitir apenas parte dos saberes para os educandos, priorizando a cultura ocidental e silenciando outras culturas, a escola faz um papel inverso, uma dicotomia entre aprovação e exclusão. O modelo de educação eurocêntrico e hegemônico exclui e expulsa afrodescendentes, indígenas e pobres que não aceitam a educação colonizadora

imposta desde o século XVI. Portanto, o educando que não aceita a colonização se sente excluído, consequentemente, abandona ou é abandonado pela escola. Nesse sentido, as engrenagens do sistema educacional brasileiro são a base da hegemonia ocidental e a colonialidade, desde os primórdios da invasão às terras brasileiras.

O Brasil, é um país plural, majoritariamente afrodescendente, cuja formação raiou na mistura de raças e etnias, tem nas suas narrativas educativas, apenas a violência sofrida pelo povo do continente africano, negligenciando outras perspectivas de saberes que o continente africano oferece. Nesse sentido, conforme Pinheiro (2022, p. 76) “a escola não é um espaço onde são apenas compartilhados conteúdos, mas também dimensões simbólicas, que contribuem para construção das identidades de jovens, crianças e mulheres e homens negros/negras”. Para as ações antirracistas serem efetivas é fundamental o comprometimento social, a conscientização étnico-racial e o posicionamento político dos envolvidos.

No que diz respeito ao município de Santa Cruz Cabrália, propomos campanhas periódicas, que promovam o combate ao racismo, a discriminação étnico-racial, o respeito as raízes africanas e ancestrais, bem como, a criação de um departamento agenciador da educação para as relações étnico-raciais (DAERER), cujo propósito é fomentar discussões e reflexões para a inovação, implementação e avaliação das diretrizes específicas das Relações étnico-raciais.

No contexto da secretaria de educação, essa gerência, deve ser constituída por profissionais, especializados e preparados para desenvolver a Educação para as Relações Étnico-raciais, com autonomia, para elaborar recursos pedagógicos-metodológicos, palestras, oferecer formação continuada, periódica e compulsória, de forma lúdica, descontraída e democrática, entre outras ações, pensadas na coletividade do DAERER que promova a interação e o aprendizado dentro e fora de sala de aula.

Isto posto, por ser território comum, a parceria entre os departamentos para Educação Indígenas Pataxó e Relações Étnico-raciais, pode propiciar múltiplas discussões, acerca do apagamento das narrativas ancestrais, do silenciamento e negação dos saberes, bem como a demonização das crenças e dos rituais afro-brasileiros e indígenas, a inferiorização das tradições orais e a subalternização dos corpos, entre muitas outras ações afirmativas coletivas, que viabilizam um repensar, dos conteúdos programáticos e também das atividades, metodologias e práxis pedagógicas.

Assim sendo, com a parceria entre o município, a comunidade, a escola e o educador é possível construir uma educação inclusiva, humanizada, libertadora e aberta a todos, favorecendo não apenas ao educando, com uma educação de qualidade, igualitária e

prazerosa, que faz sentido a sua realidade, mas também, a sociedade, que colhe dessa semeadura, um cidadão democrático, consciente e com comprometimento social. De acordo com Snyders (1988, p. 233) “Minha escola dirige-se a todos, é aberta a todos e trata de formar para a liberdade”. Uma escola verdadeiramente inclusiva não apenas abre suas portas a todos os educandos, independentemente de sua origem étnica, social, cultural ou econômica, mas também tem em vista garantir que todos os educandos se sintam acolhidos, reconhecidos e respeitados

Para construir uma educação antirracista, é imprescindível olhar nas entrelinhas da educação, como união e coletividade, compreendendo e respeitando a bagagem histórica e cultural que cada educando carrega consigo. Assim como, fortalecer a relação de confiança, afetividade e de segurança, estabelecidas entre educador e educando, que faz parte do processo ensino e aprendizagem.

Educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isso sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (Freire, 1977, p. 25).

Esse construto se estrutura no refletir sobre uma educação aberta para todos, por meio do diálogo e reflexões sobre todas as situações e momentos do processo de ensino/aprendizado, entre os diferentes setores educacionais. Para tanto, é necessário se despir das amarras discriminatórias, dos pré-conceitos, da unilateralidade das verdades, e da soberba. De forma que, os assuntos relacionados ao continente africano e aos povos originários, fluam livremente, por serem assuntos importantes e urgentes, que precisam ser discutidos livremente.

Sendo assim, é importante compreender qual é o papel da escola, pois a escola desempenha um papel fundamental na vida e na formação do educando. No sentido literal da palavra escola, a qual estamos discutindo, trata-se do desenvolvimento do educando nas habilidades linguísticas, científica, lógico-matemática, emocional, visual-espacial, musical, interpessoal, intrapessoal, entre outras inteligências. Contudo, o ambiente escolar engloba todas perspectivas do conceito de aprender, como o aprender a socializar, a interagir, a respeitar, é na relação com o outro, que o educando entra em contato com as diferenças e a diversidade. Isto posto, a escola é um mundo de surpresas e oportunidades.

Entretanto, é necessário, também, significar a relevância da pujança do educador em sala de aula. Isto posto, torna-se imperativo entender qual é o papel do educador e qual é sua responsabilidade ética e moral no processo de desenvolvimento e produção do conhecimento.

Em relação ao papel do educador, conceber a ideia de que o educador exerce influência nos saberes e ideologias, na formação intelectual do educando, assim como, compreender que esses saberes permeiam, não só o campo cognitivo, mas também, o campo social, psíquico, criativo, de cada educando inserido no espaço escolar, é um ato de amor.

Nesse caminho, é fundamental desenvolver a conscientização construtiva do educador, por meio de reflexão pessoal em relação, às posturas de privilégios brancos, as culturas marginalizadas, silenciamento dos saberes, racismo e preconceitos, crenças e ideias, assim como, o incremento do olhar inclusivo, antirracista, democrático e equitativo. Portanto, implementar estratégias, que venham auxiliar o educador a reavaliar sua postura e ações, tanto em relação à intervenção de situações problemas, quanto no desenvolvimento de habilidades pedagógicas e metodológicas antirracistas.

Diante dessa consciência antirracista e democrática, o educador está preparado para contribuir, efetivamente, no combate à invisibilidade da história e cultura africana e indígena. Assim, ao inclui no seu planejamento pedagógico, atividades e conteúdos significativos, o educador, além de promover a igualdade de direitos a todos os educandos, apresentando assuntos relevantes sobre a potência civilizatória dos povos africanos e dos povos originários, na formação da identidade e da sociedade brasileira, exercita a democracia e a cidadania por meio da efetiva aplicabilidade das leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Para tanto, além de formação continuada, o educador precisa de um ambiente que suscite a excelência do seu trabalho diário.

Assim, na coletividade escolar, é possível traçar estratégias que auxiliam a desconstrução desse processo histórico, que exclui/expulsa educandos negros, indígenas e/ou pobres do sistema educativo.

Sabemos que a educação transita por diferentes problemáticas, por isso a importância da interculturalidade nas ementas dos cursos de licenciaturas. As abordagens relacionadas a valorização da história e cultura afro-brasileira e indígena, são temáticas que reverberam no chão da escola. Hoje, diante de tantas discussões sobre a importância das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, assim como, o protagonismo do movimento negro nas políticas públicas e a diversidade de literaturas afrorreferenciadas, o ensino superior busca fortalecimento no compromisso com uma sociedade mais justa e igualitária.

Descolonizar a vida para, assim, descolonizar os saberes. Por meio do processo de descolonização dos saberes é possível desconstruir paradigmas de existência humana. Historicamente, as ciências e a filosofias ocidentais destituíram pessoas negras e indígenas da humanidade e, obviamente, de todas as características eminentemente humanas (Pinheiro, 2022, p. 14).

Seguindo essa lógica, é necessário a descolonização dos saberes, por isso a relevância de contribuir com a construção de uma educação antirracista, transformadora, e negrorreferenciada em todos os ciclos do ensino, sobretudo nas ementas dos cursos de licenciatura, do ensino superior, tanto no setor público, quanto no setor privado.

Discutir a educação antirracista, nos cursos de licenciaturas, tornou-se cada dia mais necessário, visto que, está intrinsecamente ligado a formação do educador. Ao desenvolver temáticas que permitam o educador, na sua formação acadêmica, conhecer, (re) conhecer e valorizar as contribuições culturais, intelectuais e sociais dos povos de África e dos povos originários, de forma que ele tenha condições de desenvolver essas temáticas em sala de aula. Todo esse movimento é responsável pelo combate a violência física e psicológica, dentro e fora do espaço escolar.

Assim, na dialogicidade, nos programas de ações afirmativas, no incentivo às pesquisas, nas análises críticas, nas produções acadêmicas, negrorreferenciadas e indígena referenciadas, que as instituições do ensino superior, públicas e privadas, edificam os pilares da formação do acadêmico/educador. Entretanto, a ausência de uma formação antirracista e pluricultural nos cursos de licenciatura, também atinge um público específico, educandos negros e pobres. Consequentemente, a inclusão da educação antirracista, nas ementas das licenciaturas, pode formar educadores consciente e engajados com a promoção da igualdade étnico-racial, ou seja, a formação acadêmica do educador, não pode ser abismo e sim ponte, para a construção de uma educação antirracista.

Diante dos desafios que a cada dia ficam mais complexos, a educação emerge como instrumento imprescindível para o progresso da humanidade na busca por ideais de paz, liberdade e justiça social. No entanto, é perturbador perceber que a competência transformadora da educação que permeia a relação da conscientização sobre a realidade do desenvolvimento humano, muitas vezes é subutilizada e negligenciada.

A descolonização dos saberes para além de uma perspectiva epistemológica, no nosso entendimento, é uma forma de reprodução existencial pautada na subversão das normativas imposta pelo norte global, que representa mais que uma localização geográfica e epistêmica, é uma disputa de narrativa histórica e, portanto, uma disputa de humanidade (Pinheiro, 2022, p.13).

Contudo, além do sistema educacional apagar os saberes ancestrais da maioria do povo brasileiro, ele também, direciona o caminho e o destino dessa maioria excluída, quando defende e transmite apenas os saberes ocidentais, negando e muitas vezes subestimando a sua própria história. Essa dinâmica educacional faz parte da manutenção de um processo educacional encarrilhado, uma roda-viva educacional.

Por isso, é importante oportunizar aprendizagens significativas, capazes potencializar as experiências de vida do educando, conectando ele não apenas com sua realidade, mas também, com os saberes fundamentais que contribuem para a aplicabilidade do aprendido, em situações concretas da vivência em sociedade, transformando o educando em agente na luta contra as interferências racistas e discriminatória da sociedade, assim, a escola transforma a realidade do educando e o educando modifica o caos da humanidade.

A escola do século XXI, precisa se reinventar, partindo do protagonismo do educando e do educador. Para a professora e ativista antirracista estadunidense, Bell Hooks (2013, p. 34) “A pedagogia engajada necessariamente valoriza a expressão dos alunos”. É a partir desse pressuposto é possível construir sentido à dialogicidade e as práticas afirmativas coletivas, pensando na existência do educando e contemplando, significativamente, todos os saberes e perspectivas, entre outros referenciais, que podem mudar o rumo das interferências racistas e colonizadoras, tecidos no currículo escolar desde a colonização.

Contribuir com a construção de uma educação antirracista e transformadora, diz respeito ao pensar na escola com ambiente laico e democrático, um espaço de debates e aprendizados. Por isso, a importância de valorizar o educador comprometido e com a responsabilidade social, apto a lutar por justiça social, preparado para adequar conteúdos de acordo com a realidade do educando, dando sentido significativo ao trabalhado em sala de aula. Educar é olhar nas entrelinhas, buscando transcender os paradigmas, amalgamando saberes e instrumentalizando a educação, a fim de alcançar a pluralidade cultural impressa na identidade brasileira.

Portanto, a educação é uma poderosa ferramenta, um instrumento capaz de coibir e destruir o cerceamento social. Por essa razão, a urgência de mais protagonismos de todos os envolvidos com o sistema educacional, para que, nem a escola, tão pouco o educador, sejam manipulados pela estrutura de poder que perpetua a desigualdade. Em outras palavras, o sistema social, político, econômico e/ou cultural corrobora com a manutenção das desigualdades e das disparidades, cerceando oportunidades e direitos a determinados grupos sociais.

A ausência de uma educação de qualidade a todos os educandos, limita as perspectivas dos grupos marginalizados, gerando uma sequência correlacional de desigualdades. Desfiar essa estrutura desumana de poder, requer consciência crítica e mudança de atitudes.

CAPÍTULO III

3 Estrutura de poder que perpetua a desigualdade

Depois de tantos séculos de lutas e resistência do movimento negro, ainda é necessário travar grandes batalhas, a fim de romper a ignorância, o racismo e o preceito. De acordo com Nilma Lino Gomes (2003, p. 73) pedagoga, professora militante na luta contra o racismo, “A luta pelo direito às diferenças sempre esteve presente na história da humanidade”. Todo esse movimento, bem como as literaturas afrorrefenciadas, vem contribuindo com a conquista dos direitos negados aos afro-brasileiros desde a colonização.

Dentro dessa perspectiva, começamos conceituando o termo laico, pois entendemos que a laicidade, garantida na Constituição Federal de 1988, deve tecer o processo das políticas públicas, em relação ao currículo educacional oficial, sobretudo, no que tange a implementação da lei n.º 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira, no ensino básico. As leis respaldam a escola e o educador de atuarem como agentes no processo de proselitismo do embranquecimento.

O termo laico tem sua origem etimológica no grego *laikós*, significa popular, refere-se ao povo, no sentido literal da palavra. Em outras palavras, um Estado laico é um Estado do povo e para o povo. O Estado, que se define laico, deve garantir o respeito e a liberdade às formas de expressar a crença religiosa do seu povo, conforme afirma o filósofo e professor Carlos Roberto Jamil Cury:

A separação da Igreja e do Estado, da religião e da política propiciou o impulso de um crescimento da política. A confrontação com o partido da obediência sacral fez crescer, de modo extraordinário, o combate da liberdade. Ela determinou um sentido transcendente do regime graças ao qual os homens se dão suas próprias leis (Cury (2018, p. 42).

Portanto, a demanda é imensa e o Estado laico não dá conta de mediar as lutas de classe, logo necessita do protagonismo dos movimentos sociais, principalmente do movimento negro, que buscam mudar a realidade dos afrodescendentes brasileiros.

A Constituição Federal de 1988, conhecida também como constituição cidadã, visa garantir a dignidade humana, seu texto discorre sobre a liberdade de pensamento, o alvedrio de crença, culto e expressão religiosa, consolidando assim o princípio básico da laicidade do Estado e o sentimento de identidade nacional.

A laicidade é uma garantia do pluralismo, próprio da democracia, e do respeito às formas culturais e religiosas, próprio da liberdade, da igualdade e da paz. E para que tais valores possam vicejar, a laicidade é também combatente das causas que conduzem à desigualdade e à discriminação (Cury (2018, p. 51).

Nesse sentido, há a necessidade de uma separação clara, imparcial e explícita entre o Estado e a religião, um posicionamento de neutralidade em relação às questões religiosas, garantindo, a todos, a liberdade de optar, manifestar e expor suas crenças, sem constrangimentos e/ou embaraços, considerando o fundamento Constitucional do Estado laico e democrático.

Promulgada em outubro de 1988, a Constituição Federal, também conhecida como Constituição cidadã, instaura a democracia e restabelece direitos fundamentais aos cidadãos brasileiros, entre eles, o texto descreve que nenhum indivíduo pode sofrer qualquer tipo ou forma de descriminação, assim como, garante o direito a todos os cidadãos de proferir sua fé, de praticar seus cultos religiosos, de exercitar sua crença e manifestar sua religiosidade livremente, garantindo os direitos à igualdade e liberdade individuais e coletivos, a todos os cidadãos. No Capítulo 1, dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, artigo 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, os termos seguintes: VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias. VIII — ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica, ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei (Brasil, 1988).

Contudo, garantir a convivência pacífica de diferentes histórias e culturas, sem que uma religião interfira ou constranja a outra, assegurando os direitos individuais e coletivos dos cidadãos, é dever do Estado e direito do educando. Os assuntos ligados à laicidade do Estado democrático, aliados à liberdade de crença de cada indivíduo, são os pilares que edificam o respeito à liberdade e a humanização de uma sociedade desigual.

Embora a Constituição Federal assegure a liberdade, muitas escolas brasileiras fazem um trajeto contraditório, engendrado nos movimentos de pensamentos utópicos e realidades distorcidas. Segundo Freire (1977) o sistema educacional reduz o educando a meros objetivos da sua ação. Dessa forma, neutraliza o educando, desrespeitando as individualidades, excluindo os diferentes saberes, desde a primeira infância. Para o professor, político e ativista dos direitos, Abdias do Nascimento:

O sistema educacional funciona como aparelhamento de controle nesta estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro — primário, secundário, universitário — Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira, no currículo escolar? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo, foram ou são ensinadas nas escolas brasileiras? Ao contrário, quando há alguma referência ao africano ou negro, é no sentido de afastamento e da alienação da identidade negra (Nascimento, 2016, p. 113).

Assim, os jogos de interesses, ainda engendrados nas políticas públicas do século XXI, são teias, que permeiam uma narrativa de inter-relação entre Estado, sociedade e classes, que separa cidadãos em grupos hierárquicos, de acordo com sua classe social, econômicas e educacionais, entre outros. Para Nogueira (2020, p. 27) “a cristianização da sociedade é mais que um movimento de fé. Trata-se efetivamente de um projeto de poder”. Logo, a ordem e disposição dos elementos essenciais, na composição de uma sociedade justa e igualitária, não deve interferir na realidade social brasileira.

No entanto, a historiografia dominante nas instituições educativas, são fundamentadas a partir das bases políticas e sociais, que afetam a epistemologia moderna, conforme Snyders (1988, p. 199) “Certamente o sonho da classe dominante é que a escola seja gerenciada para lhes dar com exatidão as instruções necessárias para seu trabalho, sem suscitar ambições “exageradas” e sem que a instrução profissional chegue a discórdia de um questionamento global”. A priorização da hegemonia no processo educacional ignora a realidade do educando, silenciando as diferenças e a diversidade que constitui a sociedade brasileira.

Ao longo dos séculos, a humanidade assiste pacificamente, tanto na evolução das políticas públicas, quanto nas práticas socioculturais, a exclusão dos diferentes, os seja, a exclusão histórico, social e econômica dos indígenas, negros e/ou pobres. O Brasil é um país miscigenado, rico na sua diversidade cultural, entretanto, todo esse movimento paradigmático é edificado em práticas massificadas.

Sendo assim, o espaço escolar deve propiciar encontros sociais que estimule debates e discussões que dimanam às reflexões profundas, a fim de, desvendar as dinâmicas racistas no processo histórico de discriminação étnico-racial e afro-religioso na sociedade brasileira, assim, desenvolver saberes que promovam a educação antirracista no chão da escola. Todo esse processo atinge um ponto específico, a formação das raízes negras dos educandos.

Essa pesquisa revela que as interfaces da educação básica, ainda são alicerçadas no colonialismo, um mecanismo social de conservação das hegemonias, que reflete os pilares da desigualdade social e do apagamento dos saberes. Portanto, as abordagens concretas para o

enfrentamento do racismo e do preconceito são permeadas por um campo pouco explorado e bastante silenciado.

Por isso, é relevante mencionar que a laicidade do Estado não está na exclusão/expulsão do educando negros e pobres, por meio da hegemonia das dinâmicas e conteúdos curriculares que prioriza apenas a educação tradicional ocidental. Conforme Snyders (1988, p.57) “Não se pode calar a inquietude que estas crianças sentem em relação à cultura da escola, a começar pela língua da escola, como não sendo a sua; como servindo a interesses que não são os seus: a escola que as obrigar a se alinharem nos valores dos “outros”. Portanto, é no equilíbrio de todos os saberes, que o educando se entende parte integrante do espaço escolar, assim como, se sente representado por ele, no processo de ensino aprendizagem.

O fato é que a educação brasileira está em profunda mudança, consequentemente a sociedade também está em profunda mudança, logo, o exercício à democracia e a cidadania é dever de todo cidadão, é um processo de transformação individual e coletivo. Nesse sentido, o Movimento Negro se destaca como “ator político que produz, constrói, sistematiza e articula saberes emancipatórios produzidos pelos negros e negras ao longo da sua trajetória na sociedade brasileira” (Gomes, 2017, p. 38). Ou seja, graças a organização do povo negro, na luta pela igualdade de direitos, que reverbera ações as leis que contribuem com construção de uma educação antirracista.

Esse movimento social trouxe discussões sobre racismo, discriminação racial, gênero, juventude, ações afirmativas, igualdade racial, crítica à democracia racial, africanidade, saúde da população negra, educação das relações étnico-raciais, intolerância religiosa contra as religiões afro-brasileiras, violência, questões quilombolas e antirracismo para o cerne das discussões teóricas e epistemológicas das Ciências Humanas, Sociais, Jurídicas e de Saúde, indagando, inclusive, as produções das teorias raciais do século XIX disseminadas na teoria e no imaginário social e pedagógico (Gomes, 2017, p. 17).

Em vista disso, vale destacar a lei n.º 10.639/2003, uma das conquistas do Movimento Negro, em prol de uma educação de qualidade para todos os educandos. A lei regulamenta o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana, no ensino básico. Sua efetiva aplicabilidade no espaço escolar, potencializa e visibiliza a influência e as contribuições dos povos africanos, na identidade plural do Brasil. Consequentemente, desconstrói um sistema educacional, discriminatório, eurocêntrico, negacionista e racista e abre as portas para a educação libertadora e antirracista.

3.1 A Engenharia da colonialidade empalado no racismo epistêmico

O colonialismo é complexo, domina violentamente o corpo e a razão do colonizado. Por isso, durante séculos, numa vocação histórica, colhe os frutos da exploração e da subalternização dos povos, dita regras e controla o capital do planeta. O pensamento decolonial do professor argentino, Walter Mignolo, define que:

O imaginário do mundo moderno/colonial surgiu da complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado, que suprimiram outras memórias, e de histórias que se contaram e se contam levando-se em conta a duplicidade de consciência que a consciência colonial gera (Mignolo (2005, p.37-38).

Logo, o período colonial, foi tangido na inexistência do outro, na carência de alteridade e no sofrimento dos seres dessemelhantes, assinalou imensuráveis atrocidades, às diferentes formas de possessão e de exploração de seres humanos, minuciosamente orquestradas pelos povos ibéricos.

No século XVII iniciaram os combates em busca do fim do colonialismo, no entanto, é importante ressaltar, que o fim do período colonial não revoga o colonialismo. O colonialismo nos deixa como legado a colonialidade, travestida de modernidade.

Esse fenômeno, que prefiro chamar de marafunda ou carrego colonial, comprehende-se como sendo a condição da América Latina submetida às raízes mais profundas do sistema mundo racista/capitalista/cristão/patriarcal/moderno europeu e às suas formas de perpetuação de violências e lógicas produzidas na dominação do ser, saber e poder (Rufino (2019, p.12-13).

Assim sendo, foi na modernidade que se normatizou a estrutura da colonialidade, onde o conceito de raça, caracterizada sob a ótica temporal, eurocentrada nas particularidades, está relacionado ao trabalho e as estruturas sociais, geradas numa conjuntura histórico, econômico e social do colonialismo. Para o professor Alan Alves Brito:

A raça, como categoria analítica moderna, não se justifica do ponto de vista genético, mas, nas relações hierárquicas de poder, se constitui com uma das categorias mais fundamentais das relações socioantropológicas desiguais no Brasil (Brito (2022, p. 99).

De modo geral, a colonialidade anula a presenças dos afrodiáspóricos e dos indígenas, impondo-lhes valores e costumes ocidentais, mascarando sua história, roubando suas riquezas, cultura e costumes. Em vista disso, a colonialidade vem carregada de um sentimento de subalternização. Para o sociólogo e pensador humanista Aníbal Quijano (2005, p. 115) “apesar desta não ser mais uma colônia da Europa, apesar do colonialismo, como

período histórico, ter chegado ao fim, no início do século XIX, atualmente ainda sofremos com a dominação europeia e vivemos um momento chamado de colonialidade". Entende-se como colonialidade o padrão do ser, do saber e do poder.

Vinculado ao existir, a colonialidade do ser é resultante do protagonismo europeu, que se entende umbigo da humanidade. Logo, o juízo de ser humano é produzido a partir da perspectiva ocidental, que dita as regras de como viver e se comportar para o resto da população mundial colonizada.

Para a professora, doutora em ciência da religião, Cristina Borges:

O termo colonialidade do ser foi usado inicialmente por Mignolo (2003, 2014,) mas, é Maldonado-Torres quem busca fundamentá-lo colocando inicialmente a seguinte pergunta: ¿qué es la colonialidade. Sua resposta parte da distinção entre colonialismo e colonialidade. O primeiro, enquanto uma relação política e econômica na qual a soberania de um povo está em poder de outro povo, relação que pode transformar o último em um império ou não. Já a colonialidade se refere a um padrão de poder mundial resultante do colonialismo e que não se restringe a uma relação formal ou institucional de poder, pois se refere à forma como trabalho, conhecimento, autoridade e intersubjetividade articulam-se através do mercado, do capital e da ideia de raça. Padrão de poder que está presente em livros didáticos, nos critérios dos trabalhos acadêmicos, na cultura, na autoimagem dos povos, nas aspirações humanas, nas relações entre homens e mulheres, entre mulheres brancas e mulheres negras e em tantas outras hierarquias da vida moderna (Borges (2018, p. 2262).

A colonialidade do ser castiga o negro a não humano, impõe a ele a experiência e a convivência com a sua própria inferiorização, expondo as relações sociais permeadas de acordo com o imaginário europeu, ou seja, a humanidade, continua estruturada de maneiras diferentes e desiguais, na modernidade. A colonialidade do ser, concebem ao ser humano não branco, um equívoco existencial, que os leva a uma dimensão ontológica de inferiorização do outro a não humano, a depender do tom da sua pele.

A colonialidade do poder está presente na vivência humana, é o efeito cultural e histórico que reverbera na própria existência, no entendimento hegemônico de como o homem deve agir e existir, é a face abissal do fenômeno chamado de globalização, o fluxo indigesto da modernidade, é unilateral e classificatório, resplandece sob a soberania da cultura europeia. Segundo Quijano (2005, p.107) “começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão mundial”. Nesse processo globalizado, a soberania ocidental ainda no século XXI impera, em detrimento a outras culturas e a outros saberes.

O mundo colonial é um mundo compartmentado”. Assim sendo, a colonialidade vem, de maneira desumanizada, articular a ideia de raça, de acordo com o imaginário branco, masculino e cristão (Fanon, 2022, p. 33).

Nesse sentido, Quijano (2010) concebe na ideia de raça e racionalidade como fundamentação da colonialidade do poder, onde o conceito de raça se justifica nas diferenças sociais arquitetadas pelo colonizador, determinando a posição social que o indivíduo ocupa na sociedade conforme a tonalidade da sua pele. O autor revela a brutalidade simbólica imposta, ainda hoje, pela globalização/modernidade ocidental à humanidade. As expressões mais obscuras e brutais do colonialismo do poder estão no colonialismo do ser.

Desse modo, adjudicou-se aos dominadores/superiores “europeus” o atributo da raça branca” e a todos os dominados/inferiores “não europeus” o atributo das “raças de cor”. A escala de graduação entre o “branco” da “raça branca” e cada uma das “cores” da pele, foi assumida como uma graduação entre superior e o inferior na classificação social “racial” (Quijano, 2010, p.120).

A colonialidade do saber, por sua vez, está na ideologia branca incutida nos meios de comunicação, que conduz o grupo inferiorizado, à busca constante da branquitude e os leva a acreditar que a conquista da sua humanidade depende dela. Para Fanon (2008, p. 28), “eu começo a sofrer por não ser branco no mesmo grau que o homem branco impõe a discriminação em mim, faz de mim um nativo colonizado, rouba-me todo valor, toda individualidade”. Neste sentido, a colonialidade do saber se manifesta principalmente no psicológico do africano, no silenciamento dos saberes, na demonização da crença, ilegitimando o conhecimento do subalternizado, no intuito de alvejar os corpos e branquear os saberes.

A colonialidade do poder e do saber se entrelaçam, na medida que, os saberes dos povos africanos e originários são negligenciados, silenciados, inferiorizados e muitas vezes folclorizadas. Sendo assim, não podemos pensar na escola como ambiente transformador, como local de debates e interação, sem pensar, também, na necessidade coletiva de um povo e na diáspora africana. De acordo com Freire (1996, p. 14) “Quanto mais criticamente se exerce a capacidade de aprender, tanto mais se constrói e desenvolve o que venho chamando curiosidade epistemológica”, sem a qual não alcançamos o conhecimento cabal do objeto”.

Diante do exposto, muitas escolas são usadas como instrumento de perpetuação da hegemonia ocidental, de forma que, o colonizado é preparado para reproduzir o que aprende como única verdade, assim, ignora suas narrativas e desdenha da sua própria ancestralidade. Conforme a escritora estadunidense Audre Lorde (2019, p. 240) “como membros dessa economia, todos nós fomos programados para reagir com medo e ódio às diferenças humanas”.

Isto posto, muitos educadores, diante de um modelo curricular classista, adimplido às escolas ao longo dos tempos, permite que o processo de ensino aprendizagem seja manipulado conforme conveniência da elite mundial. Ou seja, algumas escolas, aceitam a conduzir o educado, sobretudo do educando negro e pobre, à subalternização colonial, a negação da ancestralidade, ao apagamento da sua biografia.

Por isso, a luta do Movimento Negro por ações afirmativas no Brasil, no fim do século XX e durante o século XXI, é a luta contra o racismo e pela construção da igualdade e da justiça social para as pessoas negras. Ela é, portanto, uma luta contra as desigualdades socioeconômico, raciais, de gênero e de sexualidade. As ações afirmativas, reconhecidas e implementadas como políticas de Estado, desvelam o quanto o racismo, somado e reeditado pelo capitalismo e alimentado por uma série de outras violências e discriminações, produz historicamente uma perversidade abominável que se sustenta no pensamento, nas práticas sociais e no conhecimento (Gomes,2020, p.226).

Assim sendo, o currículo escolar brasileiro, imposto pelo poder do Estado, tecido no pensamento conservador, atinge as estruturas do colono, especialmente as estruturas dos afrodescendentes e indígenas, operando com mecanismos arraigados na colonialidade, num movimento sistêmico e hegemônico, ajustado, também, no fundamentalismo-religioso. Logo, precisa ser desconstruído.

Uma educação libertadora, emancipa e empodera o educando. O diálogo, a construção coletiva e a compreensão da existência de outras possibilidades, desenvolvem o pensamento crítico, a reflexão social e a busca por transformação da realidade.

Conscientes dessas condições e perspectivas, o educador consegue exercitar sua autonomia pedagógica, didático-metodológico, contribuindo de forma consciente e responsável com a construção de uma educação libertadora e emancipatória, capaz de transformar a sociedade em uma sociedade mais humana. As ações do educador, propicia a potencialização da visão do educando sobre as experiências vividas.

3.2. O processo de embranquecimento.

Ao longo dos séculos, a escola vem servindo de instrumento na manutenção da preservação da cultura ocidental e na conservação do sistema escravista moderno, atuando como peça-chave às desigualdades. Segundo o professor e pesquisador na área de Ciências Sociais Lindomar Boneti (2018) a escola atual se distanciou do pensar e do fazer no aprendizado escolar, está preocupa apenas com o produto final.

No entanto, não podemos generalizar, muitas escolas buscam uma educação antirracista, a escolinha Maria Felipa é um bom exemplo de escola afro-educativa. A escola é um campo intrínseco, constitucionalmente laico, agente dos saberes epistemológicos, mas a estrutura social e filosófica da maioria das escolas brasileiras, carecem de protagonismos para suscitar uma educação significativa e antirracista.

Dito isso, há de se falar do processo de branqueamento, que faz parte da história mundial. Esse é um assunto que parece pertencer ao passado, no entanto, transita pulsante e descaradamente no presente, faz parte do cotidiano da sociedade brasileira. Portanto, é necessário dialogar sobre o assunto, conforme Freire (1977) “o diálogo e a problematização não adormecem ninguém, conscientiza”. Na dialogicidade interagimos e criamos posturas críticas que podem contribuir para um mundo melhor para todos.

O diálogo sobre as desigualdades educacionais, tanto no processo de ensino aprendizagem, quanto na permanência ou exclusão do educando da escola, pode potencializar ações educativas coletivas e construtivas que buscam transformações no contexto educativo, numa perspectiva de igualdade das diferenças, voltadas à realidade do educando. Conforme Freire (1977) a percepção parcial da realidade nos impossibilita de agir sobre ela, somos parte de uma realidade que precisa ser discutida para haver ações efetivas, que promovam a tomada de consciência para transformação da realidade e a promoção dos diferentes saberes.

O racismo é cruel e segregacionista, é sorrateiro, ardiloso, tem particularidades distintas, certamente é um assunto que merece um olhar mais atento das autoridades e da população brasileira em geral. No Brasil, o racismo foi tecido por particularidades e especificidades que não há em outros lugares do mundo. Muitas vezes, aquilo que a princípio parece ser um evento inocente e descuidado, vem atravessado de narrativas preconceituosas e discriminatórias nas entrelinhas do discurso, nas ações e atitudes, por isso a importância do diálogo na problematização de uma educação antirracista.

Esse racismo, que podemos chamar de rotineiro, faz parte do dia a dia dos afrodescendentes, é evidenciado, ou velado nas ações, posturas, personificações, dialogicidade, nos trejeitos, nos discursos, entre tantos outros. Afinal, foram mais de três séculos de escravidão humana. O Brasil foi o último país do mundo, a acabar com a escravidão humana. O fim da escravidão, foi tão violenta quanto o período escravocrata, os afrodiáspóricos não tiveram apoio da sociedade, tão pouco do Estado, não houve nenhuma preocupação no cuidado e amparo da vida e humanidade do afrodiáspórico.

Todas as atrocidades cometidas contra os afrodiáspóricos, reverberam até hoje na sociedade e vida do negro, no Brasil e no mundo. Os movimentos em ação na luta pela

liberdade e igualdade do povo negro, vem travando batalhas e alcançando grandes conquistas, ao longo dos anos, mas ainda há um longo caminho a trilhar. Essa luta não pertence apenas ao movimento negro, mas sim, a toda humanidade.

Essa roda-viva educacional, só pode ser rompida, por meio da conscientização do colonizado, na compreensão da sua realidade e no entendimento da necessidade de transgredir as amarras do sistema, a fim de transformar os paradigmas, ainda alicerçados nos pilares do cerceamento escolar, que extingue, coíbe, direciona e inferioriza o educando, sobretudo os educandos negros e pobres.

A perversidade do processo de branqueamento do negro, aponta o princípio da construção da inferioridade e da subserviência, pois ao submeter o educando negro a padrões culturais e estético, associado a tradição ocidental, esse processo extrapola as questões físicas, por afetar não apenas o psicológico, mas também, a identidade do educando negro. Reconhecer e enfrentar tais práticas, oportuniza a valorização da identidade negra. No Brasil, além da teoria da raça pura, discutida mundialmente, existem outras particularidades e especificidades que precisam ser discutidas, principalmente no âmbito educacional. As redes sociais aproximam pessoas e revelam situações.

O MEC utiliza as redes sociais para se comunicar com os internautas, principalmente jovens em busca de oportunidades no campo educacional, por isso, os conteúdos vinculados às redes sociais geram uma movimentação de milhares de visualizações diariamente.

Vejamos, o que aconteceu em 2016, quando o Ministério da Educação Cultura - MEC, faz uma “homenagem” (Figura 22) à vencedora das Olimpíadas de Neurociência:

Figura 22: Homenagem do MEC a Lorryne Isidoro, vencedora da Olimpíada de Neurociência.



Fonte: Reprodução/Socializa o Design

Lorrayne Isidoro, estudante negra e pobre, da rede pública do Rio de Janeiro, desafiou o sistema, participou da Olimpíada Internacional de Neurociência e foi classificada para representar o Brasil, na Dinamarca.

Na suposta homenagem do MEC, Lorrayne (Figura 22) Lorrayne perde suas características de afrodescendente, a imagem veiculada nas redes sociais do órgão governamental, retira o corpo de Lorrayne de cena. A imagem accidentalmente estereotipada da estudante, apaga sua negritude.

O corpo embranquecido de Lorrayne, (Figura 22), tira da menina negra, sua capacidade cognitiva, deixando explícito na sua mensagem, que meninas negras e pobres não têm mérito, para ser vencedora de uma Olimpíada de Neurociência, entre outras implicações plausíveis presentes na imagem. Em nota, o MEC diz que repudia tais ações racistas.

Mesmo o MEC dizendo repudiar ações racistas, três anos depois, do escândalo envolvendo a imagem estereotipada de Lorrayne, a aluna vencedora das Olimpíadas de Neurociência, outra imagem chama a atenção dos internautas.

Em 2019, uma nova polêmica envolvendo o Ministério da Educação e Cultura, novamente, o MEC vincula as suas redes sociais uma propaganda que revela seu antagonista antirracista, dessa vez a imagem, revela que processo de manutenção das desigualdades e do racismo persiste.

Num engendramento ardiloso cujo objetivo era embranquecer o povo brasileiro e inferiorizar os grupos subalternizados e socialmente desclassificados por uma burguesia capitalista. A imagem vinculada às redes sociais, é uma propaganda do Programa Universidade para Todos - PROUNI, num primeiro olhar, a imagem é graciosa, bem elaborada e significativa, no entanto, num segundo momento, é claro que sobreposição de imagens, um recurso muito usado pela mídia, está carregada de valores racistas.

Segundo o MEC, o objetivo da imagem usada na campanha de 2019, era enfatizar as nuances e expor que as igualdades de oportunidades independem da raça, gênero e classe. No entanto, a realidade não é bem essa, a imagem deixa claro que o racismo está entranhado na essência humana.

A imagem de 2019 que chamou a atenção dos internautas, é a imagem de uma jovem universitária, negra que, (Figura 23), aparentemente, comemora o tão sonhado diploma, uma conquista que geralmente não pertence aos negros pobres. Para os menos atentos, a imagem é a personificação da igualdade racial, porém, na sobreposição de imagem, a mão que segura o diploma é branca, uma demonstração explícita do racismo e discriminação étnico-racial e social.

Figura 23: Propaganda do MEC, anunciando a data final da inscrição do PROUNI.



Fonte: Página do Ministério da Educação no Facebook.

Na sobreposição de imagens (Figura 23), a mensagem que o Ministério da Educação e Cultura - MEC, vincula nas redes sociais é claramente racista, sexista e patriarcal. A mão branca que segura o diploma, símbolo do conhecimento, ostenta um anel de ouro, símbolo de riqueza. O braço, coberto por uma indumentária sofisticada, remete a uma figura masculina, simbolizando que essa conquista pertence apenas à elite masculina, branca. Entre outras interpretações, que relacionam o conhecimento, a riqueza e ao poder.

Novamente, em resposta aos internautas, o MEC se justifica, argumentando que repudia ações racistas. No entanto, essa é mais uma das várias imagens, veiculadas nas redes sociais, carregadas de intencionalidades, que dão margem a diferentes interpretações. Todavia, nenhuma das justificativas apresentadas pelo Ministério da Educação e Cultura, exime o MEC das abordagens racistas. O fato é tais ações serem perpetuadoras do racismo, ao fomentar os conflitos e a desigualdade. Conforme Munanga (2004, p.24) “O racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o intelecto, o físico e o cultural”.

O cerne da questão é que essas hierarquias estão presentes no pensamento de muitos brasileiros que não se entendem e não se veem racistas e/ou preconceituosos. Nesse sentido, o Brasil, além do preconceito de raça, há, o preconceito de classe e de gênero, mais uma das mazelas existentes nas entrelinhas do racismo. Em outras palavras, é necessário lidar, também, com o racismo que aqui chamamos de racismo de conveniência, aquele cuja postura do racista varia conforme a posição social e econômica do sujeito, dificultando as tratativas em relação ao assunto.

Diante do exposto, é essencial compreender as diferentes peculiaridades e sutilezas do racismo brasileiro, essas especificidades que estão presentes desde o espaço escolar e alcançam a magnitude global das Mídias sociais, fazem parte de um engendramento racista egocêntrico, violento, que geralmente compactua com as teorias raciais presentes no cotidiano da sociedade.

O fenômeno chamado racismo tem uma grande complexidade, além de ser muito dinâmico no tempo e no espaço. Se ele é único em sua essência, em sua história, características e manifestações, ele é múltiplo e diversificado, daí a dificuldade para denotá-lo, ora através de uma única definição, ora através de uma única receita de combate (Munanga, 2010, p. 2).

Esses tipos de intencionalidades são nocivos à sociedade, pois se pautam na ideia de uma raça superior, um gênero superior e numa classe social superior. Além disso, a falta de políticas públicas efetivas e punições rigorosas para os crimes raciais, minimizam as manifestações racistas por todo o mundo e neutralizam a prática racista e permite que o racista se sinta à vontade para cometer outros crimes racistas.

Essa espécie de pirâmide do poder social, considera a supremacia do homem, do sexo masculino, branco, cisgênero, perfeito e rico, ou seja, ela está no topo da pirâmide, consequentemente, a base dessa pirâmide é constituída por mulheres, negros, indígenas e/ou pobres.

No Brasil, houve duas tentativas de branqueamento, o primeiro com o governo imperial de dom Pedro II, que trouxe para o Brasil cerca de seis milhões de imigrantes europeus. A segunda, no governo de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945, criaram-se leis que restringiam concessões de vistos aos ciganos, japoneses, judeus e negros. Conforme, a historiadora e coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação, do Departamento de História da Universidade de São Paulo, Maria Luiza Tucci Carneiro (2018):

No calor das mudanças efetivadas entre 1888 e 1889, em meio à Abolição da escravatura e à Proclamação da República, a política imigratória ganhou forma, revelando o ideal de branqueamento como parte do projeto étnico-político defendido pelo recém-empossado Governo Provisório. Sob o signo da nova ordem republicana, foi promulgado o Decreto n. 528, de 28 de junho de 1890, regulamentando a introdução de imigrantes no Brasil, desde que aptos para o trabalho. “Indígenas da Ásia ou da África somente mediante autorização do Congresso Nacional (Carneiro, 2018, p. 124).

A campanha feita pelos governos, para facilitar a entrada dos imigrantes brancos no Brasil, tinha como objetivo o fortalecimento do embranquecimento da população brasileira.

O governo brasileiro, além de subsidiar a vinda dos europeus para o Brasil, criou políticas para amparar os coronéis nos tratos empregatícios com os imigrantes.

Outro fato intrigante aconteceu em 1911, onde mais de 50 países reuniram-se em Londres, para o Congresso Universal da Raça, o representante brasileiro, João Batista de Lacerda, médico e antropólogo, intelectual influente entre os anos de 1846 e 1915, defendeu a ideia do branqueamento racial. No seu discurso de apresentação, Lacerda, apresentou seus estudos sobre a relativização da degeneração da mestiçagem, denominado *The Metis, or half-breeds, of Brazil*.

A pesquisa de Lacerda provocou ampla discussão entre os convidados, pois prometia branquear o Brasil em três gerações. Lacerda associou uma pintura que representa a tese do branqueamento, ao discurso científico para legitimar suas ideias no cenário internacional, o que contribuiu com as concepções raciais e hierarquias que fundamenta a perpetuação dos estereótipos e o apadrinhamento de políticas públicas discriminatórias, que reforça o equívoco da ideia de superioridade da nuance. Na época, a obra “A Redenção de Cam”, (Figura 24), considerada a interpretação visual da tese de branqueamento, foi reverenciada e premiada.

O quadro traz uma família miscigenada, expõe os tons dos corpos e os diversos sentimentos que esse cenário provoca. O quadro abre brechas para inúmeras interpretações, no entanto, todas revelam o processo de construção do racismo. Para o jornalista Murilo Roncolato (2018):

O quadro “A Redenção de Cam”, reverenciado e premiado em sua época, é considerado uma representação visual dessa tese. Literalmente no caso do médico e diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda (1846-1915). No Congresso Universal das Raças, realizado em Londres, em 1911, a pintura ilustrou um artigo de sua autoria sobre branqueamento. Ele assim descreveu a imagem: “O negro passando a branco, na terceira geração, por efeito do cruzamento de raças” (Roncolato, 2018).

As teorias raciais, entre tantas outras concepções que permeiam até hoje, silenciosamente, o sistema educacional brasileiro, acredita na hierarquia entre as sociedades, ou seja, acredita na supremacia europeia, branca. Essa teoria, pautada na superioridade racial, social e cultural, entende que a sociedade se divide em dois grupos: os superiores e os inferiores, logo, os inferiores precisam da ajuda dos superiores para se desenvolver.

Figura 24: A Redenção de Cam” (1895)



Fonte: <https://www.edusp.com.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/>

O quadro retrata o cruzamento de raças e a transformação do negro em branco, em três gerações. Essa perspectiva visual, racialmente hierarquizada, suscitou uma visão estereotipada sobre a miscigenação como um processo de aprimoramento racial. Essa concepção impactou profundamente as narrativas sobre raça e miscigenação, ressaltando a importância crítica de questionar e desconstruir ideias historicamente arraigadas na construção da identidade racial.

As três personagens representariam as três gerações necessárias para que o Brasil se tornasse um país branco. O homem branco à direita, ao que tudo indica, o marido da mulher ao centro e pai da criança, olha para o menino com admiração. Ele é o elo que permite o branqueamento completo dos descendentes da senhora, possivelmente escrava e, assim, a sua salvação (Roncolato, 2018).

Enquanto a senhora negra, aparece em pé, no chão batido, o homem europeu, a filha miscigenada e o bebe branco, são representados em cima de um chão de pedras, numa clara menção à superioridade da cor. A fisionomia do homem branco, sugere que o embranquecimento simboliza poder diante daquela realidade.

Portanto, compreender as diferentes peculiaridades e sutilezas do racismo brasileiro, essas especificidades alcançam a magnitude global das Mídias sociais, precisam ser desconstruídas, pois essas diferentes percepções de ver o mundo e de se autoperceber que expressam na prerrogativa do privilégio branco, fazem parte de um engendramento racista egocêntrico, violento, que, geralmente, compactua com as teorias raciais presentes no cotidiano da sociedade, sobretudo na sociedade santa-cruzense.

3.3. Santa Cruz Cabrália no contexto educacional antirracista.

O município de Santa Cruz Cabrália foi constituído por uma vasta diversidade cultural e étnico-racial, resultado da miscigenação entre os africanos, europeus e indígenas. Assim, como outras cidades brasileiras, enfrenta grandes desafios relacionados a educação, sobretudo em relação ao racismo e a discriminação étnico-racial.

Santa Cruz Cabrália se diferencia da maioria das cidades brasileiras, por estar inserida num cenário histórico, de diversidade étnico-racial e cultural ímpar. O legado afrodiáspórico deixou uma pluralidade cultural diversificada e riquíssima.

Antes da chegada dos europeus, a faixa litorânea do município de Santa Cruz Cabrália, era habitada por milhares de habitantes de diferentes culturas e etnias, os mais mencionados nas literaturas são os Tupiniquins, cujo conjunto linguístico é o tupi-guarani, considerado o mais antigo, o mais falado e um dos troncos linguísticos mais importantes da América do Sul e os Aimorés, denominado pelos índios tupi-guarani, de tapuias, porque falavam língua diferente. Os indígenas que sobreviveram à invasão foram escravizados ou expulsos do seu território. Segundo o professor Alessandro Gomes (2016, p. 101).

Só se descobre uma terra sem habitantes; se ela é ocupada por homens, não importa em que estágio cultural se encontrem, já existe e não é descoberta. Apenas se estabelece seu contato com outro povo. A expressão descobrimento implica em uma ideia imperialista, de encontro de algo não conhecido; visto por outro que proclama sua existência, incorporando-o ao seu domínio, passa a ser sua dependente.

A invasão e colonização do território brasileiro não foi pacífica, foi um processo violento e sangrento que exterminou boa parte da população indígena. Na realidade, ao contrário daquilo que nos é ensinado na maioria das escolas brasileiras, os portugueses não descobriram o Brasil, eles ocuparam o território brasileiro submetendo os habitantes da terra a submissão e a escravidão.

Nas primeiras décadas após a invasão, a cidade recebeu os africanos capturados de diversas nações do continente africano, para o trabalho escravo na agricultura e nos engenhos de cana-de-açúcar. Esses povos de diferentes etnias e nações africanas, perderam sua cultura e suas identidades, foram brutalmente submetidos aos desmandos do colonizador.

O município de Santa Cruz Cabrália, se edificou sob uma formação diferenciada de múltiplas histórias e diferentes culturas. Conforme o professor de Geografia, no Instituto Federal da Bahia - IFBA, Sebastião Pinheiro Gonçalves de Cerqueira Neto (2012) o

desenvolvimento da vila de Santa Cruz é fruto do sofrimento e do trabalho escravo dos povos originários e dos povos africanos.

Mais tarde, os projetos políticos, sociais e econômicos transformaram a região em uma sociedade, com a chegada dos migrantes e imigrantes a cidade começou a se desenvolver e hoje é um importante polo turístico da Costa do Descobrimento.

O município foi fundado em 23 de julho de 1564, no entanto, só foi emancipado em 30 de março de 1938. Localizado no nordeste brasileiro, extremo sul da Bahia, distante 730 km da capital do Estado, Salvador.

A Secretaria de Educação do Estado da Bahia, desde 2014, agrupa os municípios por territórios de identidade, (Figura 25). Dessa forma, criou a regionalização, no denominado Núcleos Territoriais de Educação (NTE), composto por 27 núcleos regionais de educação. Esses grupos são responsáveis por representar a Secretaria de Educação na sua região. Santa Cruz Cabrália faz parte do núcleo 27, formado por oito cidades, sendo elas: Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi e Porto Seguro.

Figura 25 - Mapa dos municípios que compõem o Núcleo Territorial de Educação. NTE 27.



Fonte: http://nte27.educacao.ba.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/territorio_27.png

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022) o município tem uma expansão territorial de 1.550,791 km², abrigando 29.185 habitantes.

Em 29 de janeiro de 1981, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como patrimônio histórico, cultural e paisagístico da humanidade. Santa Cruz Cabrália, possui uma forte presença histórica e cultural afro-

brasileira e indígena, por isso, a grande diversidade cultural e étnica, resultado da miscigenação entre os africanos, europeus e os povos originários.

A população indígena de Santa Cruz Cabrália, em 2022, é de 10.870 habitantes, distribuídos entre as nove aldeias do município, conforme as informações do Conselho de Lideranças da Aldeia Indígena Pataxó Coroa Vermelha. A aldeia Indígena de Coroa Vermelha é a maior aldeia urbana do Brasil.

É nesse contexto histórico, econômico, social e político, que Santa Cruz Cabrália cresceu e se desenvolveu. O censo IBGE (2010) revela que a população do município é composta por: 1,2% amarelos; 30,63% brancos; 16,40% indígenas; 26,22% pardos e 25,55 pretos. Mesmo sendo uma população, predominantemente, negra, o censo IBGE (2010) declara que as religiões afro-brasileiras têm pouca representatividade no município, sendo que 52,98% da população se declara católicos apostólicos romanos, 35% evangélicos e 11% espíritas.

À vista disso, a educação antirracista, no contexto escolar de Santa Cruz Cabralia, desempenha um papel fundamental, na valorização da pluralidade cultural e étnico-racial, na desconstrução dos estereótipos e no combate ao racismo e as desigualdades.

Conforme os dados do Censo Escolar de 2020, dos 7.471 alunos da rede municipal do município, 9,2% se autodeclararam brancos, 5,4% se autodeclararam pretos, 36,3% se autodeclararam pardos, 18,3% se autodeclararam indígenas, 0,3% se autodeclararam amarelos, no entanto, 30,6% não responderam.

Os dados do Censo Escolar (2020) revelam uma riqueza plural e diversificada, o que comprova que Santa Cruz Cabrália tem especificidades diferentes, da maioria dos municípios brasileiros, no entanto, a pesquisa traz, também, um dado preocupante, quando aponta que 30,6% dos educandos não se autodeclararam, o que nos causa estranhamento, e confirma que existe um desconforto étnico-racial por parte do educando. Esse fato, referência a urgência e necessidade de ressignificar a educação de Santa Cruz Cabrália.

Nesse sentido, é fundamental fortalecer a identidade santa-cruzense, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial e cultural, que faz parte do cotidiano e da realidade da maioria dos educandos santa-cruzenses, implementado não apenas uma educação de qualidade, mas também, uma educação democrática e inclusiva. Vale ressaltar, que o município vem avançando rumo a uma educação antirracista, a educação escolar indígena Pataxó, é um bom exemplo.

O processo de ensino aprendizagem das escolas indígenas, são construídos com autonomia, em alguns aspectos em relação às escolas não indígenas. Todos os educadores são

indígenas e buscam a valorização e o respeito à cultura, à língua, aos costumes, crenças e tradições ancestrais. Fruto da luta e resistência da comunidade indígena, a educação indígena Pataxó é pensada nas particularidades e especificidades dos povos indígenas, por isso, promove uma educação diferenciada e de qualidade.

Desde que a Secretaria de Educação de Santa Cruz Cabrália, criou um departamento exclusivo para atender as demandas educacionais do povo Pataxó, houve um avanço significativo na educação. Composto com uma equipe de profissionais indígenas pataxós, especializados e comprometidos, que buscam atender as demandas educacionais indígenas, este departamento vem auxiliando o educador na aplicabilidade da lei 11.645/2008, dentro e fora do ambiente escolar, bem como no atendimento em sala de aula, entre outras providências relacionadas às questões educacionais da educação indígenas pataxós.

Com a criação do departamento dos assuntos indígenas e a oferta de uma educação de qualidade, a Escola Municipal Indígena Pataxó prosperou, hoje é a maior escola do município e atende um quantitativo de alunos superior às outras escolas da cidade.

Contudo, embora o sucesso da educação indígena Pataxó, após a criação do departamento educacional especializado, seja uma realidade, a secretaria de educação do município de Santa Cruz Cabrália, ainda não sinaliza a criação de um departamento para Educação afro-educativa, capaz de movimentar políticas especializada para atender as demandas educacionais relacionadas às questões raciais e o letramento racial. Assim, desenvolver a consciência racial dos profissionais da educação, no intuito de combater o racismo e a discriminação racial. Conforme a professora e pesquisadora santa-cruzense, Daniele Almeida (2023) em entrevista com a presidente do Conselho do FUNDEB, diz que:

Para Márcia Rodrigues, educadora santa-cruzense, atual presidente do Conselho Fundeb, membra do Conselho de Educação e técnica de monitoramento do PME, no que concerne as relações raciais no município, as questões étnico-raciais indígenas possuem um avanço maior em relação às questões negras.

Por conseguinte, a questão racial, no município, carece de um olhar atento, pois, tendo em vista que o contexto da maioria das escolas, sobretudo as escolas da rede pública de ensino de Santa Cruz Cabrália, estão atreladas às questões tanto étnicas, quanto raciais, por isso, possibilitar um conhecimento, capaz de desenvolver as abordagens dos múltiplos saberes, é imperativo, já que faz parte da realidade do educando santa-cruzense.

Em vista disso, desenvolver a educação das relações étnico-racial e a interação do educando com o meio a qual ele está inserido, favorece aspectos relacionados à construção de

uma educação capaz de ampliar as capacidades e habilidades do educando, dando voz àqueles que pouco foram ouvidos pelo sistema educacional atual.

Nesse sentido, é responsabilidade da escola e de todos os envolvidos com a educação, no município, preparar o educando para viver em sociedade e estar apto a interferir no meio em que vive, a fim de transformar a sociedade, em uma sociedade humanizada, justa e democrática.

Para além das leis 10.639/03 e 11.645/08, há outras conquistas emancipatórias do Movimento Negro, que não se restringem apenas a comunidade negra, mas sim, na luta por uma educação democrática e transformadora, que podem e devem ser utilizadas como ferramenta na construção de uma educação antirracista. Logo, vale salientar que, em 2014, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), com validade de dez anos, o PNE determina diretrizes que norteiam o sistema brasileiro de ensino, objetivando uma gestão democrática e autônoma.

O Plano Nacional de Educação (PNE), 2014, exige dos entes da federação, um Plano Municipal de Educação (PME), alinhado ao PNE, para definir diretrizes legais, a fim de, orientar e amparar a educação básica do município, garantindo uma gestão democrática, participativa e igualitária.

Sancionado em junho de 2015, o Plano Municipal de Educação do Município de Santa Cruz Cabralia (PME/SCC), estipula as diretrizes a serem seguidas pelo município, nos próximos dez anos, entre elas destacamos: “a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; a melhoria da qualidade da educação; e a valorização dos (as) profissionais da educação”.

O PNE caracteriza-se como uma política orientadora para ações governamentais em todos os níveis federativos, tendo como objetivo central induzir e articular os referidos entes na elaboração de políticas públicas que sejam eficazes em melhorar o acesso e qualidade da educação brasileira, de forma equitativa e democrática (Brasil, 2015).

Entretanto, o PME/SCC (2015) deixou algumas lacunas, a respeito da Educação das Relações Étnico-raciais, que precisam de atenção e revisão, sobretudo em relação à educação afro-educativa. Segundo Almeida (2023) um dos maiores empecilhos à sua concretização é falta de formação específica para tratar das questões raciais contundentemente, portanto, inserir na formação continuada de professores, debates sobre as questões raciais, bem como o letramento racial se faz necessário e urgente e acrescenta:

A pesquisa evidenciou que o PME santa-cruzense apresenta falhas em contemplar a Educação das Relações Étnico-Raciais e que a lógica colonial persevera de modo tácito nos discursos e dados presentes. Acerca disso, uma

das perguntas da entrevista semiestruturada era se o entrevistado acreditava que o PME contemplava a Educação das Relações Étnico-Raciais. Iszael Gomes, que atua na educação municipal mesmo antes de estar secretário municipal de educação e que participou da elaboração do PME, consente com essa constatação e afirma que as questões étnico-raciais não foram debatidas durante a construção do plano e que este precisa ser revisto (Almeida, 2023, p. 86).

Isto posto, é importante salientar que, desde 2015 o PME/SCC, pensa sobre a organização do currículo e a avaliação escolar do município, o documento abre espaço às novas possibilidades, dependendo das necessidades e demandas, no entanto, oito anos se passaram e o processo de ensino-aprendizagem, em relação às questões raciais, pouco avançou.

Segundo, descrito no Plano de Ação da Educação - PME (2015), “no município de Santa Cruz Cabrália há uma organização quanto ao currículo e avaliação a serem desenvolvidos, os quais devem nortear o processo de todo o trabalho pedagógico, embora esta organização ainda precise de intervenções”.

Sendo assim, em 2025, o PME de Santa Cruz Cabralia, abre discussões para uma nova construção. Nesta oportunidade há de se discutir e analisar, profundamente, o documento, desse modo, corrigir as falhas existentes e acrescentar o que for necessário para haver mudanças concretas e significativas, capaz de abrir espaço para construção de uma educação democrática, emancipadora e antirracista.

A pesquisa evidenciou que o PME santa-cruzense apresenta falhas em contemplar a Educação das Relações Étnico-Raciais e que a lógica colonial persevera de modo tácito nos discursos e dados presentes. Acerca disso, uma das perguntas da entrevista semiestruturada era se o entrevistado acreditava que o PME contemplava a Educação das Relações Étnico-Raciais. Iszael Gomes, que atua na educação municipal mesmo antes de estar secretário municipal de educação e que participou da elaboração do PME, consente com essa constatação e afirma que as questões étnico-raciais não foram debatidas durante a construção do plano e que este precisa ser revisto. Márcia Rodrigues, disse que precisaria reler o plano novamente para emitir uma opinião mais acertada (Almeida, 2023, p. 97-98).

Hoje, a rede pública municipal de Santa Cruz Cabrália, atende 7.209 educandos, matriculados nas vinte e oito (28) escolas do município, sendo que, treze (13) escolas estão localizadas na área rural, uma delas situada no assentamento do Movimento dos sem-terra - MST, (2) escolas indígenas, com cinco (5) extensões distribuídas entre as Nove (9) aldeias da cidade.

Além das vinte oito (28) escolas da rede pública municipal (Figura 26), Santa Cruz Cabrália possui, também, duas (2) escolas do ensino médio, da rede pública estadual e quatro (4) escolas particulares, totalizando trinta e quatro (34) escolas.

Figura 26 - Planilha do quantitativo de alunos matriculados na rede municipal de 2023.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CRUZ CABRÁLIA-BA		
QUANTITATIVO DE ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL 2023		
	UNIDADES DE ENSINO	Quantidade
		Alunos
1	Centro de Educação Infantil Antonio Moura Guerrieri	69
2	Centro de Educação Infantil V Centenário	332
3	Centro d Qualidade de Vida Sonho Infantil	157
4	Colégio Municipal Prof. Nair Sambrano Bezerra	560
5	Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha	1020
6	Escola Indígena Pataxó Mata Medonha	132
7	Escola Municipal Antonio Sambrano Guerra	315
8	Escola Municipal Aracy Alves Pinto	338
9	Escola Municipal Camurugi	35
10	Escola Municipal de Educ. Infantil Mariá Carvalho do Nascimento	84
11	Escola Municipal Desembargador Hélio Lanza	177
12	Escola Municipal Filogônio Santos de Alcântara	228
13	Escola Municipal Frei Henrique de Coimbra	478
14	Escola Municipal José Pedro Cardoso	117
15	Escola Municipal Laranjeiras	118
16	Escola Municipal Marcelino José Soares	247
17	Escola Municipal Maria Figueirêdo Marinho	287
18	Escola Municipal Mutari	178
19	Escola Municipal Nelson Almeida	270
20	Escola Municipal Nossa Amiguinha	360
21	Escola Municipal Paulo Freire	225
22	Escola Municipal Professora Jacira Monteiro Benfica	301
23	Escola Municipal Santo André	78
24	Escola Municipal São Pedro	33
25	Escola Municipal Sermal	96
26	Escola Municipal Tânia Guerrieri	320
27	Escola Municipal União dos Posseiros	88
28	Escola Municipal Victurino da Purificação Figueiredo	566
TOTAL GERAL		7209

Fonte: Secretaria de Educação de Santa Cruz Cabrália

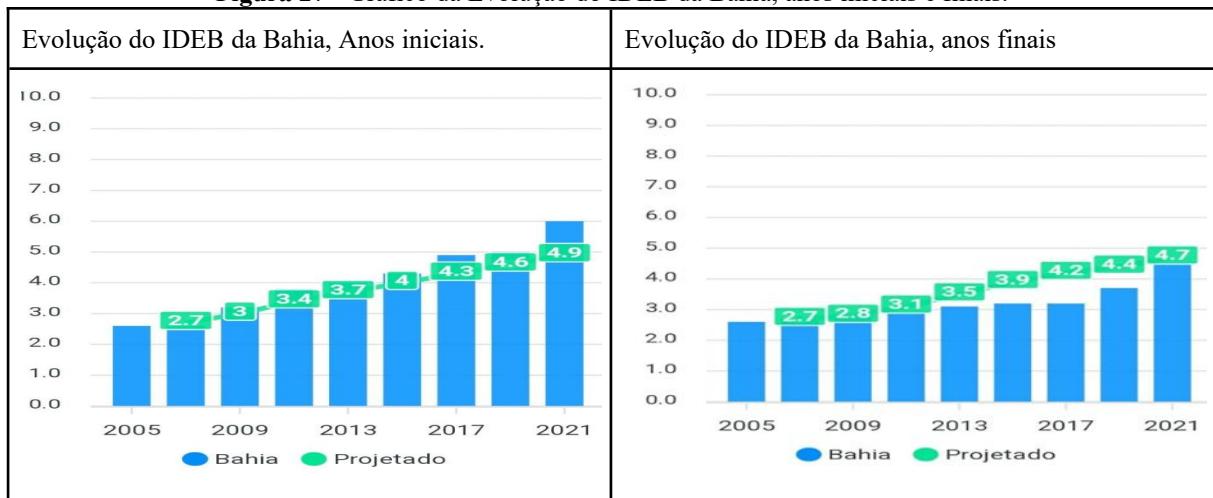
A Bahia, assim como outros estados do país, também enfrenta sérios problemas com a educação. Os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), uma ferramenta cujo propósito é acompanhar e avaliar a educação básica, a cada dois anos, por meio da Prova Brasil, avalia o aprendizado do ensino de português e matemática, do ensino fundamental I e II. A meta é atingir média 6,0 até 2022.

Segundo o IDEB, de 2021, o estado da Bahia ocupa a 23º posição no ranking nacional da educação, com um índice geral de 4,5, empatando com os estados do Pará e a frente apenas de Amapá (4,4), Maranhão (4,3) e Rio Grande do Norte (4,2). Os estados de Santa Catarina e

São Paulo empataram, com um índice de 5,7, seguido do Paraná com 5,6, sendo os três estados com melhores índices geral no IDEB 2021.

O gráfico abaixo, (Figura 27), apresenta a evolução do Índice da Educação Básica do estado da Bahia nos últimos 4 anos, nos anos iniciais e nos anos finais. Podemos observar que houve avanços significativos nos índices, mas o estado da Bahia continua distante da meta sugerida pelo governo.

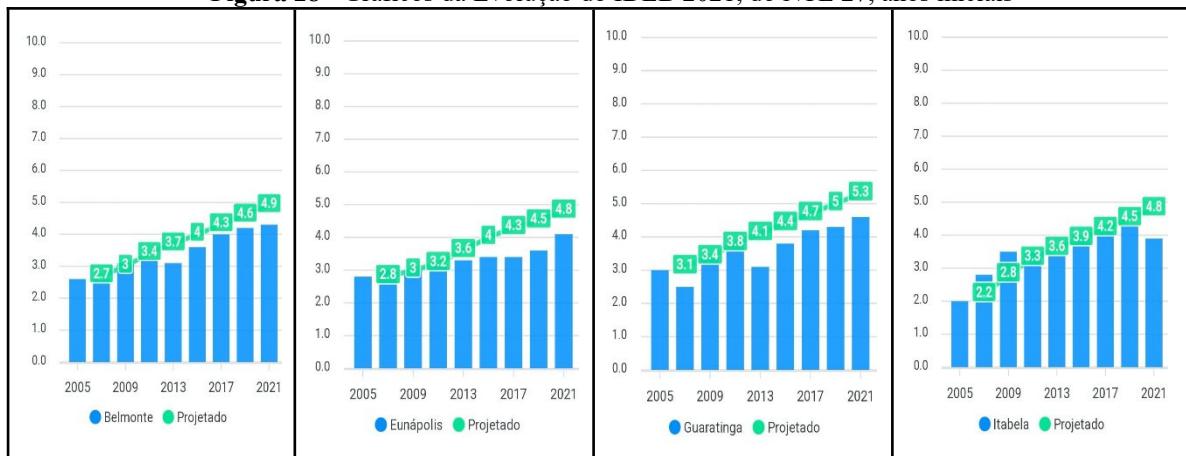
Figura 27 - Gráfico da Evolução do IDEB da Bahia, anos iniciais e finais.

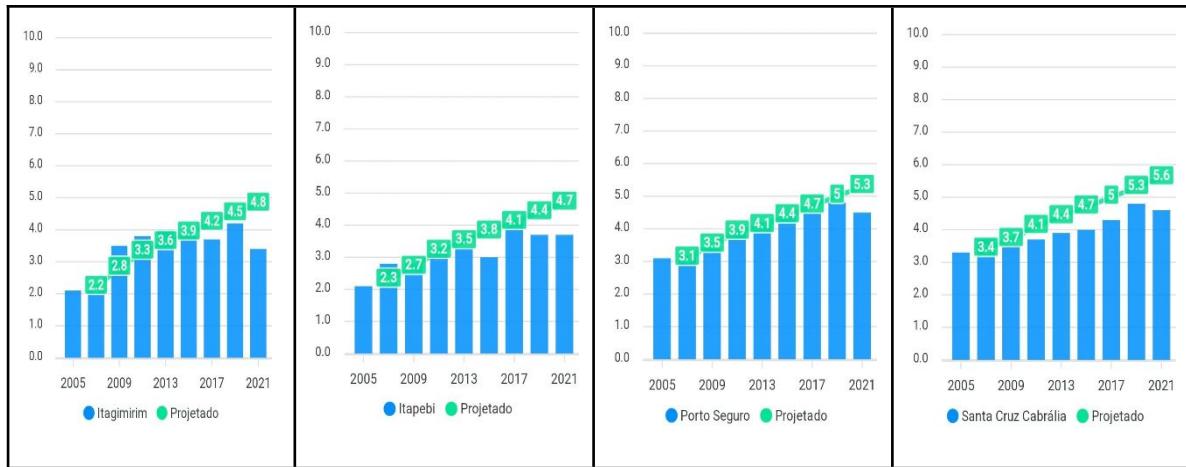


Fonte: IDEB 2021

O resultado geral do IDEB, na Bahia, reflete a realidade educacional dos municípios baianos, revelando a precariedade e a fragilidade da educação no estado, principalmente, no município de Santa Cruz Cabrália. Podemos observar nos gráficos abaixo relacionados, que a evolução do IDEB, das oito cidades que compõem o NTE 27 e observar que o município de Santa Cruz Cabralia tem o maior IDEB da região.

Figura 28 - Gráficos da Evolução do IDEB 2021, do NTE 27, anos iniciais





Fonte: IDEB 2021. INEP

Como mencionamos anteriormente, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), foi criado pelo governo federal para avaliar o desenvolvimento e a qualidade do ensino nas escolas públicas.

Os gráficos das Figuras 27 e 28, revelam que as escolas da rede municipal do município de Santa Cruz Cabrália, tiveram um índice maior que o índice do estado da Bahia, apontando o compromisso que o município tem com a educação. É óbvio que ainda há um longo caminho a ser trilhado.

Entretanto, a educação do município de Santa Cruz Cabrália, possui especificidades que carecem da compreensão desse contexto plural, formado pela significativa diversidade étnico-racial e distintas manifestações multiculturais. Segundo o português António Manuel Seixas Sampaio da Nôvoa, professor universitário, doutor em Ciências da Educação e História Moderna e Contemporânea:

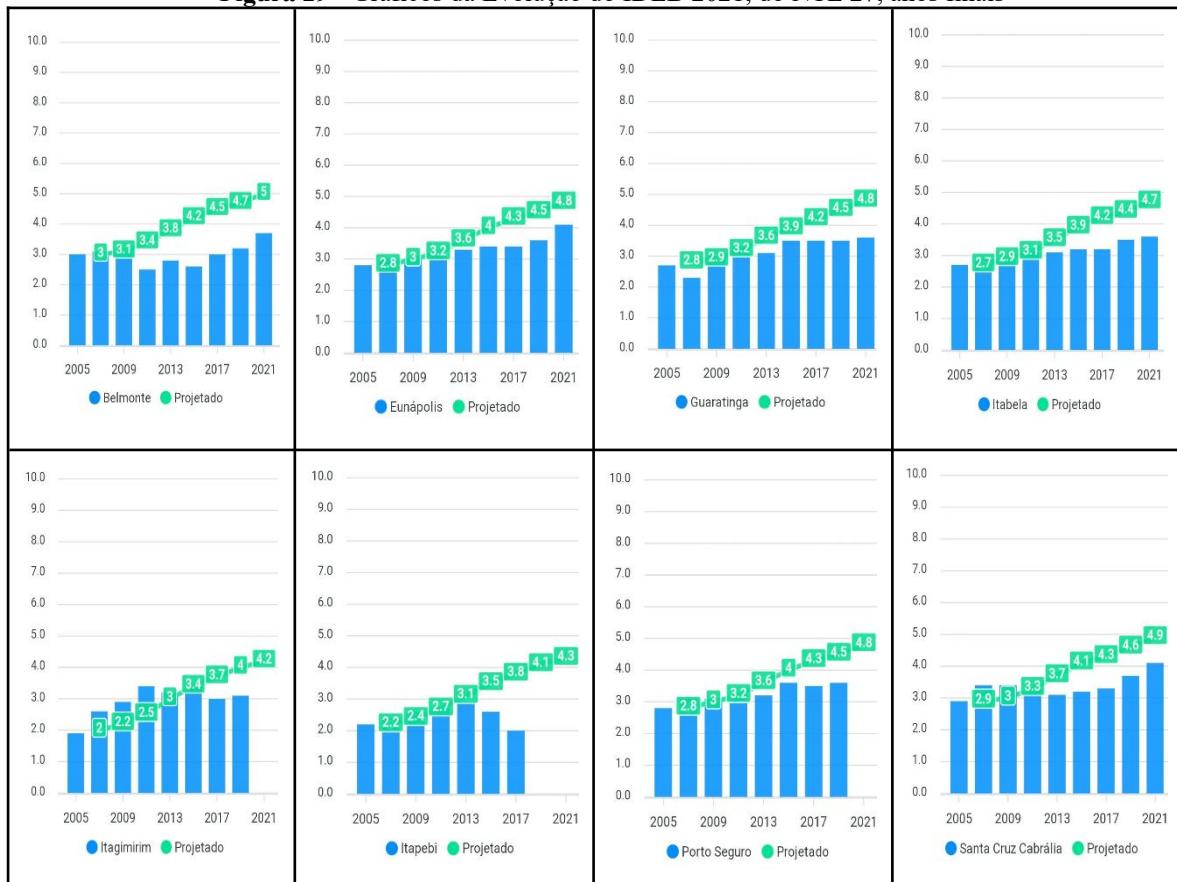
A formação não se constrói por acumulação de cursos, de conhecimento ou de técnicas, mas assim através de um trabalho de reflexibilidade crítica sobre práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. A formação vai e vem, avança e recua, construindo-se num processo de relações ao saber e ao conhecimento (Nôvoa (1992, p. 13).

Daí a urgência de refletir e discutir a educação santa-cruzense respeitando suas especificidades. Logo, a formação continuada para o educador, é um passo importante para o aperfeiçoamento dos estudos relacionados às questões raciais.

Assim, promover, incentivar e estimular o conhecimento em todas as suas nuances, através das experiências vividas, dos aspectos histórico, social e cultural, reconhecendo as diferenças e valorizando as tradições e crenças organizacionais africanas, como estratégias no combate ao racismo e ao preconceito.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), avalia a educação a cada quatro anos, aqui apresentamos os índices referente ao ano de 2021. O IDEB, (Figura 32) é um parâmetro essencial para avaliar a qualidade da educação brasileira, essa avaliação padronizada, toma como base o desempenho dos educandos.

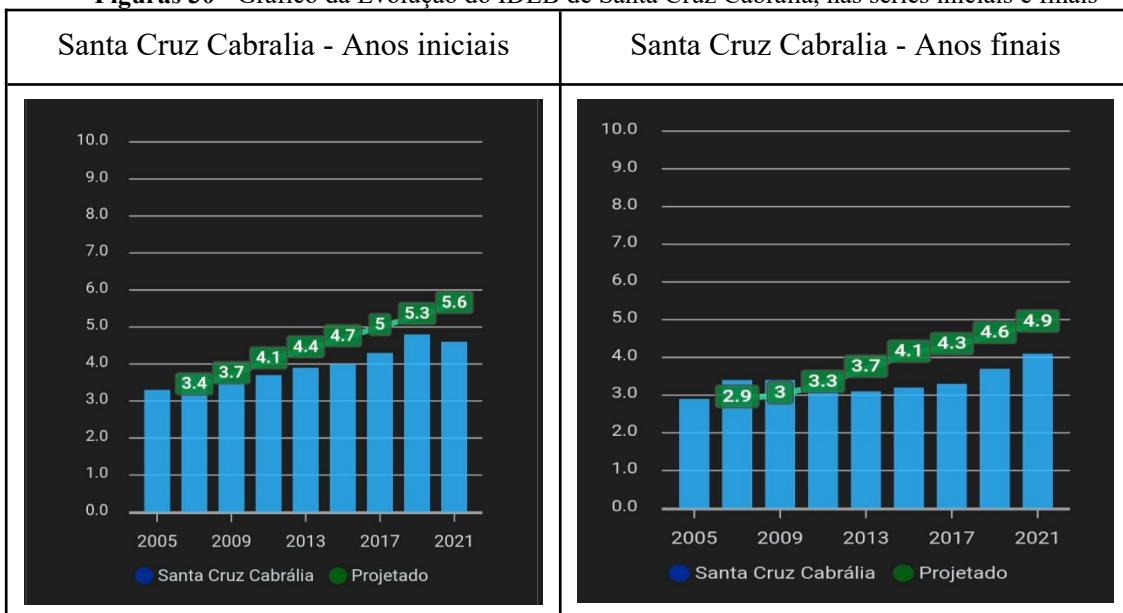
Figura 29 - Gráficos da Evolução do IDEB 2021, do NTE 27, anos finais



Fonte: IDEB 2021. INEP

A Figura 29, apresenta um panorama da educação na região da Costa do descobrimento. O resultado do IDEB, nos municípios do Núcleo Territorial n.º 27 (NT27), apresenta uma evolução significativa, sobretudo no município de Santa Cruz Cabralia. Essas informações permitem orientar possíveis melhorias na qualidade do ensino na região, direcionando estratégias de ensino/aprendizagem e influenciando nas políticas públicas afirmativas e a implementação de medidas que contribuem para o aprimoramento da educação básica na região.

Na Figura 30, observamos que além de fornecerem uma visão ampla do desempenho dos municípios do NT27, apresenta Santa Cruz Cabralia (Figura 33), como o município que mais se desenvolveu na última década. Entretanto, assim como outros municípios brasileiros, o município baiano enfrenta muitos desafios e perspectivas no cenário educacional.

Figuras 30 - Gráfico da Evolução do IDEB de Santa Cruz Cabrália, nas séries iniciais e finais

Fonte: IDEB 2021.

A secretaria municipal de educação da cidade, desenvolve estratégias e monitoramentos contínuos, essenciais para o bom desenvolvimento da educação no município. No entanto, as dificuldades socioeconômicas e o impacto da pandemia é um dos grandes desafios enfrentados pela educação no município.

O município de Santa Cruz Cabrália implementou iniciativas para amenizar os impactos do atual cenário, como reforço escolar, atendimentos especializados, programa de formação continuada para os professores, entre outras ações que visam a melhoria da qualidade do ensino e a redução da evasão escolar que reflete na evolução do IDEB do município. No entanto, vale lembrar que os monitoramentos e avaliações são baseados pelo currículo embranquecido e eurocêntrico.

Muitos educadores encontram obstáculos para acompanhar o ritmo do educando e enfrentam dificuldades em aceitar as especificidades da realidade de cada um deles. Essa problemática interfere no contentamento do educando, na satisfação de estar e permanecer na escolar, essa relação é o reflexo da evasão escolar.

A escola atual, geralmente, não é representativa para muitos educandos. Embora os recursos físicos e tecnológicos sejam limitados, ínfimos e obsoletos, o espaço escolar, sobretudo a escola pública, na maioria das vezes, também não supre as necessidades metodológicas e pedagógicas para atender as necessidades de enfrentamento, que propõe a educação contemporânea. Para muitos alunos a escola não condiz com a sua realidade, por isso, se torna um espaço pouco atrativo, pois, não representa as expectativas do educando, explicando os resultados negativos e a evasão escolar.

Vivemos na era digital, onde a tecnologia é a protagonista no cenário social, porém muitas escolas ainda se equilibram no mundo analógico, onde os velhos hábitos e costumes protagonizam o panorama educacional. Em outras palavras, fora dos muros da escola, o mundo é globalizado, é dinâmico, atraente e divertido, no espaço escolar o mundo é monótono, repetitivo e pouco atrativo.

A despeito disso, é possível observar que a maioria das escolas brasileiras, sobretudo as escolas públicas do município de Santa Cruz Cabrália, estão fora do padrão tecnológico, estrutural e humano, necessário para o bom desenvolvimento de uma educação de qualidade, democrática e prazerosa.

Os estudantes, assim como os educadores, precisam acreditar que suas experiências contribuem de forma direta para seu aprendizado, funcionando como uma troca – professor aprendendo com o aluno e o aluno aprendendo com o professor. “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou sua construção” (FREIRE, 2017, p. 47), substituindo a dinâmica da aula tradicional pela do círculo de cultura, e refletindo sobre as necessidades do aluno. Essa condição de troca facilita o diálogo e rompe a ideia de que o educador é detentor de um conhecimento universal (Moitinho, 2021, p.51).

Na atualidade, a escola se depara cada dia mais, com educandos informatizados e tecnológicos. Logo, o educador não é mais o centro das atenções, ele não é o detentor de todos os saberes. Hoje, o educador desempenha o papel de facilitador, uma figura capaz de provocar o cognitivo do educando e incentivar iniciativas significativas, de maneira que ele se sinta preparado para reconhecer e valorizar o conhecimento individual e coletivo.

A educação, sobretudo a educação pública, se depara diariamente com um cenário que desafia a contemporaneidade, especialmente quando o assunto é a inclusão das novas tecnologias e a exploração das ferramentas tecnológicas no ambiente escolar. As dificuldades estruturais e orçamentárias encontradas no cenário educacional público, limitam o investimento em tecnologias inovadoras.

Entre tantos recursos pedagógicos, metodológicos e tecnológicos eficazes para a evolução do processo ensino/aprendizagem, o jogo é uma das opções que pode trazer resultados surpreendentes.

CAPÍTULO IV

4 O jogo como ferramenta pedagógica antirracista.

No atual cenário educacional brasileiro, o desafio dos educadores comprometidos com uma educação transformadora é mudar a realidade a qual ela está inserida. Embora a escola coexista com esse novo contexto digital, cujas múltiplas formas de ensinar e aprender surpreendem, constantemente, com avanços tecnológicos inovadores, o educador, ainda, tende a reproduzir o legado de suas experiências educacionais, com metodologias e práticas pedagógicas advindos de um ensino obsoleto e pouco atrativo, o que explica o desinteresse da maioria dos educandos.

Ponderando esse dilema educacional, entre muitos obstáculos a serem enfrentados, como já mencionamos, existe uma defasagem histórica no processo de ensino-aprendizagem e mudar essa realidade é um desafio, visto que, o aprendizado não diz respeito apenas às habilidades cognitivas e competências essenciais para formação do educando, mas também, a motivação exercida sobre ele. Segundo o doutor em engenharia e gestão do conhecimento, Raul Inácio Busarello, o jogo é:

Um sistema utilizado para a resolução de problemas através da elevação e manutenção dos níveis de engajamento por meio de estímulos à motivação intrínseca do indivíduo. Utiliza cenários lúdicos para simulação e exploração de fenômenos com objetivos extrínsecos, apoiados em elementos utilizados e criados em jogos (Busarello, 2016, p. 18).

Assim sendo, o jogo além de proporcionar prazer no aprender, auxilia o educador no reconhecimento das suas próprias limitações. Além de ser uma ferramenta pedagógica interessante, facilitador do diálogo e da interação, pode contribuir com o amadurecimento dos diferentes saberes e aproximar o educador do educando. No entanto, para que esse recurso seja bem utilizado em sala de aula, e alcance o objetivo esperado pelo educador, é fundamental uma apreciação objetiva e transparente.

Vivemos na era da tecnologia, nos quais, smartphones, computadores, tablets, notebook, entre outros equipamentos eletrônicos, fazem parte da vida da maioria dos educandos, entretanto, muitas escolas, sobretudo as escolas públicas, andam na contramão dessa realidade, referenciando experiências educacionais mecânicas, pautadas nas engrenagens de um sistema ultrapassado, centrado no conhecimento hegemônico e no silenciamento dos saberes, onde o educador é o centro das atenções.

Logo, aprender brincando, diz respeito à utilização dos recursos e práticas presentes nos jogos, para motivar, estimular e ensinar de forma lúdica. No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece habilidades e competências a serem desenvolvidas ao longo do ensino básico. Quando, de forma consciente e alinhada à BNCC, o educador utiliza os jogos na rotina pedagógica, proporciona ao educando uma experiência de aprendizado envolvente, capaz de desenvolver as habilidades, a convivência, brincar, participar, explora, expressar e conhecer-se, assim como abordar várias competências traçadas pela BNCC.

Nesse contexto, o jogo transita o imaginário e o cognitivo do educando e nas ações responsáveis e significativas do educador, quando propõe democraticamente, produção científica dos fenômenos culturais e sociais, com imparcialidade e respeito, estimulando e requerendo o exercício à cidadania, como os direitos voltados a todos, referendando a escola que queremos, e contribuindo com a construção uma educação democrática e libertadora.

No entanto, existem vantagens e desvantagens na utilização do jogo como ferramenta pedagógica que devem ser consideradas e ponderadas no contexto educacional. Entre as vantagens, destacamos a potencialidade de engajamento do educando, uma vez que, o jogo é naturalmente atraente e ativo, consequentemente é capaz de potencializar o aprendizado, oportunizando ao educando a possibilidade da aplicabilidade do conhecimento de maneira interativa e prática, desenvolvendo habilidades cognitivas, sociais e emocionais. Além disso, o jogo pode ser adequado para auxiliar às necessidades individuais do educando, sua inclusão proporciona uma experiência de aprendizado equânime e democrática.

No entanto, vale considerar algumas desvantagens, como, por exemplo, o tempo e o custo de elaboração do jogo, bem como a dificuldade de controle e as atribulações geradas durante as atividades de jogo, que podem gerar distração ou desconcentração. Além disso, algumas concepções educacionais podem não ser abordadas por meio de jogos, podendo limitar sua utilidade em determinados contextos curriculares.

Embora os jogos possam oferecer uma variedade de benefícios no processo de ensino e aprendizagem, é importante considerar cuidadosamente suas limitações e desafios, é fundamental avaliar, cuidadosamente, os prós e os contras para garantir uma integração bem sucedida e equilibrada no ambiente educacional.

O jogo, como um entretenimento milenar, possui um potencial significativo para contribuir com a compreensão e conscientização dos educandos sobre a cultura afrodiáspórica, além de promover o respeito e a empatia em relação à realidade desses educandos. Ao incorporar elementos da cultura afrodiáspórica em jogos educativos, é possível

proporcionar aos alunos uma experiência imersiva e enriquecedora, que os aproxima das tradições, histórias e valores desse contexto cultural.

Além disso, a ludicidade inerente aos jogos estimula a concentração e o desenvolvimento da linguagem e do pensamento, oferecendo um ambiente propício para a aprendizagem ativa e participativa. Dessa forma, os jogos se tornam ferramentas poderosas para promover uma educação mais inclusiva, diversificada e engajadora, que valoriza e celebra a riqueza da diversidade cultural.

Utilizar o jogo como ferramenta pedagógica, no processo de aprendizagem significativa, além de modificar comportamentos e estabelecer compromisso, aproxima o educador do educando, proporciona equilíbrio psicoemocional, que favorece o aprendizado. Para o pensador e psicólogo, Lev Semionovitch Vygotsky (2007):

A aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo podem ser compreendidos como a transformação de processos básicos, biologicamente determinados, em processos psicológicos mais complexos. Essa transformação ocorre de acordo com a interação com o meio social e do uso de ferramentas e símbolos culturalmente determinados (Vygotsky, 2007, p. 17).

À medida que o educando aprende e se relaciona com o ambiente, acontece a conexão entre aprendizado e desenvolvimento cognitivo, uma transformação significativa no processo cognitivo. A princípio essa transformação é biologicamente determinada, no entanto, ao longo do tempo, as experiências e interações entre o educando e o meio, passam por um desenvolvimento cognitivo que vai além das capacidades inatas. Daí a relevância de uma abordagem holística e aprendizado contínuo, que respeite a realidade do educando e o ambiente a qual ele está inserido.

Na concepção de Vygotsky os jogos auxiliam no processo de aprendizagem e proporciona prazer e equilíbrio emocional no educando. A ludicidade, a musicalidade e o pensamento interdisciplinar, são instrumentos que podem aliar os conceitos e teorias às práxis pedagógicas. Nesse sentido, o entretenimento desenvolve conteúdos de forma descontraída e alegre, bem como, conduz o educador ao despertar para o reconhecimento e valorização da realidade do educando, conduzindo o educando ao prazer em aprender e o educador à alegria em ensinar (Snyders, 1988).

À vista disso, nossa intervenção pedagógica, visa amenizar os impactos causados pela disparidade de realidades entre o educador, o educando e a escola. Como produto final da nossa dissertação de mestrado, trazemos o jogo, *Kiuá game: Raízes ancestrais africana*, como recurso pedagógico de ação significativa antirracista, uma brincadeira, capaz de aliar diversão

e aprendizado. O jogo, diz respeito, as possíveis contribuições da religiosidade africana, na construção de uma educação antirracista.

Enfatizamos que essas ações pedagógicas não devem ser pontuadas e/ou limitadas há datas comemorativas, essas ações e posturas devem fazer parte da rotina e do cotidiano pedagógico do educador e do educando. Nesse sentido, o jogo traz uma proposta, capaz de mudar a rotina pedagógica, auxiliando o educador, principalmente nos obstáculos encontrados para desenvolver assuntos considerados tabus pela sociedade brasileira.

Portanto, o jogo *Kiuá game: raízes da ancestralidade africana*, vem para contribuir com a descolonização dos conteúdos e dos saberes, considerando que existem outras culturas, diferentes práticas e metodologias e auxiliando o educador na ressignificação dos conteúdos programáticos. Conforme o professor Tiago Gomes (2008, p. 134) “o jogo não só preenche as necessidades de entretenimento das crianças, mas também contribui para o desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e cultural”. Diz respeito a conhecimento científico, que devem interferir no contexto educacional, a fim de, construir conteúdos significativos e desconstruir os pilares que sustentam o racismo.

Logo, além de ser uma ferramenta pedagógica, o jogo pode auxiliar na formação continuada do educador, possibilitando o letramento racial, que leva o educador a repensar a escola numa perspectiva libertadora e pluridisciplinar, assim como, uma ferramenta capaz de desestabilizar da colonialidade imposta no currículo escolar brasileiro. Dessa forma, compartilhar práticas e saberes, desconstruir metodologias e práticas pedagógicas, a fim de, ressignificar conteúdos, desenvolver novas estratégias, criar conteúdo significativo e, dialogar sobre as diferentes perspectivas educacionais e as diversas formas de conhecimento.

Utilizar o jogo, como ferramenta pedagógica, aproveitando seus elementos no contexto educacional, oportuniza um aprendizado descontraído e desenvolve de maneira prazerosa, habilidades como, solução de problemas, construção de estratégias, parceria, planejamento, potencialização do aprendizado, entre outros elementos que podem contribuir na aplicabilidade da lei 10.634/2003.

O jogo pode amenizar polêmicas, desconstruídos equívocos e valorizar a diversidade étnico-racial e cultural, sobretudo, desmistificar as religiões afro-brasileiras, entre outras potencializações, que visam o enriquecimento dos diferentes contextos. Para o advogado e professor de História João Batista da Silva (2019), usar o jogo como estratégia de ensino é uma metodologia ativa de regras claras, que desafia o educando ao aprendizado dinâmico.

Para cumprir cada missão os alunos deverão desenvolver algumas estratégias como: a) explorar o problema (desafio); b) levantar hipóteses; c) tentar

solucionar o problema a partir de seus conhecimentos prévios; d) identificar o que ele não sabe e o que é preciso conhecer para solucionar o problema; e) determinar as tarefas individuais e delegar responsabilidades para o estudo autônomo da equipe; f) compartilhar o novo conhecimento; f) aplicar o conhecimento para solucionar o problema; e g) avaliar a solução do problema e a eficácia do processo utilizado (Silva, 2019, p.41).

No contexto educacional, utilizar o jogo como ferramenta de aprendizado específico e estratégia metodológica afirmativa, no processo de desenvolvimento intelectual e cognitivo, visibiliza o aprendizado e desperta no educando, o respeito às diferenças e as múltiplas culturas, visto que, os jogos e as brincadeiras são universais, fazem parte do cotidiano do educando. Por consequência, desenvolve um aprendizado capaz de levar o educando a reflexão e a percepção às diferentes manifestações de racismo e discriminação existente na sociedade brasileira.

Aproveitar dos benefícios que os jogos oferecem, além de desenvolver um a caminho para o combate ao racismo e a todos os tipos de discriminação, desperta o respeito às diferenças. Para isso, a escola precisa exercitar a empatia, com responsabilidade e compromisso social, respeitando as particularidades de cada educando, sobretudo o educando de terreiro. Aliar a brincadeira a esse processo de aceitação e valorização ancestral, desenvolve diversas habilidades, assim como, socializa, humaniza, constrói valores e desmistifica informações silenciadas e demonizadas pela burguesia, ao longo dos séculos.

À vista disso, o jogo, como ferramenta pedagógica, deve ser bem elaborado, cuidadosamente planejado, para atingir o objetivo esperado. Assim, desenvolver com o educando, não apenas o aprendizado cinestésico, mas também, as funções mentais e intelectuais como, percepção, atenção, memória, pensamento, a cognição social, a linguagem, as habilidades visual-espaciais, entre outras atribuições.

Consequentemente, o jogo oferece diversão, aprendizado lúdico, emancipatório e democrático, fundamentado no respeito às especificidades e particularidades que representa a individualidade de cada educando. Utilizar os jogos, no processo de ensino-aprendizagem é uma opção inteligente, uma alternativa rica, participativa e autônoma, capaz de desenvolver as múltiplas competências do educando, já que exige do jogador comprometimento, incentivo e engajamento, elementos que potencializam o processo de desenvolvimento individual e coletivo. Segundo a professora Anne Almeida:

A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos (Almeida, 2009).

Sabemos que a sala de aula é um espaço complexo. No entanto, para cumprir seu papel social, e tornar um local de debates democráticos e construção de conhecimento epistêmico, é necessário mudança. Substituir antigas metodologias e práxis pedagógicas, pode ser visto como um ato de transgressão, daí a necessidade de ousadia para ressignificar e assim, melhor ensinar. Jogando o educando experimenta novas possibilidades, inventa estratégias e desenvolve habilidades, por meio de um processo que relaciona brincar, descobrir e aprender.

Logo, é na ousadia de brincar que desponta a criatividade, a sensibilidade e a afetividade, e é nessas emoções que o educador encontra equilíbrio para desenvolver a sua subjetividade e a subjetividade do educando.

Avaliar as diferentes possibilidades educativas que os jogos têm a oferecer, leva o educador a alcançar os objetivos almejados, pois, os jogos, como recurso pedagógicos, se bem elaborados, é facilitador pedagógico-metodológico, fonte inesgotável de conhecimento, interação e planejamento. Sendo assim, fica evidente que a brincadeira, em suas várias perspectivas, exerce aplicabilidade impulsionadora no processo de evolução do ensino e do aprendizado.

É na brincadeira que a criança se comporta além do comportamento habitual de sua idade, além de seu comportamento diário. A criança vivência uma experiência no brinquedo como se ela fosse maior do que é na realidade... o brinquedo fornece estrutura básica para mudanças das necessidades e da consciência da criança (Vygotsky, 2007, p. 124).

Na brincadeira, o educando extrapola seu comportamento habitual, vivenciando uma experiência onde sua imaginação e criatividade são ampliadas, explorando um mundo além de sua realidade imediata, experimentando papéis e situações diferentes do cotidiano. Essa vivência lúdica proporciona não apenas diversão, mas também um espaço seguro para expressar emoções, enfrentar desafios. O jogo fornece uma estrutura básica que permite explorar e compreender as mudanças em suas próprias necessidades. Assim, a brincadeira oferece oportunidade de autoconhecimento e a construção de significado do mundo ao seu redor.

Portanto, optamos em utilizar o jogo, como instrumento pedagógico antirracista, na composição conceitual e lúdica do produto final da nossa pesquisa. O jogo denominado, *Kiuá game: Raízes da ancestralidade africana*, ensina brincando, e coloca o educando como agente no processo de ensino-aprendizagem. Brincando, o educando se reconhece e conhece as características e força de alguns dos orixás, um conhecimento ancestral da nação nagô, ou iorubá, uma das riquezas culturais africanas que pode e deve ser trabalhada em sala de aula.



4.1 KIUÁ GAME: RAÍZES DA ANCESTRALIDADE AFRICANA

MARIDEISE SILVA PRESENDE

Porto Seguro - Ba
Janeiro – 2024

Programa de Pós-Graduação em Ensino
e Relações Étnico-Raciais - **PPGER**



Marideise Silva Presende

KIUÁ GAME: RAÍZES DA ANCESTRALIDADE AFRICANA

Produto de Mestrado Profissional apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER), da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

Orientador: Prof. Dr. Francisco de Assis Nascimento

Santa Cruz Cabrália-BA
Janeiro - 2024



4.2. CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezados educadores,

É com grande entusiasmo que apresento a vocês, o jogo educativo, Kiuá: Raízes da africanidade (<https://kiuagame.com.br/dev/v05/>). Este jogo é parte interveniente da minha pesquisa de mestrado em Ensino e Relações Étnico-Raciais, da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), resultado de muitas leituras e diálogos sobre as possíveis contribuições da religiosidade africana na construção de uma educação antirracista no Município de Santa cruz Cabralia - Bahia.

O jogo proporciona um momento de recreação e dialogicidade para melhor compreensão da temática proposta. Como produto da nossa dissertação de mestrado, os orixás, aqui apresentados, são representados pela ludicidade do jogo, uma ferramenta que auxilia no processo de ensino-aprendizagem, estimulando o pensamento e a interação. Para a pedagoga e doutora em antropologia, Adriana Friedmann (1996) no imaginário, a criança desconstrói a impossibilidade da realidade, logo brincar é a imaginação em ação.

É necessário dar atenção especial ao jogo, pois, as crianças têm o prazer de realizar tarefas através da ludicidade e, quando isto acontece, vivencia o mundo imaginário e assim se afasta da sua vida habitual (Friedman, 1996, p. 56).

Nossa proposta de intervenção se justifica como proposta de intervenção por contribuir com a ruptura da colonialidade atravessada no espaço educacional, da gestão, aos conteúdos programáticos. Além do jogo auxiliar na aplicabilidade da lei 10.639/2003, problematizando, de forma lúdica, alguns orixás, por meio das narrativas e características que

representam a natureza no panteão africano e sinalizam a pluralidade de alguns orixás, visto que, a pluralidade caracteriza todas essas construções.

O jogo visa desconstruir (pré)conceitos, expandir vozes, apresentar narrativas do contexto religioso afro-brasileiro, informar, para ressignificar e dialogar, sobre o intercâmbio cultural que fizerem do Brasil um país plural, de forma divertida e prazerosa.

Optamos pela gamificação, por ser uma ferramenta tecnológica-pedagógica capaz de abrir diversos caminhos para o processo de ensino/aprendizagem, pois, além de ser passível às adaptações de conteúdo específico e metodológicos, não parte de práticas pedagógicas conteudistas, possibilitando, assim, a organização de uma atmosfera educacional cativante, que chama a atenção da atual geração.

De modo geral, o desenvolvimento do estudo das relações étnico-raciais, na maioria dos espaços educacionais, é fragmentado, estereotipado, folclorizado e limitado, esse olhar superficial, geralmente, equivocado e preconceituoso, sobre da religiosidade africana, reduz o assunto e, direciona o educando a parcialidade do conhecimento epistêmico. Dessa maneira, o contexto da gamificação, além de proporcionar o aprendizado de um conteúdo complexo e marginalizado, evidencia o patrimônio histórico africano, valorizando e reconhecendo a ancestralidade afro-brasileira, preconizada no jogo *Kiuá game: raízes da ancestralidade africana*.

Diante desse contexto, o jogo vem para perscrutar a história e a cultura africana e afro-brasileira, a fim de conscientizar e informar. Assim, intencionamos que a reflexão sobre o assunto, leve o educador a ressignificação dos conteúdos trabalhados em sala de aula, de forma que, esses conteúdos sejam significativos para todos os educandos.

4.3 GUIA PARA OS EDUCADORES

O livreto denominado *O surgimento do mundo* e o jogo *Kiuá game: raízes da ancestralidade africana*, são obras cuidadosamente elaboradas para auxiliar os educadores no enriquecimento de suas práticas pedagógicas, oferecendo recursos e atividades que abordam de maneira respeitosa e significativa os assuntos relacionados aos orixás, figuras centrais das religiões de matriz africana. As ilustrações foram produzidas pela inteligência artificial, este trabalho propõe uma abordagem inclusiva e culturalmente sensível, visando promover o entendimento e o respeito pela diversidade religiosa e cultural em sala de aula.

Nosso objetivo foi produzir um material didático pedagógico, que por meio da ludicidade auxilia o educador a introduzir o universo dos orixás, explorando suas origens, mitos e significados, que permeiam a tradição iorubá. Através de ilustrações vívidas e narrativas acessíveis, os educadores terão recursos para apresentar essas divindades aos educandos, incentivando a curiosidade e o respeito pela pluralidade de crenças e culturas, promovendo o combate ao preconceito e a discriminação.

Tanto o livreto, quanto o jogo, apresentam diversas abordagens pedagógicas para integrar o estudo dos orixás ao currículo escolar. Desde atividades artísticas e literárias até discussões éticas e filosóficas. Os educadores podem explorar práticas adaptáveis para envolver os educandos de maneira reflexiva e engajada com os temas relacionados aos orixás em todas as disciplinas. Aqui trazemos algumas sugestões de como explorar o livreto e o jogo para desenvolver conteúdos em diversas disciplinas:

- Português: Leitura de mitos e histórias dos orixás para desenvolver habilidades de compreensão de texto e interpretação. Produção de redações ou narrativas inspiradas nos mitos dos orixás para exercitar a escrita criativa.
- Matemática: Explorar as quatro operações, problematizando as informações expostas nas cartas. Estudo das representações matemáticas presentes nos mitos e rituais relacionados aos orixás, como padrões geométricos e numéricos. Resolução de problemas envolvendo conceitos matemáticos utilizando elementos da cultura afro-brasileira.
- Geografia: Exploração das origens geográficas das religiões de matriz africana e sua dispersão pelo mundo. Estudo das influências da cultura afro-brasileira na geografia urbana e na organização social de comunidades.
- História: Investigação sobre a história e a trajetória dos povos africanos e afrodescendentes, explorando seus mitos, tradições e contribuições históricas. Análise

das relações entre escravidão, diáspora africana e formação cultural e religiosa no Brasil.

- Ciências: Estudo dos conhecimentos tradicionais africanos relacionados à medicina, botânica e ecologia. Exploração dos princípios científicos por trás dos rituais e práticas culturais dos povos africanos e afrodescendentes.
- Arte: Criação de obras artísticas inspiradas nos mitos e símbolos dos orixás, utilizando diferentes técnicas e materiais. Exploração da influência da arte africana na produção artística contemporânea. Oficina de perfumes com a essência dos orixás.
- Filosofia: Reflexão sobre os conceitos de religião, espiritualidade e cosmovisão presentes nas tradições dos orixás. Debate sobre a interseção entre filosofia, ética e espiritualidade nas culturas africanas e afro-brasileiras.

Essas são apenas algumas sugestões que podem ser utilizadas para enriquecer os conteúdos em diversas disciplinas, promovendo uma educação mais integrada e culturalmente sensível.

Todo esse trabalho se concentra em estratégias para promover o respeito mútuo e a empatia entre os educandos, incentivando a valorização das diferentes crenças e tradições. Através de atividades interativas, num projeto colaborativo, onde os educadores poderão criar um ambiente inclusivo e acolhedor para celebrar a diversidade. Com suas imagens produzidas pela inteligência artificial e abordagens pedagógicas inovadoras, esta obra visa desenvolver uma educação mais inclusiva, sensível e empática, preparando o educando para serem cidadãos do mundo, conscientes e respeitosos da diversidade que nos cerca.

Visão geral

O jogo, *Kiuá: Raízes da ancestralidade africana*, promove o aprendizado de forma lúdica e divertida. É uma atividade voluntária e interativa, que conduz o educando a trilhar pelo caminho do imaginário, onde realidade e fantasia caminham lado a lado. O livreto *O surgimento do mundo* é um convite para transformar a sala de aula em um espaço de diálogo intercultural e respeito mútuo.

Objetivos

1. Reconhecer e valorizar os elementos da cultura africana como religiosidade e crença.
2. Apresentar caminhos que fundamentam o pluralismo epistêmico.
3. Amenizar os impactos causados, na educação, pelas ações e práticas preconceituosas que envolvem o cotidiano escolar.

Justificativa

A ludicidade e o imaginário que o jogo proporciona, oportuniza o desenvolvimento dos diferentes saberes, auxiliando o educador, por meio de um processo colaborativo e interativo, a efetiva aplicabilidade das leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

Metodologia

A programação visual tanto do livreto, quanto das peças e do jogo de tabuleiro, considerou a estética visual e a usabilidade, oportunizando uma experiência de aprendizado memorável e dinâmica, por meio da diversão, do engajamento e da acessibilidade. Inicialmente, os jogadores devem ler o livreto com atenção, e se familiarizar com as regras básicas do jogo. O jogo está disponível na versão on-line e para impressão.

- Link: <https://kiuagame.com.br/dev/v05/>
- Livreto para impressão: apêndice I
- Jogo para impressão: apêndice II

Competências gerais

1. Conhecimento
2. Pensamento científico, crítico e criativo
3. Repertório cultural
5. Cultura digital
8. Autoconhecimento e autocuidado
9. Empatia e cooperação
10. Responsabilidade e cidadania

Regras

- Esse jogo é baseado nos elementos básicos para a existência humana: água, fogo, terra, ar.
- Os elementos são palavras-chave para a conquista da grande batalha.
- No livreto, o planeta Terra está passando por grandes dificuldades e precisa de ajuda.

Vamos aprender a jogar?

- Para começar a diversão, cada jogador recebe quatro cartas. Em cada carta o jogador encontra informações sobre o orixá e a pontuação de cada elemento: terra, fogo, água e ar.
- Em seguida, os jogadores devem ler o livreto para se apropriar da história.
- Depois é necessário sortear um elemento para seguir com o jogo. No jogo on-line essa tarefa é automática.
- Cada jogador é responsável por fazer a somatória dos elementos sorteados, com os elementos que as quatro cartas contêm.

- No final, vence o jogador que tiver mais pontuação de elementos.

Observe o tabuleiro do jogo:

Figura 32 - Tabuleiro do jogo Kiuá: Raízes da ancestralidade



Fonte: <https://kiuagame.com.br/dev/v05/>

- Nessa jogada, o elemento sorteado foi o elemento terra, no centro do tabuleiro. As quatro cartas que o jogador recebeu contém pontos para o elemento sorteado.



Exemplo:

Xangô Kambaranguanji	Logun edé Terecompenso	Oxalá Lembarenganga	Iemanjá Kaiatumbá		
ÁGUA 5 FOGO 10	TERRA 8 AR 9	ÁGUA 10 FOGO 6	TERRA 10 AR 6		
Fechar	Mais	Fechar	Mais		
9	+	7	+	8	+
9					
Total: 34					

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conexão histórico-cultural Brasil-África está imbricada na identidade brasileira, no entanto, pouco aprendemos e pouco ensinamos sobre os assuntos relacionados ao continente africano.

A inclusão dos saberes africanos no contexto educacional pode promover a transformação social. Além disso, prepara o educando para participação ativa em um mundo globalizado, onde a compreensão intercultural é uma habilidade essencial.

As raízes ancestrais africanas e indígenas fazem do Brasil um país plural. O senso comum que envolve a sabedoria popular, o encantamento das rezadeiras, o poder de cura das ervas medicinais, entre outros fatores que estão presentes não apenas no cotidiano do povo brasileiro, mas também no lirismo de várias composições de Carlinhos Brown, Maria Betânia, Dorival Caymmi, Mateus Aleluia, entre outros poetas brasileiros, que exaltam a religiosidade afro-brasileira.

A diversidade cultural difundida na sociedade brasileira extrapola a analogia do colonizador, que nos foi impressa ao longo dos tempos, aqui pontuamos, em especial, as religiões afro-brasileiras e suas divindades como uma ferramenta didático-pedagógico riquíssima, porém pouco utilizado no chão da escola. A conexão das narrativas entre o Brasil e o continente africano é intensa e complexa. Portanto, a influência africana presente no histórico-cultural afro-brasileiro fundamenta a identidade desta nação, desde a culinária, da musicalidade, até as expressões religiosas.

Entretanto, existe uma lacuna profunda, um descompasso na educação formal em relação ao ensino e aprendizado dos saberes africanos, que reflete a urgência de uma abordagem educacional abrangente, mais inclusiva e democrática, capaz de ampliar a visão limitada da história e cultura africana, como ferramenta fundamental para a transformação social.

Nesse sentido, enfatizamos que a educação antirracista desconstrói estruturas discriminatórias e promove a equidade de oportunidades. Nossa pesquisa oferece uma oportunidade de reflexão e de mudança da engrenagem do sistema educacional, promovendo uma reflexão crítica sobre a importância do reconhecimento da realidade de todos os educandos e a valorização de todos os saberes, como instrumento de combate ao racismo, ao preconceito e a discriminação.

Quando falamos em educação antirracista, discorremos sobre o poder do diálogo, a urgência de responsabilidade social e a necessidade de amor ao próximo, como caminhos que

despontam um campo essencial na construção de uma sociedade equânime. Discutir a história e cultura de África e dos povos indígenas, no cotidiano da sala de aula, possibilita um repensar sobre o contexto cujo educando está inserido. Essa reflexão pode oportunizar ao educando um aprendizado significativo e prazeroso. Aprendizado significativo, diz respeito a realidade do educando, a relevância do conhecimento na totalidade, visto que, o educador atribui sentido de respeito e empatia ao conhecimento prévio do educando.

Em outras palavras, o aprendizado significativo tem em vista conectar o conteúdo programático à realidade cujo educando está inserido, assim como, o modo dele ver e interpretar o mundo. Ao ressignificar os conteúdos hegemônicos, para conteúdos significativos e concretos, o educador remete o educando a uma compreensão significativa do mundo. Nossa estudo potencializa o ato de refletir, como consciência social que transforma atitudes, promovendo ações e práticas pedagógicas capazes de dialogar com o universo do educando.

Dentro dessa perspectiva antirracistas, os jogos, a musicalidade, as danças, os tambores, assumem um papel importante no contexto educacional e fazem parte de um conjunto lúdico pedagógico que facilita a efetiva aplicabilidade das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, no cotidiano escolar. Portanto, esse conjunto lúdico deve ser utilizado como instrumento facilitador do ensino-aprendizagem para desenvolver assuntos ainda considerados tabus na sociedade brasileira. Esse conjunto pedagógico de elementos lúdicos, além de desconstruir comportamento preconceituoso, dissipam amarras dos estereótipos preconcebidos, apresentando a religiosidade africana como realidade de muitos educandos e educadores.

Propomos a integração entre teoria e prática, com uma metodologia que contribui divertidamente para o avanço das discussões sobre a história e cultura africana, por meio de uma metodologia de ensino que proporciona prazer no aprender. O jogo de tabuleiro, *Kiuá game: raízes da ancestralidade*, é uma brincadeira educativa que promove o aprendizado sobre as tradições da cultura africana iorubá.

Sendo assim, além do educador, oferecer relevância às experiências vivenciadas, relevantes e significativas para o educando, o educador oportuniza ao educando, conceitos de situações reais, transformando a escola num espaço para todos, num ambiente atrativo, alegre e democrático, esquivando-se da apropriação e da distorção dos saberes, exercitando a empatia, o respeito e a valorização das raízes ancestrais africanas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Anne. **Ludicidade como instrumento pedagógico**. Itinerarius Reflectionis, 2009.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaia, 2021.

ALMEIDA, Daniele Santos. **Educação das relações étnico-raciais e efeitos coloniais na terra-mãe: uma análise do PME santa-cruzense**. Dissertação de Mestrado PPGER/UFSB. Porto Seguro, 2023. 114 f.

ARROYO, M.G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por dentro**. Ijuí: Editora Ijuí, 2018.

BORGES, Cristina. **Colonialidade do ser e sustentação do racismo**: entendimento à luz de Nelson Maldonado-Torres. 2018. Acesso: 28 dez. 2022. Disponível em:
<https://docplayer.com.br/122807115-Colonialidade-do-ser-e-sustentacao-do-racismo-entendimento-a-luz-de-nelson-maldonado-torres.html>.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação. 2018. Disponível:http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso: 15 mai 2023.

BRASIL. Câmara Legislativa do Distrito Federal. **Brasil 500**. DF Letras: Revista Cultural de Brasília. Ano V. n.º 59/62. 1999. Acesso: 12 ago 2022. Disponível em:
<https://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/bitstream/123456789/608/1/Carta%20de%20Pero%20Vasco.pdf>

BRASIL. **Censo Demográfico. IBGE**. Brasília, 2010. Acesso: 22 dez. 2022. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?ed>

BRASIL. Censo Demográfico. **IBGE. 500 anos**. Brasília, 2000. Acessado: 22 dez. 2022. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/>

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Parecer CNE/CP 3/2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988**. Acesso: 10 abr.2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Caderno de Educação em Direitos Humanos. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais. Brasília: Coordenação-Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Acesso: 15 mai 2023.
Disponível:http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pesquisa nacional de Saúde Escolar** - PnSE. 2015. Acessado: 13 de ago. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html>

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9394/96.** Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso: 06 fev. de 2022.

BRASIL. **Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei n.º 11.645, de 10 março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura - MEC, 2006. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoeducacao.pdf>. Acesso: 12 marc. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação e a Secretaria de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial /SEPPIR.** Disponível:<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/202-264937351/13407-plano-ajudara-instituicoes-a-cumprir-determinacoes-legais>. Acesso: 25 mar 2023.

BRASIL. **Núcleo Territorial de Educação.** Acesso: 20 de abr. 2023. Disponível em: http://nte27.educacao.ba.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/territorio_27.png

BRASIL. Organização das Nações Unidas (ONU). Transformando Nossa Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso 15 mai 2023.

BRITTO, Clóvis Carvalho. O silêncio dos atabaques? Arte pública de matriz africana e memória topográfica em perspectiva. **Revista Mosaico-Revista de História**, v. 9, n. 2, p. 201-208, 2016.

BURBULES, Nicholas C. Uma gramática da diferença: algumas formas de repensar a diferença e a diversidade como tópicos educacionais. **Curriculum na contemporaneidade: incertezas e desafios**. São Paulo: Cortez, 2003.

BUSARELLO, Raul Inácio. **Gamification: princípios e estratégias**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2016.

BUSARELLO, Raul Inácio; “Gamificação como estratégia na construção de objeto de aprendizagem em história em quadrinhos”, p. 199 –209. In: **Design para acessibilidade e inclusão**. São Paulo: Blucher, 2018.

CAPUTO, Stela Guedes. **Educação nos Terreiros: e como a escola se relaciona com crianças de candomblé.** 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas.** Revista USP, n. 119, p. 115-130, 2018.

CARVALHO, Guilherme Paiva de et al. **As religiões afro-brasileiras na escola.** Revista iberoamericana de educación, 2018.

CASTRO. Lavini. Qual é o lugar do professor branco na prática antirracista? **Revista Nova Escola.** 17/07/2023. Acesso: 20 jul. 2023. Disponível:

<https://novaescola.org.br/conteudo/21720/qual-e-o-lugar-do-professor-branco-na-pratica-antirracista>

CERQUEIRA NETO, S. P. G. de C. **Construção geográfica do extremo sul da Bahia.** In: Revista de Geografia. Pernambuco, 2012.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Por uma concepção do Estado Laico.** In: Embates em torno do Estado laico [livro eletrônico] org.: Claudia Masini d'Avila-Levy, Luiz Antônio Cunha (Orgs.). – São Paulo: SBPC, 2018. 292 p. - Acesso: 01 mai. 2023. Disponível em: <http://portal.sbpnet.org.br/livro/estadolaico.pdf>

DAVIS, Angela, 1944- **Mulheres, raça e classe** ; tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

DELORS, J. **Educação, um tesouro a descobrir.** Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI. 6. ed. Tradução José Carlos Eufrásio. São Paulo: Cortez, 2001.<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590>

ESTEBAN, Maria Teresa. **Avaliar: ato tecido pelas imprecisões do cotidiano.** In: GARCIA, Regina Leite (Org.). Novos olhares sobre a alfabetização. São Paulo: Cortez, 2001. p. 175-192.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** EDUFBA, Salvador, 2008.

FANON. **Condenados da terra;** trad. Lígia Fonseca Ferreira, Regina Salgado. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FERREIRA. **Pedagogia da Circularidade: Ensinagens de Terreiro.** Rio de Janeiro. Telha, 2021.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 10ª edição, Paz e Terra; 1977.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 58 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2014.

FREIRE. **Pedagogia da Esperança:** Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIEDMANN, Adriana. **Brincar: crescer e aprender. O resgate da cultura infantil.** São Paulo: Moderna, 1996.

GOMES, A. M.; ROCHA, R. B. da. **Descobrimento/achamento, encontro/contato e invasão/conquista: a visão dos índios na descoberta da América Portuguesa.** Identidade! 2016. Acesso: 20 abr 2023. Disponível em:
<http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/2742>

GOMES, Nilma Lino. **Educação e diversidade étnico-cultural.** In: Ramos, M. N.; Adão, J. M. Barros, G. M. N. (Coord.). Diversidade na Educação: reflexões e experiências. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica/MEC, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03: breve reflexões.** In: BRANDÃO, Ana Paula (org.). Modos de fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. p. 19-26.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Editora Vozes Limitada, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos.** In: Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico/organizadores Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel. 2, ed.; 3.reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p.223.

GOMES, Tiago SL; CARVALHO, Ana Amélia Amorim. Jogos Como Ferramenta Educativa: de que forma os jogos online podem trazer importantes contribuições para a aprendizagem. **ZON Digital Games 2008**, p. 133-140, 2008.

GONZALEZ, Lélia. A **categoría político-cultural da amefricanidade.** In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n.º 92/93 jan./jun. p. 69-82, 1988b.

GUINDANI, Evandro Ricardo; DE ÁVILA SOARES, Laís; GUINDANI, Yáscura Koga. Religiões afro brasileiras no contexto escolar: uma análise numa escola pública do Rio Grande do Sul. **Pró-Discente**, v. 26, n. 2, 2020.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo, Martins Fontes, 2013.

Instituto Alana. **Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira /** [organização Beatriz Soares Benedito, Suelaine Carneiro, Tânia Portella]. -- São Paulo, SP. Instituto Alana, 2023.

LORDE, Audre. **Pensamento feminista conceitos fundamentais.** Org. Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro. Bazar dom Tempo, 2019.

MACHADO, Vanda. **Pele da cor da noite.** Salvador: EDUFBA, 2013.

MAIA, Carolina Ventura do Rosário. **Racismo religioso e educação: a filosofia como prática decolonial.** 102f. + apêndice: il. color., tabs. ; enc. Dissertação (Mestrado). Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2020.

MIGNOLO, W. **A colonialidade de cabo a rabo:** o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur)

MILANI, Noeli Zanatta. **A escola a favor da diversidade religiosa:** importância dessa abordagem em sala de aula. In: XI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-EDUCERE, PUC-PR, Curitiba-PR. 2013.

MOITINHO. Valtiângeli Rodrigues da Silva. **O ensino de matemática: uma reflexão de aprendizado dentro de uma perspectiva decolonial.** UFSB, 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Algumas considerações sobre a diversidade e a identidade negra no Brasil.** In: RAMOS, M. N. *Diversidade na educação: reflexões e experiências*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Palestra proferida, n. 3º, p. 1-25, 2004.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola.** Brasília: MEC- SECAD, 2005.

MUNANGA, Kabengele; Gomes, N. **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global. 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo.** Cadernos Penesb: Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira, São Paulo, n. 12, p. 169-203, 2010. Disponível em: [temporaneo.pdf](#). Acesso: 13 mai 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Redisputando a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, A. **O Genocídio do Negro Brasileiro:** processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** Editora Perspectiva S.A, 2016.

NASCIMENTO JUNIOR, Francisco de Assis. **Crise de identidade: gênero e ciência nos quadrinhos de super-heróis.** 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa.** Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

NOGUEIRA, Guilherme Dantas, Maria Marcelina Cardozo Teixeira de Azevedo, and Aisha Angele Leandro Diéne. "Tradição afrorreligiosa brasileira sob a releitura de iniciadas/os." *Revista Calundu* 5.2 (2021).

NÓVOA, Antônio. **Os professores e sua formação.** Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1992

PARADISO, Silvio Ruiz; GONÇALEZ, Deyse Natali. O ‘tambor ‘como símbolo metonímico da identidade afro-brasileira, na poesia de Oliveira Silveira. **Revista Cesumar–Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 19, n. 2, 2014.

PATTO, Maria Helena Souza. A família pobre e a escola pública: anotações sobre um desencontro. **Psicologia USP**, v. 3, n. 1-2, p. 107-121, 1992.

PINHEIRO. Bárbara Carine Soares. ROSA, Katemari. **Descolonizando saberes; a lei 10.639/2003 no ensino de ciências.** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2018.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Educação em ciências na escola democrática e as relações étnico-raciais. **Revista brasileira de pesquisa em educação em ciências**, p. 329-344, 2019.

PINHEIRO. Bárbara Carine Soares. ROSA, Katemari. **Descolonizando saberes; a lei 10.639/2003 no ensino de ciências.** v. 2. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2022.

PINHEIRO. Barbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista.** São Paulo: Planeta, 2023.

PORFÍRIO, Francisco. Angela Davis, **Brasil Escola.** Acesso: 25 abr. 2023. Disponível: <https://brasilescola.uol.com.br/filosofia/angela-davis.htm>

PRANDI, Reginaldo. Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização. **Horizontes antropológicos**, v. 4, p. 151-167, 1998.

PRANDI, Reginaldo. **De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião.** Revista USP, n. 46, p. 52-65, 2000.

PRANDI, Reginaldo. **As religiões afro-brasileiras e seus seguidores.** Civitas, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 15-33, jun. 2003.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás.** São Paulo: Companhia das letras, 2020

QUIJANO. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO. **Colonialidade do Poder e classificação social.** In: SANTOS, Boaventura. MENESES. Maria Paula. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

ROMÃO, T.L.C. (2018). **Sincretismo Religioso como Estratégia de Sobrevivência Transnacional e Translacional: Divindades Africanas e Santos Católicos em Tradução.** Trabalhos em Linguística Aplicada, 57(1), 353–381. Acessado em: 28 mar. 2023. Disponível: <https://www.scielo.br/j/tla/a/BYNWpsPRxzMYh4gGGCwH5Vk/#>

RONCOLATO. Murilo, **A tela “A Redenção de Cam” e a tese do branqueamento no Brasil.** EDUSP. Nexo Jornal, 14/06/2018. Acesso 02 jun. 2023. Disponível em: <https://www.edusp.com.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento>

RUFINO. **Pedagogia da Encruzilhada.** Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SANTOS, Richard. **Maioria Minorizada: um dispositivo de racialidade.** Rio de Janeiro. Telha, 2020.

SANTOS, Richard. **Perspectivas Revista de Ciências Sociales.** ISSN 2525-1112. Ano 6 No. 11 Enero - Junio 2021, pp. 162-171. Acesso: 17 fev. 2023.

<https://docs.google.com/document/d/1ljkqt6CD2nXwnTbGQNrb8IvFrtRGLXx6xx-g>

SILVA, João Batista da; SALES, Gilvandenys Leite; CASTRO, Juscileide Braga de. Gamificação como estratégia de aprendizagem ativa no ensino de Física. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 41, 2019.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista; RÉGIS, Kátia; MIRANDA; Shirley Aparecida de. (Org. 's). **Educação das Relações Étnico-raciais: o estado da arte.** Curitiba: NEAB-UFPR/ABPN, 2018.

SIMAS, Luiz Antonio, RUFINO, Luiz. **Fogo no mato: A ciência encantada das macumbas.** Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2018.

SIMAS, L. A. **Pedrinhas miudinhas: ensaios sobre ruas, aldeias e terreiros.** 2º ed. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira.** Vol. 1. Vozes, 1988.

SNYDERS. Georges, **A alegria na escola.** Editora Manole LTDA, 1988.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2007

VERRANGIA, Douglas. Educação científica e diversidade étnico-racial: o ensino e a pesquisa em foco. **Revista Interacções**, v. 10, n. 31, 2014.

VERGER, Pierre Fatumbi. **Orixás.** Salvador: Corrupio, 1981.

APÊNDICE I

LIVRETO

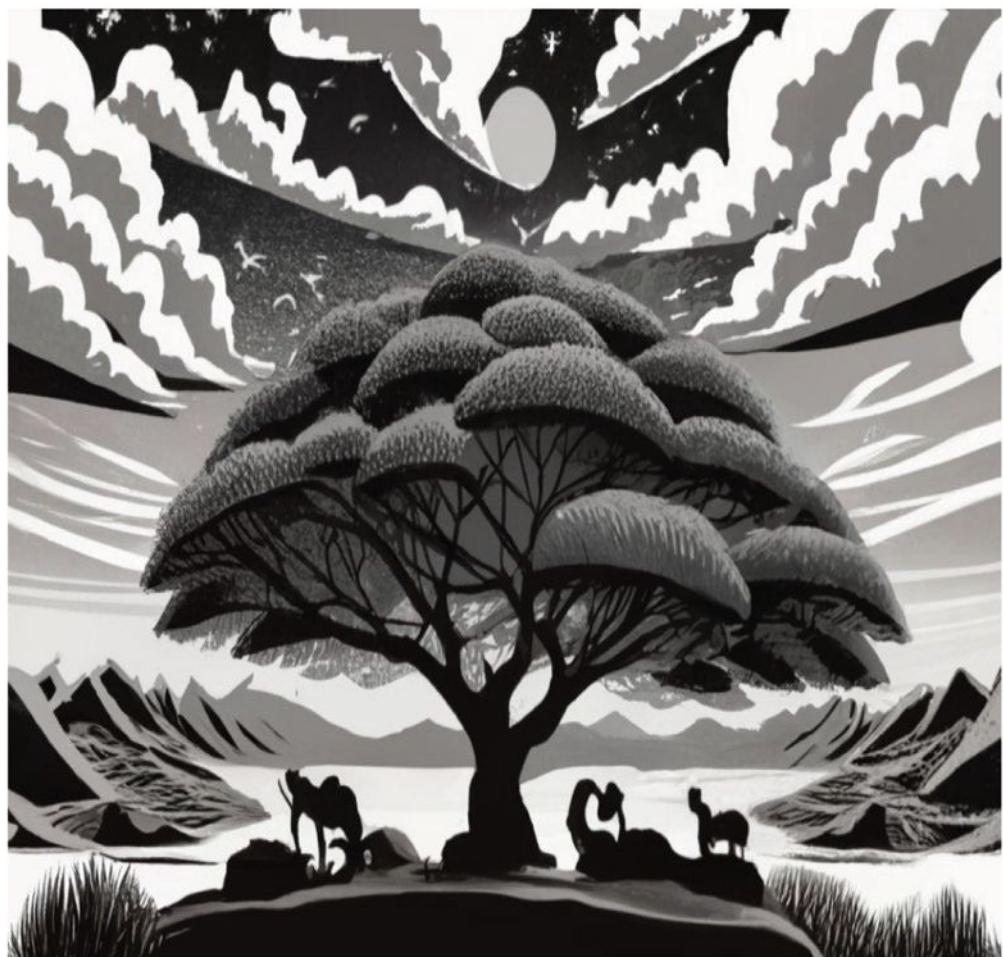
O Surgimento do mundo

Segundo a cosmologia iorubá, o mundo começou no *ilé-ifé*, um lugar sagrado, a primeira cidade iorubá, considerada o berço da Terra. A origem do universo e sua organização, segundo a tradição iorubá, foi orquestrado por uma divindade suprema chamado Olorum, conhecido também como Olodumará ou Olofin.



Olorum criou os orixás, é o princípio de tudo e de todos. Olorum está associado a ideia de ordem e harmonia no universo.

No princípio, Olorum convocou todos os orixás para ajudá-lo, tanto na gênese, quanto na formação da humanidade.



Os Orixás desempenharam um papel importante e específico na constituição do universo. Eles representam o poder da natureza, é força pura, é energia primordial.

Oxalá, o orixá da vida, da paz e da harmonia, é considerado o pai de todos os orixás. Oxalá, criou a Terra e o mar, originou o mundo onde reina os homens e os orixás. É a divindade da compaixão, do perdão e da fé. Obstinado e independente, Oxalá, é o senhor da criação, representa a sabedoria, a serenidade e a prosperidade



Oxalá, não é superior ou tem mais poderes que os outros orixás, no entanto, tem o respeito de todos eles, pois representa a ancestralidade e domina todos os segredos.

Exu, representa tudo que foi rejeitado pelo colonizador. Orixá da alegria, da linguagem, o guardião da comunicação, o dono dos caminhos, mensageiro divido, interprete dos santos. Senhor do princípio, da transformação, da ordem e da disciplina. Exu é a divindade que rege o comportamento humano.



Exu, representa a conexão entre os seres humanos e o sagrado. Para Exú, não há segredos, ele rompe regras para promover transformações.

Ogum, é o orixá da guerra e do fogo, sinônimo da lei e da ordem, vencedor de demandas, valente e implacável, simboliza a batalha e a conquista. Divindade do ferro, o dono do Obé (faca). Ogum pode ser dócil e amável com os amigos, porém, com os inimigos, é um guerreiro cruel e impiedoso.



Ogum é o símbolo de caráter. Representa todos os que manejam ferramentas, é a divindade do conhecimento prático, patrono da tecnologia.

Oxossi, habita na mata fechada, domina o arco e a flecha. Orixá das matas, da caça, da fauna e da flora. O senhor da floresta e de tudo que nela habita. Por ser astuto, ligeiro, curioso e sábio, consegue equilibrar os ecossistemas e está geralmente associado a busca pelo conhecimento e a conquista de metas.

Oxossi é o protetor dos caçadores e dos caminhantes.



Oxumaré também participou da criação do mundo. Orixá que sustenta o mundo, pois controla os astros e os oceanos. Divindade que criou os vales e os rios. Representa o ciclo vital, a água, a terra, a reencarnação, o movimento e a fertilidade. Simboliza a sucessão e da permanência.

A dualidade é o conceito básico desse orixá.

Xangô é o orixá da justiça, da lei e da política. Dono dos raios, do equilíbrio e da determinação, é ágil e bondoso. Xangô não tolera injustiça. Senhor do fogo, das rochas e do poder, domina os ventos, os trovões, do fogo e a paixão. Divindade que protege os intelectuais e rege os estudos e a sabedoria.



Xangô puni os maus, é atrevido, sábio, ponderado, hábil e correto.
Ele é a força da vida, do sol, do poder dos raios.

Iansã, conhecida também como Oiá, é o orixá que percorreu vários reinos em busca da sabedoria de outros orixás. Iansã é obstinada e extrovertida, guerreira que não foge das batalhas.



Dona da tempestade, das chuvas, das ventanias e dos furacões. Iansã é sedutora, corajosa, inteligente e astuta. Representa a paixão, a provação e o ciúmes.

Iemanjá é rainha dos mares, dos grandes rios e oceanos, a grande conselheira, considerada a mãe de quase todos os orixás. Conhecida, também, como Janaina, é um orixá generoso e protetor. Deusa da fertilidade, mãe dos peixes, padroeira dos pescadores.



Iemanjá rege a vida, a gestação, a família, a purificação e a harmonia.

Nanã, a mais velha orixá, está relacionada a origem dos seres humanos e da Terra. Representa a morte, a fecundidade e a riqueza. Simboliza a paciência, a tolerância e o respeito. Nanã é a senhora da criação e da morte, a dona do barro, do sopro divino e do movimento. Protetora da família, dos mais velhos e dos enfermos. Rege o mistério entre a vida e a morte.



Divindade responsável pela entrada e pela saída das almas.

Nana representa o princípio e o fim.

Omolu é o orixá da doença e da cura. Representa tanto a energia que governa as doenças, sobretudo, as doenças transmissíveis, quanto a alegria através da cura. Sob a dualidade da sua natureza é responsável pela passagem as almas do plano terrestre para o espiritual. Considerado o Orixá da morte, da varíola e de todas as mazelas, tem o poder de controlar todas as doenças.

Omolu é a personificação da resistência e da renovação.



Logun Edé, orixá da caça, da fartura e da pesca. Orixá da contradição, da surpresa e do inesperado, é perfeccionista, astuto e sábio, protetor dos navegantes e dos amores duradouros, o dono da vaidade, do carisma, da sensualidade e da beleza masculina. Durante seis meses, vive com a mãe Oxum, nas águas dos rios e nos outros seis meses, vive no mato com o pai Oxossi, caçando e pescando. Por isso, pode ser meigo e paciente como a mãe e valente e enfurecido como o pai.

Obá, dona do entardecer, forte, bondosa, misteriosa e ingenua. Deusa guerreira, fisicamente, mais forte que muitos orixás masculinos, é observadora, poderosa e perigosa, valente e destemida. Divindade da água doce e revoltas, guia da alma, senhora do redemoinho. Deusa protetora, aquela que aquietá o raciocínio humano, defensora dos injustiçados.



Obá representa o equilíbrio, a justiça e a transformação. É considerada a deusa da concentração, do zelo, da fidelidade, da lealdade e da conquista. Orixá protetor das mulheres e de tudo que está relacionado a justiça.

Ossain é o orixá detentor dos segredos das folhas medicinais e litúrgicas, tem o dom da cura. Orixá imprescindível até mesmo aos próprios deuses, sua presença é fundamental em todas as cerimônias, pois ele o detentor do àse.



Senhor do mistério, dono da vegetação, da força, do poder, do fundamento, da vitalidade e da segurança. É considerado um grande feiticeiro, o pai das folhas milagrosa e sagradas. Ossain usa as folhas para realizar cura e milagre.

Ewá, orixá da vidência, protetora de tudo que é puro. Representa o poder, a força, a virgindade, o encantamento e o equilíbrio. Ewá é a deusa da intuição, da beleza e das mutações. Dona dos búzios, do arco-íris, da névoa e do horizonte. Senhora do encontro entre o céu e a Terra.



Ewá rege os sonhos e as ilusões, é a senhora das tardes enigmáticas, das nuvens carregadas. É a protetora das virgens e de tudo que é inexplorável.

Oxum é a dona das águas doce, da cachoeira, do ouro, mãe protetora e amorosa. Orixá do poder feminino, a beleza, o amor e a fertilidade, é inteligente, meiga, determinada e persistente.



Oxum é a divindade que conhece a alma humana, ela é responsável por acalmar as tempestades e manter o equilíbrio entre o céu e a terra.

Ibeji, são divindades gêmeas, que trazem alegria e prosperidade. Divindade protetora das crianças e dos adolescentes. Orixá zelador do parto e a tudo o que se inicia e brota. Ibeji representa a dualidade, a contradição, a longevidade, a travessura, a pureza e o sorriso da criança.



Ibeji é a força do bem, o perfume das flores, o canto dos pássaros. Segundo a mitologia iorubá, foi o único orixá que conseguiu enganar a morte.

Os desafios começaram a surgir nos primórdios da criação. A ganância, a inveja, a soberba e a ira, provocaram uma onda de violência, raiva e intolerância, que rapidamente se espalharam por todo planeta Terra, ameaçando a harmonia entre os seres humanos.



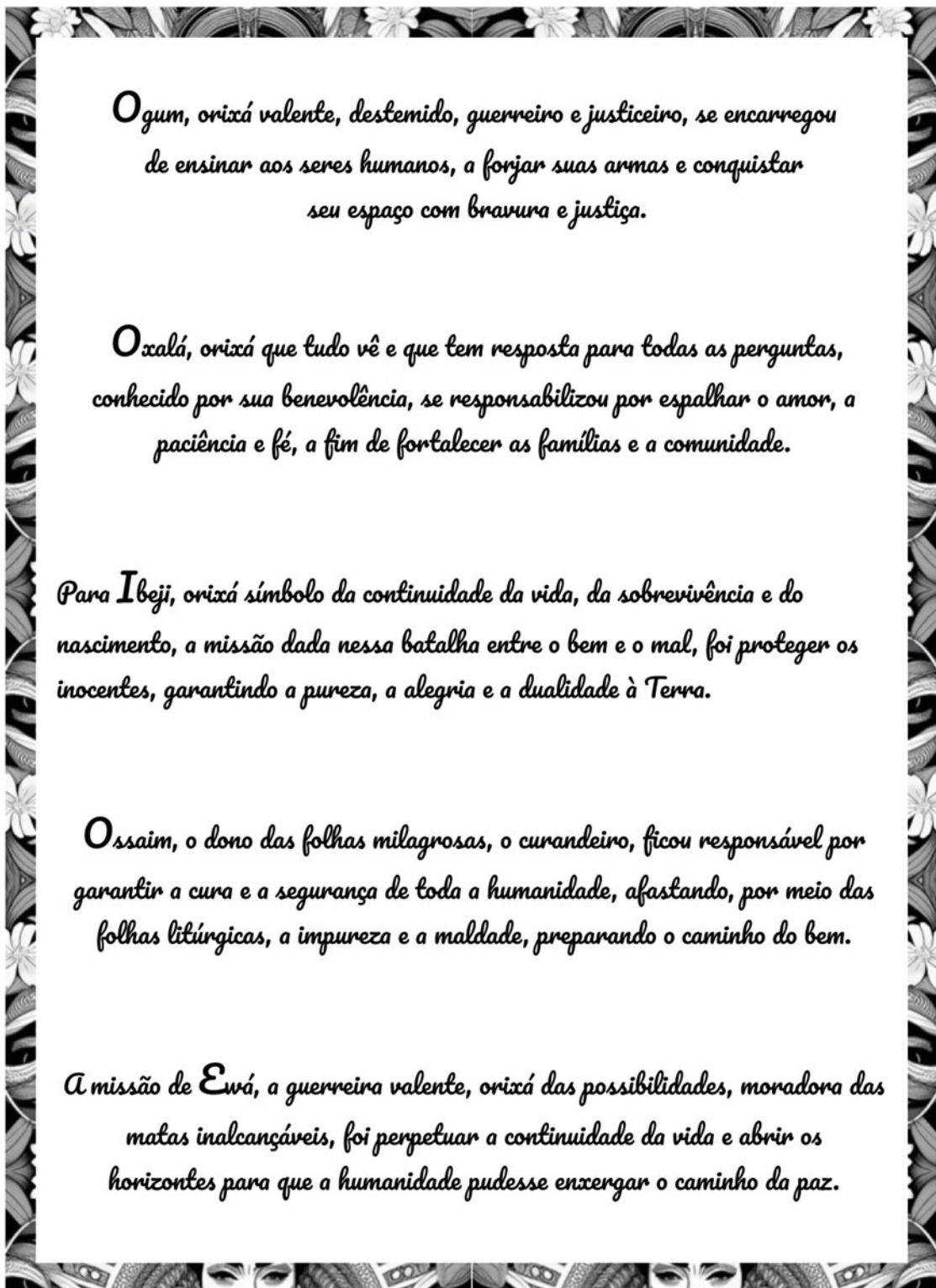
Orumilá e os orixás se reuniram, em segredo, para discutir estratégias, para melhor intervir pela paz no mundo. Uma missão confiada a todos os orixás, e eles não podiam falhar!



Então, depois de muita conversa, os orixás chegaram a um consenso. Para conquistar a batalha, cada orixá abordaria aspectos diferentes da falência que envolvia toda humanidade.

Exú, o senhor da Terra e do universo, guardião das cidades e das aldeias, ficou responsável por cuidar e abrir os caminhos, já que ele transita entre os limites dos mundos. Sem Exú não existe comunicação com o mundo espiritual.

Omolu, o mais temido de todos os orixás, senhor da aflição e de outras moléstias. Orixá justo, conhecedor da dor e da tristeza, ficou responsável por estabilizar a ordem no mundo.



Ogum, orixá valente, destemido, guerreiro e justiceiro, se encarregou de ensinar aos seres humanos, a forjar suas armas e conquistar seu espaço com bravura e justiça.

Oxalá, orixá que tudo vê e que tem resposta para todas as perguntas, conhecido por sua benevolência, se responsabilizou por espalhar o amor, a paciência e fé, a fim de fortalecer as famílias e a comunidade.

Para Ibeji, orixá símbolo da continuidade da vida, da sobrevivência e do nascimento, a missão dada nessa batalha entre o bem e o mal, foi proteger os inocentes, garantindo a pureza, a alegria e a dualidade à Terra.

Ossaim, o dono das folhas milagrosas, o curandeiro, ficou responsável por garantir a cura e a segurança de toda a humanidade, afastando, por meio das folhas litúrgicas, a impureza e a maldade, preparando o caminho do bem.

A missão de Ewá, a guerreira valente, orixá das possibilidades, moradora das matas inalcançáveis, foi perpetuar a continuidade da vida e abrir os horizontes para que a humanidade pudesse enxergar o caminho da paz.

Iansã, mãe do tempo, ágil e sedutora, ficou incumbida de espalhar sua sabedoria para acabar com a ignorância entre os povos.



Oxum, a senhora da fertilidade e da sedução, dona da força incomparável, do amor, da riqueza e da diplomacia, ficou responsável pela união, pela prosperidade e pela purificação do corpo e da alma. Para ela, Olorum pediu auxílio nas soluções de problemas.

Obá, orixá da amizade, da fidelidade e da evolução, ficou com a missão de aquietar e desenvolver a lógica do pensamento dos seres humanos, a fim de humanizá-los.

Nanã, a senhora da existência, a dona de tudo que já existiu e de tudo que existirá. Orixá que rege a maturidade e está na fronteira entre a vida e a morte, foi convocada para usar seu canto na passagem de uma vida para outra.



Iemanjá, a rainha do mar, padroeira dos pescadores, regente da inteligência humana. Divindade do rio que deságua no mar, ficou responsável por levar amor, felicidade, consolo, motivação e força para os guerreiros.

Xangô, o poderoso juiz, o orixá justiceiro, imparcial, ficou responsável em estabelecer o equilíbrio entre a vida e a morte, e punir os maus.

Oxumaré, o orixá da profecia, tem dupla natureza. Orixá generoso, ágil e intuitivo, representante da transformação, foi incumbido de assegurar a integração e a renovação do universo.

A dualidade de Logun Edé, ora doce, ora impiedoso, representa a transmutação, os ciclos e o movimento da vida. Por sua bravura e destreza foi chamado por Olorum para ficar à frente do exército.

Para Oxossi, o mais equilibrado dos orixás, aquele que está sempre em sintonia com o meio ambiente, sua missão foi garantir o sustento e mostrar aos seres humanos o que mundo nos oferece naturalmente com o ciclo eterno de vida.



Depois de muita lutas e batalhas, finalmente, o mundo encontrou o equilíbrio para viver em paz!

Com o apoio dos orixás, a humanidade aprendeu a amar e a respeitar uns, aos outros. Os orixás ensinaram a humanidade, que as diferenças e as nuances fazem parte das especificidades humanas. Esclareceram que a natureza é preciosa e imprescindível, é a fonte da vida, portanto deve ser protegida.



A missão dos orixás na Terra foi concluída com sucesso!

Os orixás mostraram para a humanidade, que todos os seres humanos podem ser felizes, desde que respeitem seus semelhantes com o eles são, valorizando e aceitando a realidade de cada ser vivente.

Depois de toda essa batalha, os seres humanos desenvolveram a empatia e entenderam que um depende do outro para viver. Além disso, a humanidade começou a cuidar do meio ambiente, porque percebeu que a sua existência depende do poder da natureza.



Com essa lição, os seres humanos aprenderam a valorizar as raízes ancestrais, a reconhecer e respeitar as especificidades uns dos outros e descobriram que a diversidade faz parte do emocionante ciclo da vida.

Gracas a intervenção dos orixás, a violênciá, o racismo e todos os tipos de discriminação ficaram no passado. A humanidade iniciou a construção um futuro melhor, para todos os seres humanos.

Dessa forma, o mundo se transformou num lugar onde todos os seres humanos são felizes e prósperos.

Satisfeitos com a conquista da grande batalha, os orixás decidiram se apresentar à humanidade em uma cerimônia emocionante, onde revelaram alguns dos seus segredos e poderes. Todos ficaram maravilhados e agradecidos por serem guiadas por divindades tão especiais.



Finalmente, os orixás deixaram o planeta Terra, retornando ao plano divino de onde vieram, no entanto, continuam a nos guiar e a nos proteger.

O legado dos orixás permanece vivo entre todos os seres humanos, nas memórias, nas ações, nas práticas e nas atitudes daqueles que foram tocados por sua bondade e sabedoria.

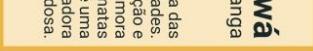
Ao longo dos tempos, as mensagens de amor, paz, bondade e justiça pregadas pelos orixás se espalharam por todo o planeta.

APÊNDICE II**TABULEIRO (opcional)**

CARTAS (frente)

 <p>Ogum Mokumbe</p> <p>Orixá Guerreiro, representa a vitória, a coragem e o caráter. Senhor da força, da fé inabalável e da determinação.</p>	 <p>Naná Zumbapandá</p> <p>Orixá da sabedoria e dos pântanos. Soberana e justa é a senhora da morte. Relaciona com o barro, mistura de água e terra, coloca essa divindade nos domínios existentes entre a vida e a morte.</p>	<p>ÁGUA 9 FOGO 10 TERRA 4 AR 9</p> <p>Elemento: ar Metal: ferro Símbolos: espada e ferramentas de ferro Ferramentas: espada e escudo Cor: azul-marinho e vermelho / branca</p>	<p>ÁGUA 5 FOGO 10 TERRA 8 AR 9</p> <p>Elemento: fogo Metal: estanho Símbolos: balança Ferramentas: machado de dois gumes (Oxé) e balança Cor: marrom leitoso, vermelho e branco</p>
 <p>Xangô Kambaranguaniji</p> <p>Orixá dos raios, trovões, do fogo e das leis. Senhor da justiça, da razão e do equilíbrio. Guerreiro impecável e justiciceiro.</p>	 <p>Ibejí Wonji</p> <p>São divindades gêmeas ligadas a todos os orixás e seres humanos. Representam a dualidade da vida, a contradição, a alegria, a inocência, a pureza da criança. Ibejí é o nascimento, a vida e o germinar.</p>	<p>ÁGUA 6 FOGO 7 TERRA 10 AR 9</p> <p>Elemento: fogo Metal: estanho Símbolos: ofá (arco e flecha) Ferramentas: chifre ou berrante Cor: verde e azul-celeste</p>	<p>ÁGUA 6 FOGO 7 TERRA 10 AR 9</p> <p>Elemento: terra Metal: bronze Símbolos: ofá (arco e flecha) Ferramentas: chifre ou berrante Cor: verde e azul-celeste</p>
 <p>Oxóssi Gongobira</p> <p>Senhور das matas, dos animais, da caça. Orixá da fartura, do sustento e da contemplação. Guardião dos caçadores, protetor dos trabalhadores.</p>	 <p>Obá Karamuse</p> <p>Orixá que aquela densifico racional e defensora das sereias, defensora da justiça. Senhora das águas doces agitadas.</p>	<p>ÁGUA 5 FOGO 10 TERRA 8 AR 9</p> <p>Elemento: água Metal: cobre, ouro e prata Símbolos: coração e camhoeira Ferramentas: espelho Cor: rosa e azul ou dourado</p>	<p>ÁGUA 8 FOGO 10 TERRA 6 AR 8</p> <p>Elemento: fogo Metal: cobre Símbolos: arco, flecha e coroa de cobre Ferramentas: alforge (espada), escudo de cobre e um ofá (arco e flecha) Cor: marrom, vermelho e amarelo</p>
 <p>Ossain Katende</p> <p>Dono dos segredos das folhas, força impressionante, senhor da cura e do axe das folhas. Orixá da floresta, do mato, das folhas medicinais, protetor dos animais.</p>	 <p>Oxum Dandalunda</p> <p>Senhora das águas doces e calmas. Mãe protetora. Orixá da beleza e do poder feminino.</p>	<p>ÁGUA 7 FOGO 7 TERRA 10 AR 8</p> <p>Elemento: terra Metal: estanho (latão) Símbolos: haste ladeada por sete lanças com um pássaro no topo (árvore estilizada) Ferramentas: opere ou avivi Cor: verde e branco</p>	

CARTAS (frente)

	Exu Aluvaia Orixá guardião da comunicação e da linguagem, é a força vital, o dono dos caminhos. Mensageiro que faz a conexão entre a Terra e o sagrado.
ÁGUA 5 FOGO 10 TERRA 9 AR 8	
Elemento: fogo Metal: ferro Símbolos: chave e encruzilhada Ferramentas: tridente Cor: preto e vermelho	
	Oxumaré Angoroteita Orixá da energia e da prosperidade. Divinitade que caminha entre o céu e a Terra e usa o Arco-Íris como caminho para o sagrado.
ÁGUA 10 FOGO 4 TERRA 9 AR 9	ÁGUA 6 FOGO 10 TERRA 7 AR 9
Elemento: água Metal: ouro, prata e cobre Símbolos: arpão, cobra e lira Ferramentas: arpão Cor: coral, rosa e vermelho vivo	Elemento: fogo Metal: cobre Símbolos: a foice e o chifre de um búfalo na cintura Ferramentas: eruxim, uma foice de ferro ou sobre com a calda de cavalo Cor: vermelho, marron, amarelo e rosa
	Oxalá Lembarenganga Divindade da compaixão, do perdão e da fé; é obstinado e independente. Senhor da criação e do conhecimento, carrega consigo as memórias de outros tempos.
ÁGUA 10 FOGO 4 TERRA 9 AR 9	ÁGUA 6 FOGO 10 TERRA 7 AR 9
Elemento: áqua Metal: prata Símbolos: lua minguante, onda e peixe Ferramentas: abebé de prata (leque circular) Cor: branco cristalino, prata ou azul-claro, verde-claro e rosa-claro	Elemento: fogo Metal: cobre Símbolos: a foice e o chifre de um búfalo na cintura Ferramentas: xaxará ou iéo (lança de madeira) Cor: preto, branco e vermelho
	Logun edé Terecompenso Grande Caçador, habilidoso e orgulhoso ora benevolente, ora solitário. Senhor das contradições, da surpresa e do inesperado. É considerado o mais belo dos orixás.
ÁGUA 6 FOGO 7 TERRA 9 AR 10	ÁGUA 10 FOGO 6 TERRA 10 AR 6
Elemento: ar Metal: prata, platina e ouro branco Símbolos: cruz e estrela de cinco pontas Ferramentas: opaxorô, um cedro com três discos redondos e um pombo na ponta Cor: branco	Elemento: áqua e terra Metal: ouro, bronze e cobre Símbolos: balança e abebé (leque com espelho) Ferramentas: ofá (arco e flecha) Cor: coral, rosa e vermelho vivo
	Ewá Kuingga Senhora das possibilidades. Orixá da intuição e da vivência, mora nas matas intocáveis, é uma caçadora habilidosa.
ÁGUA 10 FOGO 6 TERRA 7 AR 9	ÁGUA 10 FOGO 6 TERRA 7 AR 9
Elemento: áqua Metal: ouro, prata e cobre Símbolos: arpão, cobra e lira Ferramentas: arpão Cor: coral, rosa e vermelho vivo	

CARTAS (verso)



CARTAS (verso)



DADO